

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Flávia Cunha Pacheco

Entre a criminalização do movimento social e a desigualdade de gênero: vivências de  
mulheres em um acampamento do MST no interior do Paraná

Maringá  
2022

Flávia Cunha Pacheco

Entre a criminalização do movimento social e a desigualdade de gênero: vivências de mulheres em um acampamento do MST no interior do Paraná

Dissertação apresentada à Banca Examinadora de Defesa do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Constituição do sujeito e historicidade.

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Domingues

Maringá  
2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

P116e

Pacheco, Flávia Cunha

Entre a criminalização do movimento social e a desigualdade de gênero: vivências de mulheres em um acampamento do MST no interior do Paraná / Flávia Cunha Pacheco. -- Maringá, PR, 2022.

154 f.color., figs., tabs.

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Domingues.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2022.

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2. Criminalização. 3. Mulheres. 4. Gênero. 5. Saúde Mental. I. Domingues, Eliane, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDD 23.ed. 305.42

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Flávia Cunha Pacheco

*Entre a criminalização do movimento social e a desigualdade de gênero: vivências de mulheres em um acampamento do MST no interior do Paraná*

Dissertação apresentada à Banca Examinadora de Defesa do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

### COMISSÃO JULGADORA



Profa. Dra. Eliane Domingues  
PPI/Universidade Estadual de Maringá (Presidente)



Profa. Dra. Maria Terezinha Loddi Liboni  
DPI/Universidade Estadual de Maringá



Profa. Dra. Sandra Luzia de Souza Alencar  
USP/Universidade de São Paulo

Aprovada em: 16 de fevereiro de 2022.  
Defesa realizada por vídeo conferência.



# Universidade Estadual de Maringá

*Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes*

*Programa de Pós-graduação em Psicologia*

## ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de 2021, às quinze horas, realizou-se por vídeo conferência, a **BANCA DE DEFESA PÚBLICA** da dissertação intitulada: *“Entre a criminalização do movimento social e a desigualdade de gênero: vivências de mulheres em um acampamento do MST no interior do Paraná.”*, de autoria da candidata **FLÁVIA CUNHA PACHECO**, aluna regularmente matriculada no Programa de Pós- graduação em Psicologia - Mestrado. A Banca foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. Eliane Domingues (Presidente), Profa. Dra. Maria Terezinha Loddi Liboni, primeira examinadora e Profa. Dra. Sandra Luzia de Souza Alencar, segunda examinadora. Concluídos os trabalhos, a candidata foi considerada **aprovada**. E, para constar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Profa. Dra. Eliane Domingues  
Orientadora/Presidente

Profa. Dra. Maria Therezinha Loddi Liboni  
Primeira Examinadora

Profa. Dra. Sandra Luzia de Souza Alencar  
Segunda Examinadora

*Às mulheres do acampamento que, enquanto lá permaneci em corpo, se fizeram efúgio da indiferença. E com paciência e dedicação, enarraram sobre dores e alegrias; amores e ódios, compartilhando suas histórias; saberes; moradas; assentos; alimentos e lazeres. A todas as mulheres trabalhadoras rurais e do campo que, há décadas convivem e resistem à estupidez da limitante e convencida perspectiva de urbanização de ditas ciências. Que insistem em colocar o urbano como o centro da vida humana. Desacreditando e desumanizando o espaço rural.*

*“Dentro das estruturas sob as quais vivemos, definidas pelo lucro, por uma linha plana e contínua de poder e pela desumanização institucional, nossos sentimentos não deveriam sobreviver. Deveriam ser mantidos ao nosso redor como acessórios inevitáveis ou passatempos prazerosos. Deveriam se curvar ao pensamento como as mulheres deveriam se curvar diante dos homens. As mulheres, porém, têm sobrevivido, assim como nossos sentimentos. Como poesia. E não há novas dores. Já as sentimos antes. E escondemos esse fato no mesmo lugar em que temos escondido nosso poder. Eles emergem nos sonhos, emergem em nossos poemas, e ambos apontam o caminho para nossa liberdade”. (Audre Lorde).*

**PACHECO, F. C.** (2022). *Entre a criminalização do movimento social e a desigualdade de gênero: vivências de mulheres em um acampamento do MST no interior do Paraná*. 2022. 154f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Estadual de Maringá, Paraná.

## RESUMO

Esta pesquisa propõe refletir sobre as violências que afetam mulheres militantes residentes de um acampamento do MST no noroeste do Paraná, a partir dos aspectos da criminalização do movimento social combinado à violência de Estado e da desigualdade de gênero presente na estrutura patriarcal e machista, assim como nas relações cotidianas entre integrantes do MST. Esta temática surgiu a partir da atuação em um Projeto de Extensão da Universidade Estadual de Maringá, que possibilitou instigações suscitadas por meio da escuta de mulheres de uma associação, organizada em um acampamento da reforma agrária. Este acampamento está há 25 anos em trâmite na Justiça para desapropriação e concessão de posse às famílias residentes. Compreendendo esta condição vivida pelo MST interligada à criminalização do movimento pelo Estado, a partir de seus aparatos repressores e a mancomunação da mídia dominante, e considerando a desigualdade de gênero também presente no interior do movimento, ponderamos sobre o agravante disso para as mulheres militantes. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica com revisão de literatura e a rememoração do diário de campo das atuações do projeto de extensão. A partir das anotações do diário de campo, observamos que a violência enfrentada pelas sem-terra está sim no embate tête-à-tête pela ocupação e posse da terra, mas não para por aí. Está, antes e além disso, no sentir-se ameaçada constantemente. Seja no acampamento ou circulando em outros espaços, elas carregam a sensação da possibilidade de serem golpeadas a qualquer instante. Assim, “*tem que dormir com olho aberto*”. Além disso, a violência também se apresenta na dificuldade em ter moradia, alimentação e trabalho; no desigual acesso de boas condições financeiras; no pertencimento à uma classe social subalternizada; na luta constante que deve ser travada no acampamento e nos assentamentos; no acesso dificultado aos serviços das políticas públicas diversas residindo em acampamento da reforma agrária; na mobilidade e acessibilidade aos espaços urbanos próximos. Quando somado à violência encarada no viés da desigualdade de gênero, o enfrentamento cotidiano da militante recebe um adicional. Se identificar mulher militante não a resguarda de viver sem precisar conviver com o machismo e a misoginia no movimento social, pois estes também se fazem presentes nesse terreno. São locais que podem viver em contradição, a partir do distanciamento entre os princípios teóricos do movimento e a prática nas relações cotidianas. Nesse sentido, as mulheres do MST não só vivem sob a violência direcionada aos sem-terra, mas também com a aspereza hostil dos papéis de gêneros sobrescritos na sociedade patriarcal que vivemos. A militante, por vezes, é desacreditada quanto às suas capacidades de trabalho ou liderança; sendo reservado a ela a tarefa de cuidar da harmonia da casa e do bem-estar dos filhos e até dos demais moradores, sem ter estes afazeres considerados trabalho. Ainda é chamada de “ajudante” no trabalho da lavoura, dificilmente de trabalhadora rural. E mesmo estando em duplas ou triplas jornadas de trabalho, comumente não é recompensada nem financeiramente, muito menos no reconhecimento de sua produção. Não obstante, essa lógica da desigualdade de gênero pode ser tão enraizada a ponto de a mesma mulher, mesmo vítima, acabar por incorporar e reproduzir seus preceitos, sentindo-se culpada nos breves lapsos ao perceber seu cansaço, mesmo numa posição desigual; ou então ao sentir-se sobrecarregada e adoecida.

**Palavras-chave:** MST; Criminalização; Mulheres; Gênero; Saúde Mental.



**PACHECO, F. C.** (2022). *Between social movement criminalization and gender inequality: experiences of women in an MST camp in Paraná's inland cities*. 2022. 154f. Dissertation (Masters in Psychology). State University of Maringá, Paraná.

### **ABSTRACT**

This research proposes to reflect on the violence that affects women militants residing in an MST camp in northwest Paraná, from the aspects of the criminalization of the social movement combined with state violence and the gender inequality present in the patriarchal and sexist structure, as well as in the daily relationships between MST members. This theme emerged from the work in an Extension Project of the State University of Maringá, which enabled instigations raised by listening to women from an association, organized in an agrarian reform camp. This camp has been in court for 25 years for expropriation and granting of possession to the resident families. Understanding this condition experienced by the MST linked to the criminalization of the movement by the State, from its repressive apparatus and the collusion of the dominant media, and considering the gender inequality also present within the movement, we ponder on the aggravating factor for women activists. The methodology used was the bibliographic research with literature review and the recall of the field diary of the activities of the extension project. From the notes in the field diary, we observe that the violence faced by the landless is indeed in the tête-à-tête struggle for the occupation and possession of the land, but it does not stop there. It lies, before and beyond that, in feeling constantly threatened. Whether in the camp or circulating in other spaces, they carry the feeling of the possibility of being hit at any moment. Thus, *“you have to sleep with your eyes open”*. In addition, violence is also present in the difficulty in having housing, food and work; in the unequal access of good financial conditions; in belonging to a subordinate social class; in the constant struggle that must be waged in the camp and in the settlements; in the difficult access to services of various public policies residing in agrarian reform camp; mobility and accessibility to nearby urban spaces. When added to the violence seen in terms of gender inequality, the militant's daily confrontation receives an additional bonus. Identifying a militant woman does not protect her from living without having to live with machismo and misogyny in the social movement, as these are also present in this field. These are places that can live in contradiction, from the distance between the theoretical principles of the movement and the practice in everyday relationships. In this sense, the women of the MST not only live under violence directed at the landless, but also with the hostile harshness of gender roles overwritten in the patriarchal society we live in. The militant is sometimes discredited in terms of her work or leadership abilities; being reserved for her the task of taking care of the harmony of the house and the well-being of her children and even the other residents, without having these tasks considered work. She is still called a “helper” in the field work, hardly a rural worker. And even being in double or triple working hours, it is commonly not rewarded even financially, much less in the recognition of its production. However, this logic of gender inequality can be so rooted that the same woman, even a victim, ends up incorporating and reproducing its precepts, feeling guilty in the brief lapses when realizing her tiredness, even in an unequal position; or else when feeling overwhelmed and sick.

**Keywords:** MST; Criminalization; Women; Gender; Mental health.

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>11</b>
<b>1 Pesquisa, método e pressupostos metodológicos .....</b>	<b>19</b>
1.1 Contexto da pesquisa .....	19
1.2 Participantes .....	21
1.3 Procedimentos .....	24
1.3.1 <i>Realocando a dimensão metodológica da pesquisa: vivendo uma pandemia...</i>	24
1.3.2 <i>Pressupostos metodológicos e relatos de experiência sobre implicação da pesquisadora.....</i>	27
<b>2 O MST no cenário político brasileiro .....</b>	<b>39</b>
2.1 Prenúncios de um movimento nacional de luta pela terra .....	40
2.2 “Os sem-terra somos nós” .....	44
2.3 “Ocupação é a única solução” .....	49
2.4 “Ocupar, resistir e produzir” .....	51
2.5 “Por um Brasil sem latifúndio” .....	57
2.6 “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!” .....	63
<b>3 Desumanização do campo: Criminalização como violência de Estado e o respaldo da mídia na demonização do MST .....</b>	<b>68</b>
3.1 A lei, o Poder Judiciário e a criminalização do MST .....	74
3.2 A polícia como aparato repressor que executa a violência de Estado .....	77
3.3 A mídia como ferramenta de propagação da criminalização do MST .....	81
<b>4 Acerca dos estudos da psicologia sobre MST e gênero .....</b>	<b>85</b>
4.1. Artigos de revisões bibliográficas.....	89
4.2 Convergências temáticas abordadas nos estudos de psicologia.....	92
4.2.1 <i>O falado e o vivido no cotidiano do Movimento.....</i>	94
4.2.2 <i>Os papéis de gênero e a inserção das mulheres no MST .....</i>	97
4.2.3 <i>Violência Institucional e doméstica e a mulher militante do MST.....</i>	99

4.2.4 <i>Entre a sobrecarga e o adoecimento físico e mental</i> .....	101
<b>5 Ser Mulher no MST: as relações de gênero em um acampamento da reforma agrária</b> .....	<b>103</b>
5.1 <i>“Chamam a gente de bandeirinha vermelha, terrorista”</i> .....	106
5.2 <i>“Eu não vou, eu não posso, meu marido não deixa”</i> .....	119
<b>Considerações Finais</b> .....	<b>131</b>
<b>Referências</b> .....	<b>137</b>

## Introdução

Considerando a quem nos referimos em primeiro lugar nesta pesquisa, a saber, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e tendo em vista ser este um movimento social brasileiro com 38 anos de história, com bandeiras de luta da reforma agrária, do direito pela terra e da transformação da sociedade em busca de condições justas a todos, é fundamental compreender os repertórios que o MST vem construindo historicamente numa correlação com os cenários sociopolíticos no Brasil. O que estou dizendo é que tanto as condições políticas quanto os desenlaces das relações sociais num dado contexto, são fatores que atravessam a organização de um movimento social.

Tendo em vista hoje a magnitude do MST enquanto um movimento de reivindicação frente aos deveres do poder público do Estado perante à sociedade, é possível identificar o movimento ocupando uma linha de frente no embate por condições de acesso à equidade. Com isso, seus integrantes correm alguns riscos num sentido material e subjetivo, tendo como ápice a perda da própria vida, tal como aconteceu recentemente, em 2020, com o líder do MST-Paraná Ênio Pasqualin, retirado de sua casa por sequestradores e encontrado morto com sinais de execução no dia 25 de outubro, nas proximidades do assentamento onde vivia com sua companheira e três filhos (Melito, 2020).

Além de vários outros casos registrados na mídia, ocorridos entre os dois últimos anos, como o de Adão Prado e Airton Luis Rodrigues da Silva, executados na frente de familiares por homens em um carro, armados no assentamento que moravam em Rio Grande do Sul (RS)<sup>1</sup>, em 30 de abril de 2020; bem como Márcio Rodrigues dos Reis, líder do MST no Pará, que não só sofria ameaças há 3 anos, como já havia sido preso após se dirigir à delegacia para denunciar as intimidações, sofrendo agressões físicas de policiais nesta ocasião, e sendo assassinado em uma emboscada no dia 04 de dezembro de 2019 (Camargos, 2019).

O que esses quatro têm de mais comum entre eles, é o fato de terem sido militantes do MST por muitos anos; um movimento marcado por ser alvo de um histórico de violência, isso por denunciar os privilégios e poderes de uma dada classe social neste sistema capitalista. Por se colocar enquanto um movimento que luta pela transformação social, abrangendo lutas interseccionais diversas, o MST é conhecido como um movimento “macroecumênico” (Stedile & Fernandes, 2012). Não se limita às pautas já estabelecidas, está aberto a se organizar de

---

<sup>1</sup> Para mais, ver em: <https://agroemdia.com.br/2020/05/01/rs-dois-assentados-do-mst-sao-assinados-em-nova-santa-rita/>

acordo com as demandas surgidas ao longo dos 38 anos de sua existência. E é neste ímpeto que a igualdade de gênero surge como um tema em expansão atualmente, fora e dentro do MST.

É significativo citar que as discussões sobre este assunto vêm sendo propostas no e pelo MST desde o “I Congresso Nacional do MST” (1985), realizado em Curitiba-PR, tendo neste a criação da comissão de mulheres, que posteriormente passou a ser nomeada como “Coletivo Nacional de Mulheres do MST”, e em 1998 como “Coletivo Nacional de Gênero”.

Em 1999, foram aprovadas por este coletivo as linhas políticas de gênero para o MST, e em 2000, a partir do 4<sup>a</sup> Congresso Nacional do MST, o coletivo se tornou um setor, o Setor de Gênero do MST, tendo traçado enquanto objetivos a ampliação da discussão, o estudo e a capacitação no assunto, além da maior adesão de mulheres no poder decisório do movimento, combatendo os fatores que distanciam as mulheres da militância (MST, 2014).

Paulatinamente, a desigualdade de gênero se tornou pauta básica dos movimentos sociais não à toa, e sim porque é uma violência estrutural presente na organização social deste sistema de relações capitalistas. Especificamente, as mulheres do MST vivem pelo menos uma dupla violência, como retrata o MST (1988, p. 16): “[...] ao longo de toda história a mulher da classe dominada foi vítima de uma dupla exploração – uma opressão de classe e uma opressão de gênero – oprimida por ser proletária; oprimida por ser mulher”. A militante do MST se vê tendo que enfrentar não apenas as hostilidades vividas pela classe pobre e trabalhadora rural, como também as agressões por se identificar enquanto mulher nesta sociedade, e isso se aplica inclusive ao cenário interno do MST.

Ainda, é preciso frisar a intensificação da importância de maior debate sobre a desigualdade de gênero neste momento atual, no qual presenciamos disparos narrativos pejorativos de figuras políticas acerca do MST e sobre os papéis sociais das mulheres, além do aumento no número de casos de feminicídio, que em 2019 chega ao seu recorde no Brasil (Garcia, 2019), sendo ultrapassado em 2020, num contexto de pandemia<sup>2</sup>, quando as políticas públicas deveriam ser mais incisivas na proteção, mas acabaram sendo alvo de desmonte, já que o orçamento da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SPM) diminuiu drasticamente em 2020 e os repasses para o Programa Federal Casa da Mulher Brasileira não foram realizados neste ano. As obras, em vários estados deste espaço de atendimento, estão paradas desde o *Impeachment* de 2016<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Ver em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/09/feminicidio-2020-mulheres-negras/>

<sup>3</sup> Ver em: <https://www.cut.org.br/noticias/bolsonaro-zera-repasses-a-programa-e-violencia-contra-mulher-vai-aumentar-7daa>

As diversas facetas da violência contra mulher e o feminicídio estão fortemente presentes no cotidiano das militantes do MST, desde a fundação deste movimento. Um caso registrado inclusive em um documentário<sup>4</sup>, é a morte de Roseli Celeste Nunes, conhecida como Rose, em 31 de março de 1987. Mulher, 33 anos, militante e liderança para as outras mulheres do MST-Rio Grande do Sul, mãe de três filhos. Rose estava entre os 7 mil sem-terra que ocuparam a Fazenda Annoni (latifúndio improdutivo de 9 mil hectares), em 1985, a primeira ocupação realizada pelo MST em terras gaúchas. Rose aguentou o cerco montado pela Brigada Militar-RS composta por 2 mil soldados, também participou da marcha à Porto Alegre, caminhando 300 quilômetros amamentando seu bebê pelo caminho a pé, e somou à ocupação de dois meses da Assembleia Legislativa a fim de encontrar respostas sobre a desapropriação da Fazenda Annoni.

Quando Rose estava participando de um protesto contra as altas taxas de juros e a indefinição do governo em relação à política agrária, em 1987, foi atropelada por um caminhão que se jogou contra uma barreira humana na BR-386. Rose foi impedida de ir em frente na luta por mudanças no país, um desejo seu retratado no documentário diversas vezes, como quando diz: “E é daqui que nós vamos formar uma nova sociedade quando nós ir para as terras né, trabalhar junto e unido” (Terra Para Rose, 1987, 00:52:26), enquanto ocupam a Assembleia Legislativa. Mas, essa militante parte sem descumprir sua promessa de não recuar na luta: “Não deixaram ir para frente, eu disse eu para trás eu não volto” (00:11:04), quando estão encurralados no cerco da Brigada Militar.

Casos como este ainda são episódios repetidos na vida das integrantes do MST, e não deixam de se atualizar. A morte de Regina dos Santos Pinho é um exemplo disso. Moradora do assentamento Zumbi dos Palmares-ES, Regina foi encontrada com um lenço amarrado no pescoço e parcialmente nua, em fevereiro de 2013<sup>5</sup>, morta por asfixia. Já Eva, moradora de um acampamento em Rio Pardo-MG, foi vítima de um aborto após policiais militares invadirem sua casa em busca de informação sobre uma liderança do MST, em fevereiro de 2013. Por um momento, ela perdeu os sentidos e teve uma hemorragia, sendo deixada em frente ao hospital pelos policiais e na sequência ter sido constatado o aborto<sup>6</sup>.

Por fim, também é preciso frisar que os efeitos da desigualdade de gênero de igual forma se refletem nas relações sociais no interior do movimento. Um caso que ilustra o machismo

---

<sup>4</sup> *Terra para Rose* (1987), por Tetê Moraes.

<sup>5</sup> Para mais, ver em: <https://cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/geral/1459-integrante-do-mst-e-encontrada-morta-por-asfixia-em-campos>

<sup>6</sup> Para mais, ver em: <https://cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/geral/1451-trabalhadora-rural-sofre-aborto-apos-acao-policial-em-rio-pardo-mg>

também presente no interior do MST, é o assassinato de Francisca Luzia Ferreira de Souza, em 2010, coordenadora de um dos assentamentos do MST em Pernambuco. Um ato que teve como motivo alegado o fim do relacionamento com o ex-companheiro, Antônio João de Souza, morador do assentamento que após matá-la, se matou (Lins, 2011).

Considerando essas e outras vidas interrompidas e os estilhaços da desigualdade de gênero presentes no cotidiano das militantes do MST, que o objetivo desta dissertação se constitui, buscando refletir sobre os enunciados de mulheres moradoras de um acampamento do MST do noroeste do Paraná, que expõem suas vivências perante a criminalização do movimento social de luta pela terra à qual são integrantes, bem como com a desigualdade de gênero. Ou seja, as histórias dessas mulheres penetradas pela violência de gênero são atravessadas também pela história do MST e pela busca de superação da desigualdade de gênero no movimento.

O objetivo desta pesquisa surge a partir da minha atuação profissional, num contexto de Projeto de Extensão da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Em 2018, me inseri na equipe do Projeto “Organizadas e Mobilizadas: trabalho, gênero e política com as mulheres de Empreendimentos Econômicos Solidários” – com fomento do Programa Universidade Sem Fronteiras (USF) da antiga Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI). E a partir da composição desta equipe, composta por psicólogas e cientistas sociais, traçamos o objetivo de estruturar, fortalecer e fomentar encontros contínuos de grupos de mulheres organizadas enquanto Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), de alguns municípios do interior do Paraná, assessorados pelo Programa Multidisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho e os Movimentos Sociais, da Incubadora/Núcleo Unitrabalho-UEM.

O projeto compôs o quadro de atuações da Unitrabalho Sede UEM, entretanto, desde 1998, tal Incubadora presta assistência aos EES da área rural ou urbana. No entanto, durante um certo tempo, os atendimentos só eram possíveis para as demandas do tipo advocatícias, contábeis, econômicas e agronômicas pelo quadro de profissionais e graduandos bolsistas. As áreas do Centro das Ciências Humanas não eram incorporadas às equipes há muitos anos, e meu ingresso se deu neste cenário, após um período de ausência de profissionais da psicologia. Logo, ao me formar na graduação em psicologia, em 2018, me inseri no projeto enquanto técnica recém-formada da área de psicologia, compreendendo não apenas como uma posição profissional, mas sobretudo uma política frente à minha identificação pela atuação com movimentos sociais.

Desde o início do “Organizadas e Mobilizadas...”, o aspecto condutor foi a construção de espaços de trocas de conhecimento e discussões que pudessem estimular a identidade

coletiva e a participação política de mulheres na rede de Economia Solidária para além da produção de renda, comercialização e consumo. Fomentar espaços de debate visava contemplar tanto as demandas das mulheres que participam destes grupos, quanto fortalecer coletivos de mulheres frente ao enfrentamento de uma série de violências de gênero, considerando a intersecção com a classe, raça e pertença ao MST.

Por meio da vinculação da equipe do projeto de extensão com os grupos de trabalhadoras de cooperativas e associações, foi possível conhecer e ser afetada não só pelo Movimento da Economia Solidária, mas também pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), surtindo assim uma proximidade e demandas que extrapolam os limites de um Projeto de Extensão. Também por essa mesma via de contato foi possível conversar sobre as angústias destas mulheres geradas por narrativas estereotipadas e reproduzidas sobre o MST e sobre o ser mulher, o que me causou também inquietações e me fez buscar a vinculação com o Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPI/UEM), surgindo assim esta pesquisa.

Participar da equipe do projeto de extensão produziu algumas instigações para o estudo do tema, e também foi a partir deste que me foi possível conhecer diversos grupos de mulheres e suas narrativas. No entanto, o tema recebe também outras influências para além de motivos acadêmicos, tais como a minha identificação com a temática de gênero e as diversas expressões de violência que, a meu ver, pareceram mais suscetíveis de ocorrerem na transição dos anos de 2018 a 2019. Outro ponto de identificação com estas mulheres, é que também compartilhei de angústias pessoais frente à eleição do Bolsonaro à presidência e a intensificação da onda ultraconservadora nos espaços políticos e públicos, refletidas nos rostos das figuras que ocuparam os cargos políticos neste governo, as diversas extinções de ministérios, os remanejamentos e cortes de verbas para políticas públicas, nos pedidos de afastamento de políticos opostos a este “novo” plano de governo e frente às ameaças por estes recebidas, entre outros.

Nesta mesma passagem de ano, de 2018 a 2019, enquanto íamos entre as semanas nos locais de encontro com estes grupos de mulheres, vivíamos também um enfrentamento ao discurso de ódio, o qual era proferido sem medo por alguns eleitores brasileiros. Nesta época, vivenciei duas situações que elenquei como marcos de violência, que me impulsionaram a querer me aproximar desta discussão sobre desigualdade de gênero com aquelas mulheres militantes. Era fim de ano, entre outubro e novembro de 2018, eu havia retornado a praticar aulas de luta (Kickboxing) fazia em torno de 6 meses; desde os meus 15 anos de idade tenho uma afinidade com esta luta e de vez em quando retomo a este desporto. Em um dia, o professor



(conhecido no Kickboxing como mestre) solicitou que eu o substituísse na direção da aula, em uma data específica, para que ele acompanhasse uma aluna em uma competição fora da cidade.

O pedido foi realizado com antecedência, aceitei e recebi todas as preparações possíveis por ele, desde o marcador de tempo ao roteiro de combinações de movimentos para o treino. Chegou o dia, semana esta também inflada de propagandas eleitorais para a presidência, uma enxurrada de *fake news* e discursos de ódio sobrevoavam as diversas cidades brasileiras. Iniciei a aula seguindo o cronograma combinado com o mestre, eu era parte da minoria feminina na equipe. Tudo ocorria bem, pelo menos eu sentia isso, até que provocações discursivas me tiraram a concentração. Eram dois homens, entre 30-40 anos de idade, brancos, economicamente favorecidos e nada mais que estas informações eu tinha sobre eles. Diziam das eleições, mas num tom de afronta que, mesmo eu ignorando as falas, continuavam. Queriam saber do meu posicionamento político. E foi aí que, ao chegar ao fim da aula, ainda escutando ambos, me posicionei desfavorável a um dos candidatos por seu discurso e propostas políticas. Fui ameaçada. Fui amedrontada. Disseram: um dia após as eleições, quando o candidato deles fosse eleito, eles trariam uma “38” para aula. Disseram que iam usar em mim. Nunca mais voltei. A única ação que pude ter foi retornar ao local das aulas, em horário que eu tinha quase certeza que não os encontraria, para dizer ao professor que havia conseguido cumprir o roteiro de aula preparado por ele e que eu não retornaria mais, por ter me sentido ameaçada por dois alunos.

O outro acontecimento eu relatarei apenas o desenlace de uma série de situações. Dia 01 de janeiro de 2019, dia da posse de Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão, presidente e vice, respectivamente, houve relatos de muitas pessoas em prantos neste dia, inclusive eu. Como se não bastasse, um ente da família passou a proferir um carreirão de mensagens direcionadas a mim em um grupo, nas quais ele dizia que seu presidente colocaria ordem no Brasil agora, e que os “*sem-terra*” iriam só ver, porque não prestavam, dentre outros discursos nesta mesma via pejorativa. Ele sabia do meu envolvimento como psicóloga trabalhando com movimentos sociais. Ao tentar responder, fui advertida por outros, afinal, eu não deveria ser inconveniente. E assim iniciou aquela minha noite, repleta de incômodos.

Assim, considero tanto a minha oposição política ao governo que toma posse neste período, quanto a minha identificação enquanto mulher com a temática dos efeitos da desigualdade de gênero entre mulheres e homens nesta conjuntura sociopolítica, primordial para entender um forte motivo da escolha do eixo desta pesquisa. Como destaca Rosa e Domingues (2010, p. 182), “o desejo do pesquisador faz parte da investigação e o objeto da pesquisa não é dado a priori, mas sim produzido na e pela investigação”. Até mesmo os

caminhos que vão sendo tomados na pesquisa, as escolhas de como expor os conteúdos e as interpretações, são afetadas pelas inclinações pessoais da pesquisadora (Cioccarì, 2009).

Considerar as produções geradas neste encontro meu com a pesquisa e com estas mulheres, um tanto pessoal além de profissional, é dizer sobre a presença da subjetividade da pesquisadora na pesquisa, ou mais, é sobre as potencialidades das trocas inconscientes para reflexão (Rosa, 2004) que, como bem destaca Miriam Debieux Rosa em uma entrevista intitulada *Psicanálise e Política* (2018): a psicanálise implicada com as questões de seu tempo seria uma psicanálise que, pela cena do inconsciente, “é permeada pelos acontecimentos de seu tempo, pela moral, pelo modo que se organizam as relações de poder. Neste sentido, a política se insere no campo da psicanálise”<sup>7</sup>. Por estes motivos, destaco a importância de recordar a minha identificação com a temática, e indico a análise do que isso implica na pesquisa como o caminho metodológico.

Tendo em vista a construção desta pesquisa, a fim de contemplar o objetivo de refletir sobre os enunciados de mulheres moradoras de um acampamento do MST que retratam suas vivências perante a criminalização do movimento social de luta pela terra à qual são integrantes e com a desigualdade de gênero, que organizei esta dissertação da seguinte forma: O capítulo 1 “Pesquisa, método e pressupostos metodológicos”, visa apresentar o planejamento metodológico da pesquisa. Para tanto, apresento o campo de pesquisa, bem como o contexto em que está inserido, quem o compõe e as condições para o desenrolar da mesma. Além de propor uma discussão acerca da necessidade de considerar a relação transferencial e contratransferencial nas pesquisas em ciências humanas.

O capítulo 2 “O MST no cenário político brasileiro”, tem por objetivo apresentar o contexto sociopolítico do Brasil no qual emerge o MST, enquanto um movimento de resistência frente às exclusões promovidas pela modernização das tecnologias do campo e a alta concentração de terras pela expropriação dos camponeses. Além disso, também apresenta como a questão de gênero foi se tornando uma pauta primordial no movimento, culminando na criação do Setor de Gênero. Logo, utilizo enquanto subseções deste capítulo as palavras de ordem do MST em cada uma das épocas, buscando entrelaçar a apresentação histórica do movimento de luta pela terra com a conjuntura sociopolítica vivida.

O capítulo 3 “A desumanização do campo: criminalização como violência de Estado e o respaldo da mídia na demonização do MST”, tem como ponto central discutir a criminalização

---

<sup>7</sup> Entrevista cedida ao Portal de Psicólogos e Psicanalistas (PsiBr). Para mais, ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=8YXZ0ktzGqM&t=175s>.

como meio utilizado para legitimar a violência de Estado para com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Essa violência institucional produz a garantia aos cidadãos – ou pelo menos a sensação dela – de que nada acontecerá com eles caso a reproduzam publicamente, afinal, é legitimado pelo Estado. Para tanto, é necessária uma aparelhagem repressivo-ideológica, na qual o judiciário e a polícia têm papéis imprescindíveis sob a tópica de leis e coerção. Além da mancomunação midiática no plano de deslegitimar o discurso e função do movimento de luta pela terra por meio da retratação figurativa e discursiva do MST e seus militantes. Uma das consequências desta criminalização é a perda da vida de militantes, imersa também pela impunidade e falta de respostas às famílias, para quem resta apenas a ausência dos seus membros. Como no caso do assassinato de Rose, retratado no filme de Tetê Moraes (1987).

No capítulo 4 “Acerca dos estudos da psicologia sobre o MST e gênero”, proponho compreender as perspectivas discursadas sobre a pauta de gênero e MST na ótica acadêmica, a partir de uma revisão bibliográfica de estudos da área da Psicologia. Assim, para o capítulo 5, reservo as análises dos dados produzidos nos encontros com as mulheres integrantes do MST, considerando a importância do aprofundamento deste debate, que traz consigo o significativo trabalho de pesquisa com este grupo de mulheres sobre os efeitos nocivos da violência da desigualdade de gênero somados à criminalização do movimento e, conseqüentemente, de suas militantes. Também como apoio trago a história de Roseli Celeste Nunes da Silva, retratada nos documentários *Terra para Rose* (1987) e *O sonho de Rose – 10 anos depois* (2000), de Tetê Moraes, considerando os vieses entre MST e gênero.

O estudo se pautou na compreensão das implicações tanto da presença da pesquisadora no campo em que se produziram os dados, quanto dos efeitos destes últimos sobre o posicionamento da pesquisadora na relação com estas mulheres e com a pesquisa. É a perspectiva teórica psicanalítica que atravessa meu olhar enquanto pesquisadora sobre a violência de Estado, a criminalização do MST nas relações cotidianas e a violência de gênero interna aos acampamentos e assentamentos da reforma agrária.

## 1 Pesquisa, método e pressupostos metodológicos

Este capítulo visa apresentar o planejamento metodológico da pesquisa, considerando o compromisso da ciência para com os atores e fenômenos sociais a partir das lentes da psicanálise. À vista disso, apresento o campo de pesquisa, bem como o contexto ao qual este se insere, quem o compõe e as condições para o desenrolar de tal pesquisa. Além de propor uma discussão acerca da necessidade de considerar a relação transferencial e contratransferencial nas pesquisas em ciências humanas.

O campo aqui nomeado concerne tanto ao local geográfico em que foi realizado os encontros entre as sujeitas-participantes da pesquisa e a pesquisadora – sendo este um acampamento da reforma agrária do MST localizado no noroeste do Paraná –, quanto ao espaço onde se constituiu diversas condições de relações transferenciais e contratransferenciais, refletidas nos dados constituídos e analisados na pesquisa. Logo, esses fenômenos são considerados nas produções resultantes deste encontro e das trocas possíveis num contexto de pesquisa.

Também é exposto e discutido neste capítulo os dois momentos da pesquisa de campo, referindo-se ao previsto e ao que não pôde ser realizado em razão da crise sanitária e político-econômica enfrentada pelo mundo e pelo Brasil desde março de 2020. Destarte, afetando tanto a pesquisa e suas repercussões, como também a população brasileira, substancialmente as e os militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tendo como exemplos as inúmeras tentativas e efetuações de despejos de famílias ocupantes de terras da reforma agrária, em plena pandemia.

### 1.1 Contexto da pesquisa

Como já mencionado, foi a partir da aprovação do Projeto de Extensão: “Organizadas e Mobilizadas: trabalho, gênero e política com as mulheres de Empreendimentos Econômicos Solidários”, que compus a equipe juntamente com cientistas sociais e outras psicólogas, a qual se embasou no objetivo de estruturar, fortalecer e fomentar encontros contínuos de grupos de mulheres organizadas vinculadas a Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) de alguns municípios do interior do Paraná. Isso ocorreu no fim de 2018, ano em que concluí a graduação em psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Do mesmo modo, foi uma peça-chave o reencontro com minha professora de graduação, Maria Therezinha Loddi Liboni, que também já havia tido experiências profissionais anos atrás

na Incubadora/Núcleo Unitrabalho-UEM, onde se aloca o projeto de extensão. Além de manter também enquanto colega de trabalho uma amiga profissional da área das Ciências Sociais e a entrada da professora Carla Almeida Rodrigues Almeida, do Departamento de Ciências Sociais, cuja área de atuação é a Ciência Política, se envolvendo principalmente com as temáticas de democracia, participação política e gênero.

Foi a partir das ações neste projeto de extensão que conheci grupos de mulheres de cooperativas e associações, e alguns desses aconteciam internamente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O projeto foi uma possibilidade para a construção de espaços de trocas de conhecimentos e discussões sobre identidade coletiva, participação política de mulheres nos movimentos, dificuldades com a desigualdade de gênero frente aos papéis sociais, preconceito com os movimentos sociais e sobre conflitos pessoais e políticos que afetam o funcionamento das organizações coletivas. Por esta mesma via foi possível escutar mulheres integrantes do MST sobre suas angústias cotidianas frente às narrativas de preconceito de classe e gênero reproduzidas socialmente. Dessa forma, busquei a vinculação com o Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPI/UEM) a partir de um projeto de pesquisa.

À título de localizar o grupo de mulheres participantes desta pesquisa, acentuo que, embora a atuação do projeto de extensão abrangeu quatro grupos de mulheres de municípios distintos, o recorte para esta pesquisa se deu em um destes grupos, de um acampamento<sup>8</sup> no noroeste do Paraná, que vive na condição confusa entre se identificar acampamento ou assentamento por cerca de 25 anos, atualmente. Neste local, há um grupo de mulheres que se organizam a partir de uma associação enquanto empreendimento econômico solidário, inicialmente como estratégia de produção de renda e para fortalecimento dos vínculos.

Em processo de legalização da desapropriação após a fazenda ser considerada formalmente improdutiva e acumular dívidas trabalhistas<sup>9</sup>, este acampamento foi fundado em 1997, mas ocupado em dezembro de 1996. As primeiras famílias a se instalarem nas terras buscaram instituir a organização coletiva enquanto divisão de trabalho e vida no acampamento, muitas delas tinham familiares que viviam em outros acampamentos e/ou assentamentos ou elas mesmas vinham de outros locais, após sofrerem reintegração de posse (despejos), além dos

---

<sup>8</sup> “Acampamento é um espaço de luta e resistência. É a materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para produção e moradia. O acampamento é uma manifestação permanente para pressionar os governos na realização da Reforma Agrária. Os acampamentos são, predominantemente, resultado de ocupações. Assim sendo, demarcam nos latifúndios e nos territórios do agronegócio os primeiros momentos do processo de *territorialização camponesa*” (Caldart *et al.*, 2012, p. 23).

<sup>9</sup> De acordo com os atuais moradores, as terras eram posse de uma família de fazendeiros de classe social alta, alvo de denúncias de atividades ilegais.

brasiguaios<sup>10</sup>. A área inicial era composta por 350 alqueires (aproximadamente 1.694 hectares), no entanto, pelo levantamento realizado por equipes da Unitrabalho, em 2017, e pela narrativa dos moradores, o espaço atual é de 716 hectares<sup>11</sup> dividido por 70 famílias, organizadas em 4 grupos, cada qual com seus coordenadores. Predominantemente, trabalham com agricultura familiar em hortas e roças pequenas, também têm suas criações de animais (vaca, boi, cavalo, galinha, etc.) e o bicho da seda. A estrutura, já construída antes da chegada dos acampados, tem um espaço central que é a sede para reunião das famílias. Também é composta por uma cozinha utilizada pela associação das mulheres que produz panificados e artesanato desde 2016.

De acordo com os relatórios internos do Núcleo/Incubadora Unitrabalho-UEM, há diversas dificuldades objetivas enfrentadas pelos moradores, desde a baixa produtividade do solo, escassez hídrica até a ausência de apoio e fomento. Além da insegurança estendida há 25 anos sobre ser ou não um espaço seguro para investir tudo que têm, apesar de não se ter muito. Como destaca Caldart *et al.* (2012, p. 23):

[...] estar no acampamento é resultado de decisões difíceis tomadas com base nos desejos e interesses de quem quer transformar a realidade. Todavia, decidir pelo acampamento é optar pela luta e resistência. É preciso saber lidar com o medo: ir ou ficar?

As últimas notícias do processo judicial, anunciaram que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) havia encaminhado junto à casa civil do governo federal o pedido de atualização do decreto de desapropriação da referida fazenda. Este processo está ainda em trâmite na Justiça.

## 1.2 Participantes

Participaram desta pesquisa 12 mulheres, que além de serem integrantes da associação, são moradoras de um acampamento da reforma agrária no noroeste do Paraná. Entre elas prevalece as características de serem mães e casadas, negras, com baixa escolaridade, que já moraram anteriormente em outros acampamentos e/ou assentamentos e receberam o convite de se instalarem no presente acampamento de entes da família e integrantes da igreja,

<sup>10</sup> O termo brasiguaião está referido aos contingentes de brasileiros, e seus descendentes posteriormente, que migraram para a região de fronteira em território paraguaio a partir da década de 1950. O termo é apenas uma construção linguística que se faz pela composição dos termos brasileiro e paraguaio.

<sup>11</sup> Os moradores do acampamento relatam ter ocorrido um leilão há 5 anos atrás, onde o pessoal da cidade comprou alguns pedaços da fazenda. Para 320 alqueires, pagaram R\$6.000 (seis mil reais). Após o acontecido, os compradores vêm com uma proposta de vender para o MST por muito mais. “Compraram a preço de banana”, disse uma das mulheres.

principalmente de um líder religioso. Houve um caso em que uma família ficou sabendo do MST pelas reportagens da mídia, nas quais eram mencionadas as “barraquinhas de lona”.

As mulheres participantes desta pesquisa relataram que deixaram de ser trabalhadoras em fazendas ou vieram da cidade para integrar ao MST. Na cidade, algumas já trabalharam de boia-fria, diarista e vendedora em loja; outras já participaram de cursos de capacitação ofertados pelas prefeituras – como jovem aprendiz, informática e *design* de sobancelhas –, uma delas ainda trabalhava de diarista e o companheiro de outra trabalhava em uma usina para complementar a renda familiar. Nas fazendas de onde algumas vieram, trabalhavam com plantação de algodão e com o cuidado do bicho da seda. Atualmente, no acampamento, trabalham principalmente com plantação de mandioca, hortaliças, verduras, legumes, urucum e criação de animais como galinha, gado e bicho da seda. Ainda, uma delas se responsabiliza pelo cuidado das crianças.

Até chegarem ao atual acampamento, algumas destas mulheres passaram por várias outras ocupações enquanto estavam grávidas. A mais nova, na época da entrevista, em 2019, tinha 22 anos, e a de maior idade tinha 60 anos. A última a chegar no acampamento estava completando 10 anos como moradora e cerca de 5 delas participaram da primeira ocupação desta terra. Digo isso, considerando também os relatos de que sofreram ali pelo menos duas tentativas de despejos. A maioria destas mulheres são filhas do engajamento com a luta pela terra há gerações e desde crianças escutam relatos da família sobre as vivências no MST.

Como todas as participantes são integrantes da associação de mulheres do acampamento, a presidenta desta foi a intermediadora ao combinar cada uma das entrevistas e encontros grupais das atividades desenvolvidas no projeto de extensão. Os contatos iniciais foram todos mediados por ela, desde o combinado com as mulheres que seriam entrevistadas no dia e hora acertados até o aviso de que havíamos chegado no acampamento para a atividade. No mais tardar, após um vínculo maior consolidado entre ambos os grupos e pela necessidade de retornos mais agilizados para atividades pontuais, foi criado um grupo na rede virtual *WhatsApp*.

O primeiro contato presencial com estas mulheres foi realizado no dia 7 de novembro de 2018, uma quarta-feira. Enquanto esperávamos todas chegarem na sede do acampamento, onde estávamos reunidas, as que já estavam ali faziam uma listagem de crianças moradoras do acampamento com o intuito de as presentear na festa comemorativa do natal, totalizando 24 crianças. Após, aconteceu um momento de apresentação da nova equipe da Incubadora/Núcleo Unitrabalho-UEM, responsável por assessorar o grupo há um tempo, logo, fomos acompanhadas pela até então coordenadora da Incubadora e pela coordenadora de outro projeto

de extensão mais antigo. Estas pediram para as mulheres nos contarem a história do acampamento e da associação, e assim foi feito.

As mulheres frisaram, neste encontro, a turbulência que é viver na instabilidade, sem ter o assentamento formalizado ainda, apesar dos 22 anos de ocupação na época do encontro. Houve algumas tentativas de tirá-las dali com bastante truculência, ações comandadas pelos filhos do fazendeiro (que tinha posse antigamente) e pistoleiros. Também conseguiram fazer alguns despejos, deixando-os na beira da estrada. Para elas, a ocupação foi feita já planejando que se tornasse um assentamento, pois a fazenda estava em improdutividade e era administrada por um funcionário do fazendeiro. Também havia suspeitas do local ser usado para atividades ilícitas, tendo até mesmo um pequeno aeroporto para pouso de aviões. Elas relataram ainda o interesse do prefeito do município vizinho em findar o acampamento para instalar uma usina de cana-de-açúcar no local. Mas, descreveram algumas figuras de apoio, como um líder religioso e a prefeita de outro município vizinho.

Neste primeiro encontro, já foi perceptível o sentimento misto que rondou suas vinculações com o movimento: entre a decisão pela luta por direitos (à terra, moradia, trabalho e alimentação) e o modo como são afetadas frente à criminalização do MST. As integrantes se referem a um futuro incerto, tendo como única constância os acontecimentos de ataques e violências que se repetem entre os anos, além das ameaças de despejos, que não lhes dão seguridade alguma para investir em suas moradias e nos seus pertencimentos.

As entrevistas foram realizadas em 4 dias, nos dias 17 de dezembro de 2018, 25 de fevereiro de 2019, 27 de fevereiro de 2019 e 04 de março de 2019. Em cada dia foram entrevistadas 3 mulheres, em suas casas, de maneira individual. Nas atuações e vivências de debate com elas, do primeiro ao último contato realizado, que durou cerca de um ano entre 2018 e 2019, muitas inquietações foram despertadas. A maioria delas derivadas da colisão de sentimentos entre o que chegava até mim sobre o MST e o que vi e vivenciei neste primeiro ano de experiência. Foi a partir do contato direto e pela dupla abertura em conhecer e compartilhar momentos, que pude ir presenciando a realidade que me foi apresentada e possível neste determinado momento.

Em setembro de 2019, em um almoço de despedida do projeto de extensão, no qual também aconteceu a segunda devolutiva grupal, apresentei oficialmente o projeto de pesquisa que propunha realizar ali no mesmo acampamento, juntamente com aquelas mulheres. Dentre outras situações singulares à organização entre as mulheres da associação, o cenário político nacional do ano de 2019 não as agradava, gerava até mesmo uma intensidade de medo. Foi possível sentir o baque na organização delas na passagem do ano de 2018 para 2019, quando o



candidato Jair Bolsonaro assumiu então a presidência, o mesmo que já declarava publicamente sua oposição ao MST.

Flutuava, portanto, uma insegurança paralisante, que se tornou barreira ainda maior para o investimento de suas energias em novos projetos e ações. Também é preciso citar que tivemos de finalizar o projeto de extensão pelo limite de duração de tempo, sem conseguir mediar os conflitos pessoais e grupais que estavam vindo à tona naquele momento. Os conflitos estão presentes em toda organização grupal, seja qual for, no entanto, o grupo estava vulneravelmente abalado para manejar tais situações, que se encontravam postergadas e sem uma liderança que pudesse tomar a frente. Depois da conversa no almoço de despedida, no qual, apesar de todo este cenário, estas mulheres aceitaram o convite e mantive o contato ainda para poder auxiliar na resolução do conflito, na medida do possível. No entanto, entramos em período pandêmico pela Covid-19.

### 1.3 Procedimentos

Este subitem é reservado para duas discussões contundentes a esta pesquisa, a saber, o decurso metodológico atravessado e construído a partir do contexto social, considerando aqui uma conjuntura pandêmica atual e os desdobramentos das relações transferenciais e contratransferenciais possibilitadas nos encontros entre as participantes da pesquisa e a pesquisadora.

#### *1.3.1 Realocando a dimensão metodológica da pesquisa: vivendo uma pandemia*

Primeiramente, é necessário explicitar que o material de campo utilizado nas análises desta pesquisa é decorrente das atuações no projeto de extensão, e por essa razão a metodologia utilizada nos planejamentos e aplicação de tais atividades não foram pensadas para outro fim, como o projeto de pesquisa, tampouco para esta dissertação. No entanto, não é descartada a importância do uso deste material para a discussão sobre as vivências de mulheres moradoras do acampamento de pertença ao MST. No diário de campo, há tanto o registro de encontros grupais (em modalidade de oficina, devolutivas, rodas de conversa, etc.) e entrevistas individuais, quanto de eventos públicos nos quais elas participaram durante este tempo.

Os conteúdos das atividades realizadas foram recolhidos e autorizados para uso a partir de uma declaração de autorização. As entrevistas tiveram roteiro semiestruturado, discutido e montado anteriormente em grupo e com assessoria das professoras de Psicologia e Ciências

Sociais, orientadoras do projeto de extensão. No entanto, buscou-se não tornar o momento rígido, tendo este sido guiado a partir da realização das perguntas em tom de conversas, com vistas a fomentar espaços para apontamos afins. Os encontros grupais foram planejados calcados na metodologia de Oficina de Afonso (2003), que, como a mesma define, é um trabalho estruturado com grupos, independentemente do número de encontros, sendo focalizado em torno de uma questão central que o grupo se propõe a elaborar dentro de um contexto social. A elaboração que se busca na oficina não se restringe a uma reflexão racional, envolve os sujeitos de maneira integral: formas de pensar, sentir e agir. É importante que o profissional compreenda como determinado grupo percebe e lida com os problemas vividos.

Todos os encontros grupais ocorreram na sede do acampamento, já as entrevistas aconteceram nas casas das acampadas, local escolhido por elas para a realização da atividade. Em sua grande maioria, estavam sozinhas, e quando alguém estava presente na casa, não ficavam no mesmo cômodo. Entretanto, em uma das casas, o marido e a irmã da entrevistada estavam presentes e participaram, e houve dois casos nos quais as mulheres estavam no cuidado de seus bebês. Também aconteceu de uma delas confirmar informações sobre a inserção no acampamento com o marido que estava na sala, enquanto estávamos na varanda.

Fomos em duplas para realização das entrevistas, uma psicóloga e uma cientista social, e os conteúdos das falas foram registradas no diário de campo no momento em que estava acontecendo. Houve a tentativa de tomar nota da fala literal, entretanto, não foi possível a transcrição na íntegra. Optamos por não registrar o conteúdo em aparelho de gravador de voz naquele momento, pois era o segundo contato que estávamos tendo com aquelas mulheres. Assim, não havia ainda um ambiente propício de confiança para que pudessem responder às perguntas de maneira menos desconfortável possível, assim, um aparelho que identifica e nomeia as falas poderia prejudicar a participação delas. Nesse sentido, o instrumento de registro utilizado foi apenas o diário de campo, buscando ser mais fidedignas possível das falas proferidas.

Considero o momento dos acordos e contratos com as mulheres envolvidas um momento primordial. Ainda em ações do projeto de extensão, foi realizada a leitura e assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após, também solicitei a aprovação da presidenta da associação, em forma de assinatura, a partir de uma carta de autorização para realização da pesquisa, assumindo esta o papel de representante das demais participantes. Também elaborei um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para ser lido e assinado na segunda etapa da pesquisa de campo, que não foi realizada em razão da pandemia.

Para a segunda etapa de campo, estava previsto um retorno ao acampamento com um planejamento de atividade específico para a temática da pesquisa. Foi realizada sua descrição para submissão no Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (COPEP) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), pelo qual obteve-se a aprovação. Este segundo momento de coleta de dados foi distribuído em mais quatro oficinas em dinâmica de grupo, também a partir da proposta de Afonso (2003). A princípio, o grupo funcionaria com as mesmas (12) integrantes entrevistadas a partir datas estipuladas em conjunto com as mesmas, com o tempo de duração com cerca de 1h30 (uma hora e trinta minutos) podendo se estender por mais no máximo trinta (30) minutos, pelo hábito de partilha de um café da tarde já firmado em encontros precedentes.

Os encontros seriam gravados com instrumento de gravador de áudio, e as temáticas seriam: “História Coletiva”, “Ser mulher do e no MST”, “As integrantes do MST na cidade” e “O MST na mídia”. Destaco também que a utilização do material de diário de campo, bem como os registros das entrevistas, estava incluída na metodologia aprovada pelo COPEP-UEM. Sendo um material de apoio para esta segunda etapa que, no entanto, passou a ser o material principal nas análises desta pesquisa.

Conquanto, atipicamente estávamos/estamos vivendo uma condição pandêmica, tendo a mesma impedido o andamento deste segundo momento de ida ao campo. Logo, além de uma pesquisa demarcada com um antes e um depois da conjuntura pandêmica, há também o momento da pesquisa bibliográfica e revisão de literatura, esta última especificamente sobre a temática MST e gênero na psicologia. Destaco que não houve uma linearidade em cada momento, tanto que a pesquisa bibliográfica e a revisão de literatura se iniciaram já antes da pandemia, imbricando em mudanças contínuas desde então. Como o planejamento do retorno ao acampamento para novos encontros grupais com temáticas direcionadas ao objetivo desta pesquisa não foi realizado, houve a necessidade de um maior aprofundamento na pesquisa bibliográfica e um estudo acurado do material coletado anteriormente à pesquisa.

Ora, essa necessidade de reutilizar o material, que antes seria complementar ao que haveria de ser coletado na segunda etapa da pesquisa de campo, gerou dificuldades inesperadas. Foi preciso resgatar na memória os encontros com estas mulheres, não apenas no sentido metodológico e temático, mas de igual forma os sentimentos e emoções gerados nestes momentos, para que fosse possível trazer o subjetivo da pesquisadora da época para as análises atuais dos fenômenos da transferência e da contratransferência, os quais, naquele momento, não eram focos, logo, não estava atenta para seus conteúdos.

Acontece que o ano de 2020 se inicia junto a rumores de que um novo vírus, chamado SARS-CoV-2, logo alcançaria o Brasil. A Covid-19 já estava presente em muitas partes do mundo. Então, em 3 de fevereiro de 2020, é decretado pelo Ministério da Saúde o estado de emergência em saúde pública no país, no intuito de iniciar os cuidados mais extremos de contaminação e propagação. Em 26 de fevereiro, o país teve seu primeiro caso confirmado, um homem de 61 anos de idade, residente da cidade de São Paulo, que havia acabado de retornar de uma viagem à Itália. Menos de 15 dias após, é registrada a primeira morte, 12 de março, também em São Paulo. Quem faleceu foi Rosana Aparecida Urbano, de 57 anos, mulher, diarista, infectada pelos padrões estavam antes em viagem feita ao exterior. Decorridos 148 dias, mais de 100 mil pessoas estavam mortas pela Covid-19 no Brasil. Nesse tempo de caos sanitário, econômico e político, tivemos a confirmação crua da desigualdade entre as classes sociais; ainda, presenciamos um aumento no índice de desemprego, maior número de pessoas em situação de pobreza e como se não bastasse, foram registradas também inúmeras tentativas de despejos, tanto urbanas quanto rurais. Um exemplo significativo foi o Acampamento Quilombo Campo Grande (MG), que no dia 14 de agosto de 2020, não só aconteceu o despejo de famílias de uma das áreas do acampamento, como também a demolição de 14 casas das lavouras e da Escola Popular Eduardo Galeano. Quilombo consiste em um acampamento que está em produção de alimentos sem agrotóxico há mais de 20 anos. Teto para 450 famílias, a terra ocupada era espaço de uma antiga usina de cana falida e devedora ao Estado e aos antigos trabalhadores. Também não podemos desconsiderar o aumento de casos de feminicídio e violência doméstica, que escancara a desigualdade de gênero durante a pandemia.

Neste mesmo contexto, na pesquisa bibliográfica, ainda em 2019, o quarto capítulo foi construído abordando especificamente a questão de gênero e MST em artigos da área da psicologia. Ou seja, foram utilizadas leituras de revistas de psicologia e áreas afins, que tivessem enquanto autor um profissional da psicologia, das bibliotecas virtuais *Pepsic*, *Scielo* e do *Google Acadêmico* com as palavras-chaves “MST e gênero”, utilizadas precisamente para o mapeamento dos estudos da psicologia sobre a temática MST e gênero. Este procedimento auxiliou no aprofundamento da temática.

### *1.3.2 Pressupostos metodológicos e relatos de experiência sobre implicação da pesquisadora*

Neste subitem, me disponho a discorrer sobre os desdobramentos das relações transferenciais e contratransferenciais, possibilitadas nos encontros entre as participantes da

pesquisa e a pesquisadora, e consideradas enquanto peças-chaves no aspecto metodológico da construção da pesquisa, principalmente se tratando das reflexões dos resultados.

A preocupação em estar atenta ao inconsciente do analista no trabalho de análise surge explicitamente já no texto de Freud (1912/2010a), *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise*. O autor se refere ao inconsciente do analista como aquele cuja função é a de receptor ao inconsciente emissor do paciente. É um instrumento de análise presente na relação analista e paciente, que pode auxiliar na captação dos comunicados deste último. O analista, a partir desta ferramenta, faz um movimento parecido ao receptor do telefone em relação ao microfone, transformando as vibrações elétricas em ondas sonoras. No caso da relação de análise, as vibrações seriam os derivados do inconsciente. Mas, para que o analista seja capaz de realizar tal feito, precisa antes preparar seu inconsciente e tomar conhecimento de seus complexos capazes de atravessar e ativar resistências frente à apreensão dos conteúdos do analisando. Como Freud retrata, cada repressão do analista equivale a um ponto cego na sua percepção. Assim, o analista deve “[...] primeiramente submeter-se ele próprio a uma análise [...]” (Freud, 1912/2010a, p. 157).

Quando o psicanalista dá a devida atenção a estes elementos presentes em seu inconsciente, ele cria condições de realizar “muito mais rapidamente e com menor gasto efetivo a intenção de tomar conhecimento do que traz oculto em si mesmo” (Freud, 1912/2010a, p. 157). Elia (2000) reafirma tal perspectiva em seu trabalho, ao descrever que a psicanálise tem o inconsciente enquanto instrumento de investigação, pois este “[...] comporta uma forma de saber, ou, mais exatamente ainda, é uma forma de saber que não se deixa apreender por outro e qualquer método ortodoxo ou tradicional da ciência clássica” (p. 25).

Submetendo a análise dos aspectos inconscientes num dado campo, sendo este, por exemplo, um campo observacional construído a partir da interação entre pesquisadora e participantes, há de se considerar a transferência e a contratransferência. Nessa perspectiva, não se procura um dado pronto, como dispõe Rosa e Domingues (2010, p. 185) “[...] não há um dado a ser observado, buscado ou revelado – o dado se constrói na relação, relação transferencial”.

A transferência, em menor ou maior grau, envolve todas as relações humanas. Nas palavras de Rosa (2004, pp. 341-342), “o inconsciente está presente como determinante nas mais variadas manifestações humanas, culturais e sociais”. Logo, ela não é exclusiva da atuação psicanalítica num *setting* clássico, também surge, por vezes, numa entrevista de pesquisa e deve ser utilizada enquanto instrumento técnico de compreensão das informações colhidas, pois a

transferência pode ser o meio para se chegar a conteúdos que de outros modos – como pela consciência – não seria possível.

Freud (1912/2010b), em *A dinâmica da transferência*, relata que é a partir da transferência que o paciente apresenta conteúdos inconscientes que dizem desta vinculação entre paciente e psicanalista. Ainda, afirma essa vinculação, por vezes, reflete outras relações estabelecidas fora daquele *setting*. Isso, pois, o investimento para com a relação é calcado em modelos aos quais aquele sujeito tem. E o que ele traz para esta interação com o analista não são só expectativas conscientes, mas também inconscientes, reproduzidas pela transferência. Em suas palavras:

O que são as transferências? São reedições, reproduções das moções e fantasias que, durante o avanço da análise, soem despertar-se e tornar-se conscientes, mas com a característica [...] de substituir uma pessoa anterior pela pessoa do médico. Dito de outra maneira: toda uma série de experiências psíquicas prévia é revivida, não como algo passado, mas como um vínculo atual. (Freud, 1905/1980, p. 72)

Ainda, Freud (1912/2010b) descreve a transferência tanto como podendo ser uma “alavanca do sucesso”, como também nos casos em que se assume enquanto “poderoso meio de resistência” (p. 137). Afinal, a transferência se pauta numa distorção feita pelo analisando, que ao ser usado pela resistência, pode apresentar dificuldades para o processo. Ainda assim, é a transferência que torna os conteúdos latentes e manifestos. Logo, o uso desta incorpora a técnica de análise da dimensão inconsciente presente na relação.

Devereux (1967/1999) no livro *De la ansiedad al metodo el las ciencias del comportamiento*, compartilha dessa perspectiva de que transferência é quando “o analisando, que tem reações características desenvolvidas para com uma pessoa emocionalmente significativa, tende [...] a reagir ao analista como se ele fosse essa pessoa, e às vezes faz isto distorcendo grosseiramente a realidade” (p. 69. Tradução nossa). Ao fazer menção às pesquisas de campo, Devereux sublinha a necessidade de se atentar para contratransferência<sup>12</sup>, pois é a partir da compreensão do modo que respondemos e projetamos frente à transferência do participante, assim como chegamos aos conteúdos produzidos por esta interação entre os dois lados. Analisar apenas a transferência de um dos lados, faz com que se perca a possibilidade de analisar o que surge a partir da comunicação entre ambas transferências. Em suas palavras:

Afirmo que é a contratransferência e não a transferência o dado da mais decisiva importância em toda a ciência do comportamento, porque a informação que pode ser obtida pela transferência geralmente também pode ser obtida por outros meios, mas, não

---

<sup>12</sup> O termo em questão é comumente utilizado, e assim também é nesta pesquisa em referência ao pesquisador(a)/analista.

é o que acontece com o que é fornecido pela análise contratransferencial. (Devereux, 1967/1999, p. 19. Tradução nossa)

Esta perspectiva de tornar foco as análises da relação contratransferencial vem de um movimento na psicanálise de perceber a presença do atravessamento interpessoal entre as figuras do pesquisador/psicanalista e o sujeito/paciente. Quer dizer que não só o participante da pesquisa utiliza do mecanismo da transferência sobre a figura do pesquisador, como este último também se utiliza do canal inconsciente da contratransferência para interagir nesta mesma relação, até mesmo na pesquisa. Desta forma, “[...] o ‘dado’ psicanalítico é uma relação interpessoal em que o psicanalista está envolvido e que, por sua vez, configura em uma certa proporção o caráter dos ‘dados’” [grifos do autor] (Bleger, 1964/2003, p. 09).

Não considerar a contratransferência nas análises põe em risco a veracidade dos dados resultados da relação, isto pois, não se pode ignorar que a pesquisadora é, tanto quanto a participante, sujeito do inconsciente e, portanto, suscetível a repressões, resistências, projeções, etc. Como dispõe Devereux (1967/1999), o pesquisador “deve utilizar a subjetividade própria de toda observação como real caminho para uma objetividade autêntica, não fictícia, que deve ser definida pelo que é realmente possível e não do que ‘deveria ser’ [grifo do autor] (p. 20. Tradução nossa). Pois, “[...] se negar a utilizar as dificuldades criativamente, só pode levar a coleta de dados cada vez menos pertinentes e mais segmentados” (p. 21. Tradução nossa).

Nestes excertos, Devereux (1967/1999) demarca que a objetividade sobre um determinado estudo de campo só é possível se for considerada a subjetividade que vincula o pesquisador com o sujeito pesquisado. Porque os dados da pesquisa são construídos na relação estabelecida entre pesquisador e sujeito. Como Lévi-Strauss sinaliza na introdução à obra de Marcel Mauss (1950/2003), nas ciências humanas o observador é da mesma natureza do seu “objeto de estudo”, assim, Durkheim e Mauss interpretam que a “coisa” e a sua “representação” compartilham o mesmo espaço e se encontram via inconsciente, devendo ser “o observador ele próprio uma parte de sua observação” (Mauss, 1950/2003, p. 25). Moro (2017) formula essa questão da seguinte forma:

Nós também somos humanos, mesmo quando somos analisados, não somos transparentes [...] nós, como pessoas, como seres, nós como terapeutas e psicanalistas também, temos vivências, temos gênero, temos filiações, temos cor de pele, temos cultura, portanto não só reagimos à transferência, mas vivemos e projetamos sobre o paciente. (p. 17)

Já Devereux (1967/1999), retrata que os dados nas pesquisas humanas são de três tipos: o primeiro é comportamento do sujeito participante da pesquisa; o segundo, as “perturbações” provocadas a partir da presença do observador/pesquisador no campo, bem como de suas

atividades; o terceiro, o comportamento do pesquisador, ou seja, as angústias suscitadas, as estratégias acionadas enquanto defesa, as decisões tomadas na pesquisa, entre outros. Para Devereux, este último é a central, que fundamenta sua afirmação de que é a contratransferência – e não a transferência – a apresentar os dados mais importantes na pesquisa. Encontramos nos dados construídos muito das disposições pessoais da personalidade do pesquisador, afinal, a angústia suscita defesas, e essas, por sua vez, se organizam de acordo com a estruturação da personalidade do sujeito (Devereux, 1967/1999).

O mecanismo de contratransferência está presente desde a escolha da temática do estudo, dos participantes, da metodologia, entre outras decisões que em sua maioria partem do pesquisador. Como apontam Rosa e Domingues (2010, p. 182), “o desejo do pesquisador faz parte da investigação e o objeto da pesquisa não é dado a priori, mas sim produzido na e pela investigação”. No mais, o desejo de quem pesquisa está vinculado às questões vividas e presenciadas em sua época. Pela cena do inconsciente, a pesquisa “é permeada pelos acontecimentos de seu tempo, pela moral, pelo modo que se organizam as relações de poder”<sup>13</sup>.

Afinal, “a transferência e a contratransferência cultural são alimentadas pela história, pela política, pela geografia entre outras. O paciente e o terapeuta estão inscritos em uma história coletiva que imprime suas marcas em suas reações conscientes e inconscientes” (Moro, 2015, p. 190). Assim, o formato que a pesquisa vai tomando também diz dos lugares que tanto pesquisadora quanto participantes ocupam, de onde elas vêm – sendo este, pois, um importante aspecto a ser trabalhado pela pesquisadora antes mesmo do encontro entre essas personagens. Deve-se saber do seu lugar e se está disposta a transitar por um outro lugar, que não o seu, que se diferencia, compreendendo e respeitando as dinâmicas deste outro. Como expressam Rosa e Domingues (2010, p. 186), “[...] escutar esses sujeitos implica remover o recalque que nos permite conviver com o outro miserável [...] e romper com o pacto de silêncio do grupo social ao qual pertencemos implica um posicionamento ético e político”.

Pois, se propor a embarcar numa pesquisa compreendendo a contratransferência do pesquisador é também encampar a tentativa de produzir conhecimento no campo social em que também se vive e do qual se faz parte, “interceptando a transmissão de dogmas e de idealizações, mediante o conhecimento de uma série de contextos e histórias, acrescido de articulações fora da história oficial” (Rosa & Domingues, 2010, p. 182).

---

<sup>13</sup> Entrevista de Miriam Debieux intitulada “Psicanálise e Política”, 2018, cedida ao Portal de Psicólogos e Psicanalistas (PsiBr). Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=8YXZ0ktzGqM&t=175s>



Na pesquisa, os dados construídos na relação pesquisadora e sujeita-participante são postos em um texto escrito, cujo significado vai além da observação momentânea e casual. Eles anunciam este entrelace pesquisadora-participante que está em tudo, como resultado deste campo de encontros (Rosa & Domingues, 2010). Considerar o elemento da subjetividade da pesquisadora no meio de pesquisa é aceitar “que sua presença influencia o evento pesquisado” (Cioccarri, 2009, p. 219). A observação também não fica só a encargo da pesquisadora, ou seja, as observações em campo não acontecem unilateralmente, é uma observação recíproca. Logo,

[...] em vez de lamentarmos a perturbação devida à nossa presença no campo e em vez de colocarmos em dúvida a objetividade de toda a observação do comportamento, deveríamos observar a dificuldade de uma maneira construtiva e descobrir quais insights positivos, não suscetíveis de serem obtidos por outros meios, *podemos tirar do fato de que a presença de um observador, que é da mesma ordem de grandeza daquele que ele observa, perturba o evento observado* [grifos do autor]. (Devereux, 1967/1999, p. 369. Tradução nossa)

Assim, ao ocupar o espaço de pesquisadora, me encontro também enquanto sujeita observada, vivida pelo inconsciente e tendo que lidar com angústias contratransferenciais na pesquisa, além das transferências que me chegam das participantes. Atentando-me a compreensão de que esta relação nem sempre soa na mesma sintonia, como destaca Devereux (1967/1999, p. 66): “os limites entre o observador (experimentalista) e o sujeito se determinam bilateralmente – e com frequência *discordantemente* [grifo do autor]”.

Nem em todos os contextos e conteúdos, pesquisadora e participante seguem a mesma interpretação. Ainda, também não posso ter o controle sobre como as participantes interpretaram minha pessoa e meu papel nesta pesquisa. Entretanto, faço a tentativa de usar esta interação, também do inconsciente enquanto ferramenta, para discorrer sobre os fenômenos da transferência e contratransferência desta pesquisa, a partir da análise de como se deu a construção dos dados que agora compõem os resultados destes encontros.

Me vejo como mulher, branca, tendo estudado em colégio público o ciclo todo da educação básica, ingressando na universidade pública no ano de 2013. Primeira filha, de quatro ao total, de um casal relativamente jovem. Meu pai e sua família, meus avós e tios, viveram boa parte da vida pelo trabalho na roça, morando em uma zona rural – espaço este situado ainda nos limites da cidade, mas composto por terrenos rurais e habitado, em sua grande maioria, por trabalhadores rurais, boias-frias, lavadeiras, etc. A família da minha mãe veio de uma cidade do interior do estado de São Paulo, urbanizada pela crescente industrialização. Ela sempre foi mais acostumada com o ritmo e trabalhos de cidade com mais de cem mil habitantes, já tendo trabalhado em banco como digitadora, em supermercado como caixa, em *shopping* como vendedora, somada à base forte de aprendizagens manuais vindas da minha avó, como o

artesanato; seu primeiro trabalho foi na área da educação, como professora. Já eu, nasci em Maringá, Paraná, há 26 anos atrás.

Assim, parto do princípio de que, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é uma organização que transcende a data da minha existência enquanto sujeito social. Ou seja, é um movimento que tem uma amplitude densa em relação à minha própria história pessoal; afinal, já tinham um enredo quando me dei como gente. Inúmeras vezes, quando pequena, escutei de relance comentários sobre a existência dos “sem-terra”, mas sempre carecido de informações. Vez ou outra surgiam boatos de que os “sem-terra” estavam na cidade, e ficava uma sensação de que as pessoas se incomodavam com este fato, como se eles fossem estrangeiros indesejáveis que poderiam atrapalhar a ordem social.

Quando tomo conhecimento do que é o MST, já na graduação em psicologia, procuro uma outra narrativa paralela àquela que já havia escutado. Todavia, encontro-a ainda borbulhada de concepções, seja no meio do senso comum ou no limbo da ciência. Compreender o real sentido do MST para mim e como posso, enquanto profissional da psicologia, contribuir com meu trabalho ao movimento e às pessoas que o compõem, faz parte também do desenrolar desta pesquisa.

Ao ter a oportunidade de me engajar enquanto psicóloga e técnica do projeto de extensão, e assim ter contato direto com integrantes do MST, percebo que chego aqui com a noção de engajamento do fazer política bastante idealizado, e ainda tomando como exemplo os moldes de manifestações de movimentos estudantis e de professores da educação básica e universitários. A princípio, os primeiros contatos meus com as mulheres do MST foram imersos de uma visão idealizada do movimento, a partir do que eu entendia sobre organização de movimento social, mergulhada num sentido academicista. Com estas mulheres, aprendi que a politização e a tentativa de enfrentamento da violência acontecem no cotidiano e pela rememoração da história de luta do movimento nos detalhes do dia-a-dia.

Assim, pela narrativa da história de vida e do movimento é que se mantém vivo o MST, bem como as pessoas que a ele pertencem e/ou pertenceram. Como dispõe Gonçalves Filho (2003, p. 202): “o testemunho e a memória dos outros são os únicos capazes de trazer suficiente realidade e permanência à apresentação viva de alguém [...] Dependem de outros humanos para permanecerem [...]”. Em paralelo, me dei conta que as integrantes do MST vivem também tendo que enfrentar não só fora dali, mas também no próprio movimento, as ressonâncias do que é viver em um país de estrutura patriarcal e capitalista.

Percebi que a idealização só me colocaria numa situação de conflitos entre o real e o ideal, me limitando e me enclausurando nas minhas interpretações e sentimentos, ao mesmo

passo que me afastaria do estudo destes encontros com estas mulheres. Como bem pontua Devereux (1967/1999), onde há o estranho e o inexplorado que fascina, temos uma indução de preencher lacunas com projeções e produtos da própria fantasia. E onde há imprecisões dos fatos, autocontradições e passagens obscuras, há pontos cegos inconscientes que criam escotomas e afetam a atitude profissional (Devereux, 1967/1999). Já disse e digo novamente, não nego a presença de conteúdos pessoais na produção dos dados do trabalho de campo e, posteriormente, nas análises destes, afinal, desde a identificação com uma temática ou grupo presente nos estudos, isso já se fez presente. Ainda, a pesquisadora também é gerida pelo inconsciente. Do mais, entre o que direciono ao outro e o que dirigo a mim, me esforço ao não sobrepor nossas [minhas] inclinações pessoais sobre a pesquisa. Como dispara Gonçalves Filho (2003), o rigor de uma pesquisa e dos conteúdos que dela decorre, “[...] vem do detalhamento de uma experiência que excede a experiência do pesquisador e a experiência dos depoentes, mas justamente porque foi obtida do trabalho de comunicação entre elas” (p. 206).

Assim, é pelo encontro que se chega aos dados e, portanto, nestes é onde podemos encontrar tanto determinantes subjetivos das participantes, quanto da pesquisadora. Além de que nós, pesquisadoras, sujeitos de fora daquele grupo, jamais saberemos dos modos de interação que aconteciam/acontecem em nossa ausência. As participantes, sentindo a presença de alguém externo, agem de modo a considerar este fato quando nos fazemos presentes no campo de pesquisa (Devereux, 1967/1999).

Saber dosar esta relação também não é tão óbvio quanto parece nesta premissa. Estar numa atuação profissional em um movimento, com grupos de mulheres, com assuntos que podem ora assemelhar às suas vivências pessoais e num instante se distanciar ao ponto de causar estranhamentos, não é uma tarefa fácil. Ainda assim, é preciso permanecer sob o elo de alteridade, caminhando entre distanciamentos e aproximações. Nessas idas e vindas que os dados da pesquisa vão sendo construídos.

Com o passar do tempo, revelei a mim mesma minhas angústias em relação ao cenário sociopolítico, que vez ou outra se misturam e se aproximam das sensações destas mulheres do movimento. Isso me faz lembrar dos escritos de Devereux (1967/1999), quando este descreve os materiais que suscitam a angústia do pesquisador. Dois deles seriam: “a) ameaça a vulnerabilidade fundamental de todo ser humano (perigo de morte, ou de mutilação, ameaça de castração, etc.) [...] c) ameaça de minar as defesas ou sublimações principais” (p. 73). Pontuo aqui a ameaça compartilhada tanto por mim, quanto pelas mulheres do MST – cada uma no seu grau de violência e suas configurações – frente aos ataques referentes à questão de gênero mais agudos nos últimos anos, assim como o aumento da violência contra a mulher no Brasil de 2019

para cá. Também me refiro à criminalização aguçada e autorizada de organizações coletivas, além dos desmontes de políticas públicas, incluindo as responsáveis por englobar a universidade pública à qual devo minhas maiores condolências à formação pessoal e profissional e meu mais expansivo tempo e energia gastos nos últimos oito anos de vida. Também cito a ameaça de um governo autoritário, frente ao medo escancarado de uma sociedade da qual somos parte.

Vale situar que antes deste grupo do projeto de extensão “Organizadas e Mobilizadas...” ao qual me vinculei, existiam outros que também acompanhavam esta mesma associação de mulheres do acampamento do noroeste do Paraná. Inclusive, o primeiro contato com as acampadas aconteceu via intermediação dada com a presença das coordenadoras de outros dois projetos de extensão, também da Unitrabalho-UEM. Percebi que fui recebida pelas moradoras do acampamento de maneira indistinta das outras personagens que compunham o grupo da universidade e que, naquele momento, se encaminhavam até o acampamento.

Após outros retornos ao campo – na época, só o grupo em que eu participava – senti uma repetição de como entre a equipe e estas mulheres eram configuradas, além das respostas que recebíamos parecerem esperadas. Ainda éramos extensão de grupos anteriores. Era preciso construir um novo canal de relação, com comunicação própria; ao mesmo tempo em que também era necessário trabalhar com essas fixações decorrentes das transferências de relações já existentes.

Ressou, a meu ver, uma forte resistência em construir uma nova configuração de relação, insistindo na manutenção das antigas lógicas de interações entre equipe da universidade e as mulheres em questão. Essas lógicas, pois, eram pautadas na hierarquia do saber-poder, na produção de sentimento de incapacidade das mulheres por serem elas “desprovidas do saber” acadêmico, de um assistencialismo em demandas que poderiam ser resolvidas no coletivo. A primeira percepção foi essa, de que os papéis já estavam estabelecidos numa dada configuração, a assombrar a relação independente de quem ocupasse os lugares.

A primeira brecha para cissura desta repetição compulsória aconteceu a partir das entrevistas individuais realizadas nas respectivas casas de cada uma dessas mulheres. Momento este que serviu para estreitar o vínculo com cada uma das que compunham o grupo e também para que elas pudessem perceber que éramos sujeitas singulares, para além de integrantes de um grupo da universidade. Um dos elementos mais importantes para este trabalho foi a disponibilidade da escuta, sem pressa, sem tempo cravado para interromper um relato. Como descreve Gonçalves Filho (2003, p. 205): “A hora da conversa requer outra coisa que esforço ou boa vontade. Requer muitos deslocamentos: o corpo no outro bairro [...] requer

deslocamento do espírito – renunciar completamente a falar do centro para a periferia, renunciar a fala de cima para baixo”, e foi nesta via que tentamos caminhar.

Com a presença mais contínua, o envolvimento com outras atividades do acampamento (como por exemplo a festa julina), a vinculação com as crianças e maridos das associadas, o convite feito a duas representantes para que fossem à universidade ministrar uma roda de conversa sobre a vida das mulheres no MST (com o combinado de que após cada encontro grupal faríamos um café da tarde onde normalmente acontecia conversas pessoais) e com a acolhida e escuta individual de uma acampada que relatava muitas queixas ao grupo, sinto que o meu papel social naquele local foi se modificando para psicóloga. Com isso, as demandas endereçadas também se transmutaram, além de algumas serem colocadas de maneira individual para cada integrante da equipe, respondendo nossa formação acadêmica, eu psicóloga, e minha colega cientista social.

Para além dos conteúdos que trabalhávamos em grupo com a associação, os quais eram acordados pelo plano de trabalho, como por exemplo economia solidária, comunicação não-violenta, modos de organização e comercialização da associação, entre outros – haviam alguns endereçamentos a mim, que variavam de aconselhamento sobre como educar filhos à depressão e suicídio. Essa percepção de mudança me lembra o que Moro (2017) descreve na entrevista-texto intitulada “Quando a sala de espera do analista é o mundo”, em relação à identificação da existência de uma demanda e de qual se trata, a partir deste laço estabelecido entre a pesquisadora-psicanalista e participante/paciente se referindo aos contextos práticos fora do *setting* clássico (clínica):

O que essas pessoas sentem é a necessidade, mas não têm uma demanda precisa e algumas não sabem o que você pode oferecer a elas; têm um mundo que, na melhor das hipóteses, você conhece de maneira distante, ou nem conhece. Nessas situações, claramente deve-se trabalhar a relação entre o íntimo, o intersubjetivo e o coletivo, porque para criar uma relação que seja realmente uma relação, vamos dizer, psicanalítica, você deve desenvolver os diferentes níveis, do contrário, não se encontra o paciente, não se pode estabelecer relação – uma relação que tem um sentido igual para você e para ele, porque para você vale, mas para ele também, há de ser coerente. (Moro, 2017, p. 19)

Um adendo necessário a fazer é que um momento crucial para o estabelecimento de vínculo e confiança com as acampadas foi a festa julina. Nesta, nos comprometemos a auxiliá-las na organização, desde a decoração – na qual realizamos em conjunto uma faixa com o nome da associação e penduramos bandeirolas – até auxílio no cuidado do caixa. Tudo que fosse arrecadado na festa iria para investimento na associação. Essa celebração foi um marco importante que possibilitou a realização das atividades seguintes do grupo, pois ela nos foi

interpretada como uma prova de ingresso, de conseguir um voto de confiança das mulheres do acampamento. Como bem descreve Gonçalves Filho (2003, p. 195),

A hospitalidade que é irrestrita, mas condicionada às *provas de ingresso* a que um forasteiro é sempre desafiado. São provas exigentes: provam a amizade ou a inimizade do forasteiro, decidem uma aliança ou um conflito. Essa forma desafiadora e exigente de contato, em tudo diferente de uma abertura permissiva, lutou contra a introdução predatória de agentes do mercantilismo europeu, e ainda hoje, luta contra a ação sedutora e maliciosa dos negociantes ou luta contra a ação francamente violenta dos capangas do latifúndio e das empresas ruralistas.

As provas de ingresso funcionam como meio de proteção daquela comunidade, grupo ou pessoa que já conviveu com a humilhação social (o que será discutido no capítulo cinco). E no caso, há provas das quais nos advertimos só após passá-la, ela não é, portanto, anunciada.

Ainda assim, mesmo que em menor repetição, recebíamos pedidos que nos lembravam a aproximação delas com as antigas relações com outros grupos – afinal, a relação que elas estabeleceram conosco sempre teve esse atravessamento –, como o de nos responsabilizar pela venda dos produtos da associação no nosso município. Também, em conjunto, ainda ocupamos o espaço de figuras da universidade – realmente nunca deixamos de representar –, como quando as mulheres queriam saber das lutas que a universidade pública vinha travando com as ameaças do governo, a partir de greves, por exemplo, ou quando solicitavam ajuda na escrita de um projeto de fomento para envio a um deputado.

Nos últimos contatos que pudemos ter via projeto de extensão, surgiu a explanação de conflitos do grupo, alimentados por conflitos pessoais de integrantes, transcendente à associação. Situações bastante íntimas para serem ditas nos primeiros contatos. Pela limitação da duração do projeto, tivemos que deixar suspensa nossa participação da resolução desses conflitos que vinham à tona naquele momento.

No fim, apesar de sempre frisar a ideia de que embora estivessem ao lado de profissionais da psicologia, não era nossa responsabilidade dar conta de todo problema e conflito emergido. Inicialmente, senti a ausência da possibilidade de não intermediar e nem mesmo levar nossa perspectiva sobre os desentendimentos relatados nos últimos encontros e sobre a questão de gênero naquele acampamento. No entanto, por ora fiquei um tanto mais satisfeita quando soube que o próprio MST da região do Paraná estava organizando encontros locais nos assentamentos e acampamentos para discussão sobre a temática de gênero, sendo esse lugar um desses.

Uma dificuldade encontrada na construção desta dissertação, se encontra aliada ao fato de estar atravessada por um momento de instabilidade, não falo apenas das eleições de 2019 e da representação política em si, mas também da surpresa de encararmos uma pandemia, sendo

essa um impeditivo para a continuidade do planejamento feito para esta pesquisa até então. Por precaução frente à Covid-19, a ideia de um retorno ao acampamento foi cancelada. Assim, o material de análise foi composto pelos encontros e entrevistas ocorridas entre novembro de 2018 até outubro de 2019. Este fato nos fez debruçar num trabalho árduo de resgate da memória, pois o que nos propusemos vai além da descrição objetiva das idas ao campo, há também uma narrativa subjetiva, que envolveu cada encontro e acontecimento nos quais eu estava presente no acampamento. Diante disso, uma das tarefas mais difíceis foi lembrar as falas, os sentimentos, o lugar, as trocas, para só assim ser possível trazê-las para a pesquisa.

Com isso, então, o movimento se assemelha à descrição feita por Gonçalves Filho (2003, p. 210): “Trata-se de confrontar a lembrança e a discussão do depoente com nossa própria lembrança e discussão do fenômeno, confrontando-as também com autores eventualmente devotados ao assunto”. É o que fizemos no último capítulo.

## 2 O MST no cenário político brasileiro

*“Que memória histórica tem sido construída em nosso país”?*  
(Coimbra, 2001a, p. 11)

Falar de um acontecimento ou sobre alguém demanda a necessidade de se localizar, não só de se empenhar nas constantes indagações sobre qual papel que ocupo; como estou narrando este fenômeno social? Qual a imagem que estampo entre palavras e pontuações na construção da escrita sobre ‘os alguéns’ que envolvo? Há de se escrever considerando as implicações promovidas não só dos participantes com a pesquisa, mas também dos futuros leitores que venham a se interessar pela leitura. Ainda, não se dispensa a possibilidade de que aconteça, com a ferramenta da escrita e da leitura, ressignificações de contextos passados.

Para além de direcionar um local de partida enquanto pesquisadora interferida e interferente na pesquisa, é necessário escutar, ler e reler a(s) história(s) do que e a quem nos referimos. Neste caso, digo do MST. Logo, o objetivo deste capítulo foi apresentar o contexto sociopolítico do Brasil no qual emerge o MST enquanto um movimento de resistência frente às exclusões promovidas pela modernização das tecnologias do campo, e a alta concentração de terras pela expropriação dos camponeses, além de localizá-lo no contexto atual. Além disso, apresentar como a de gênero foi se tornando uma pauta primordial no movimento, culminando na criação do Setor de Gênero.

Não perdemos de vista que o MST tem como marco de sua fundação o ano de 1984, porém, os acontecimentos que deram origem ao movimento são anteriores a esta data. As heranças e patrimônios imateriais que embasaram suas lutas advêm também de outras resistências populares. Há uma presença indispensável de raízes históricas na existência deste movimento social, frisando, assim, a incompletude que é o conceito “história” e seu movimento espiral e inspirador para novas coletividades. Como bem traz Alencar, Ribeiro e Ceccon (1986, p. 05):

História é rica, agitada e viva. Cheia de alegrias e dores, bem do jeito das pessoas todas que aqui vivem. Movida pela força de grupos humanos, com caras, hábitos [...], a História do Brasil vai sendo construída entre sons e silêncios, festas e prisões, paixões e tiroteios, carinhos e ódios. História é vida, é continuação. É o que foi, o que está sendo, o que será.

É com este ímpeto e embasada nesta concepção de história que inicio um breve relato compilado dos caminhos de leitura que percorri para complementar o que vinha a considerar sobre a história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sobre seus antecessores e suas bandeiras de luta, fruto da organização coletiva.



## 2.1 Prenúncios de um movimento nacional de luta pela terra

As condições de desigualdade sócio-políticas enraizadas no Brasil, desde tempos remotos, acabam fomentando a necessidade de alguns segmentos engendrar numa luta pela defesa de acesso a recursos básicos para se manter em vida, como é com a terra. Na história brasileira, podemos destacar dois acontecimentos primórdios à consolidação de um movimento de luta pela terra: a Guerra de Canudos (1896-1897) e a Guerra do Contestado (1912-1916), que antecederam o surgimento do primeiro movimento brasileiro de luta pela terra com proporções nacionais, as Ligas Camponesas (1954-1964).

De acordo com Stedile (2012), uma crise no modelo industrial do país e uma crise da dominação política instiga a organização das Ligas Camponesas, principalmente com a discussão da reforma agrária. A palavra de ordem instituída foi: “Reforma agrária na lei ou na marra” (Stedile, 2012, p. 13). As Ligas reuniram muitos camponeses com objetivo de luta pela terra e se tornou uma grande ameaça aos poderes políticos dominantes e autoritários na época.

Motta e Esteves (2006) frisam também a importância do conflito no Engenho da Galileia, em Vitória de Santo Antão, entre o proprietário que havia tentado interditar a associação recém-criada por meio de perseguição aos camponeses. A Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP), buscou respaldo político para os camponeses da Galileia, traçando os primeiros contatos com o Partido Comunista, que foi a única organização política naquele período que dispunha pautas das massas rurais. Outros políticos se limitavam a ações pontuais para manejo eleitoral. Os sindicatos, na época, mesmo não sendo proibidos até 1963, eram dificultados, principalmente o sindicalismo rural por conta da vinculação dos governos ligados ao latifúndio (Morais, 2012).

Assim foi o cenário de constituição das Ligas, que num primeiro momento, se apresentaram reduzidas em diretorias sem um corpo social abundante, e mesmo assim eram alvos de repressão, principalmente quando organizavam atos públicos. Apesar disso, as Ligas Camponesas estavam na linha de frente de acontecimentos marcantes, tais como: “[...] a guerrilha de Porecatu<sup>14</sup>, a revolta de Dona Noca<sup>15</sup>, o território livre de Formoso<sup>16</sup> e o primeiro

---

<sup>14</sup> Guerrilha entre posseiros e latifundiários na margem esquerda do rio Paranapanema, entre São Paulo e Paraná, com início em 1950 (Morais, 2012).

<sup>15</sup> Ação armada de estudantes, operários e da prefeita de São João dos Patos, apelido Dona Noca, para impedir a posse do governador eleito Eugênio de Barros (Morais, 2012).

<sup>16</sup> Uma área de quase 10 mil km<sup>2</sup> em Goiás, campo de choques armados entre posseiros e latifundiários que tinham aliados a força policial (Morais, 2012).

Congresso Nordestino de Trabalhadores Agrícola (em 1954) [complemento nosso]” (Morais, 2012, p. 25). Battisti (2006) destaca também a Revolta de 1957 (também chamada de Revolta dos Camponeses ou Revolta dos Possesiros), que estoura a partir da comercialização de títulos de terra e da madeira para empreiteiras e empresas de capital estrangeiro.

Apesar de as Ligas se organizarem inicialmente no âmago das massas camponesas do Nordeste, e de não terem formalidade mesmo possuindo um estatuto e um programa político, esse movimento permitiu que a luta camponesa atingisse pela primeira vez uma dimensão nacional. As principais estratégias de luta no decorrer da história do movimento foram as manifestações urbanas (protestos, atos públicos) e as ocupações de terras do latifúndio. Além de veiculação midiática própria, com o jornal *Terra Livre* e o folheto *Zé Brasil*, bem como a atuação de violeiros, cantador e folhetinista, considerando a população analfabeta.

Um marco histórico enquanto conquista das Ligas Camponesas, antes de ser posta na ilegalidade, é a Lei nº 4.504, que dispõe sobre o Estatuto da Terra<sup>17</sup>. Nesta se define a Reforma Agrária, no artigo 1, como: “§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (*Lei n. 4.504/1964*). Há várias críticas acerca do texto final do documento, visto o mesmo ter sido alvo de grandes disputas entre opositores políticos que, de um lado representavam os interesses dos latifundiários e grandes fazendeiros e de outro eram aliados à luta das Ligas. De acordo com Stedile e Fernandes (2012), este tipo de definição está embasada no conceito de reforma agrária do tipo clássica, investida pelas burguesias industriais no século XIX e aplicada em países como França, Estados Unidos e Japão. É a compreensão de distribuir a terra para o camponês que se torna produtor autônomo, e a soma destes produtores gera um mercado interno de mercadorias agrícolas e um mercado consumidor (camponês) que agora tem renda.

Na frente das Ligas havia dois principais personagens: o trabalhador assalariado agrícola – um operário do campo que vendia sua força de trabalho para o capitalista rural; e o camponês – aquele que praticava plantio no seu pedaço de terra, ou era arrendatário, isto é, não tinha condições de competir com o capitalista rural. O trabalhador assalariado agrícola era um devedor permanente, pois tinha que comprar seu suprimento nos barracões que vendiam os produtos de menor qualidade por um preço alto, com risco de ser despedido a qualquer momento. Com o envolvimento político, as Ligas Camponesas se expandiram pelo país

---

<sup>17</sup> “O governo totalitário havia elaborado o Estatuto da Terra: uma Lei que expressava os princípios da reestruturação fundiária, que, todavia, jamais foi aplicada. Pela forte vinculação política entre os governos militares e os ruralistas” (Fernandes, 2003, p. 32).

tornando-se nacionais, e ainda hoje marcam lembranças pelo Brasil afora. Como destaca Moraes (2012, p. 71): “[...] não se pode negar o importante papel que [as Ligas] desempenhou entre 1955 e 1964, na criação de uma consciência nacional em favor da reforma agrária”. Afinal, este movimento demonstrou vividamente que “os segmentos subalternizados não são meros espectadores, como têm sido apresentados, mas produtores dos acontecimentos” (Coimbra, 2001a, p. 11). E é no meio do ano de 1964, momento em que aconteceria o “I Congresso das Ligas Camponesas do Brasil”, quando foram surpreendidos com o golpe militar, tendo a organização sido afetada a partir de forte repressão, prisões e assassinatos (Moraes, 2012).

A data de 1º de abril 1964 é conhecida como o dia que foi declarado o golpe militar, tendo o afastamento do até então presidente João Goulart, seguido de sua substituição pelo Marechal Castelo Branco, somada a uma listagem de lideranças militares no poder, até mesmo uma Junta Governativa Provisória em 1969, findando com João Figueiredo em 15 de março de 1985. O regime militar vigorou no Brasil por 21 anos, tempo em que sobrepuseram a criação do maior número existente de Atos Institucionais, perseguição política, supressão de direitos constitucionais até então validados, repressão e censura aos contrários a este regime. Também, foi na década de 1960 que o Brasil foi intensamente exposto ao capital estrangeiro, provocando transformações na economia como o crescimento da concentração de renda, além do endividamento externo e o início da modernização tecnológica.

O regime militar apostou na utilização da Lei de Segurança Nacional (LSN) para o monopólio do poder, a partir da argumentação de uma “ameaça comunista no país”. Nisto, utilizaram das artimanhas jurídicas para manter a configuração política. A LSN teve uma versão em 1935 e outra em 1953 com o objetivo de definir crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social. A partir de 1967, o objetivo do documento tornou-se definir os crimes que afetavam a Segurança Brasileira. Em 1969 são incluídas a pena de morte e a prisão perpétua como penas para crimes enquadrados na LSN (Decreto-Lei n 314/1967; Decreto-lei n 898/1968).

A LSN de 1967 se dá pelo Decreto-lei nº 314, fortalecido pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN) advinda dos Estados Unidos dos tempos de Guerra Fria. De acordo com Bueno (2014), de 1930 a 1964 o Brasil tem uma geração de militares frequentadores de cursos norte-americanos, retornando preparados para a “defesa nacional”. Afinal,

A DSN se baseou, portanto, na construção ideológica de uma ameaça interna e externa que precisava ser combatida. Assim, será pautada a deturpação da tradição marxista e a difamação do socialismo e dos socialistas, colocando como ameaça todos aqueles condizentes com o ideário revolucionário, sendo que a caracterização de subversivo será taxada como adjetivo para criminosos perigosos que tentam corromper os “cidadãos de bem. (Bueno, 2014, p. 53)

Quem não se torna cúmplice dos ideários da Doutrina de Segurança Nacional, torna-se inimigo declarado e foco de combate, por estar aliado ao “bloco comunista”. Para manter esta ideologia foram necessários mecanismos e instituições de vigilância e controle da sociedade – como a Escola Superior de Guerra (ESG), Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Serviço Nacional de Informações (SNI), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) (Bueno, 2014) – com vistas a aplicar o monopólio das informações sobre a vida dos brasileiros. Os argumentos da DSN pela “segurança nacional” contra a imagem do subversivo corrompedor, o inimigo da Nação, encaixa-se com a campanha de um regime repressivo.

Com a truculência da década de 1960, muitos grupos se tornaram oposição da segurança nacional – como sindicatos e movimentos – e enquadrados como ameaças, recebendo sem qualquer medida a “resposta” das forças armadas. “Assim se constituiu o combate ideológico da segurança nacional frente às ideias que iam contrárias ao governo – sempre taxadas de ‘ideias comunistas’ [grifo do autor] –, materializada na própria legislação brasileira” (Bueno, 2014, p. 61).

O Decreto-lei nº 314/1967, é repleto de expressões tais como “guerra revolucionária e subversiva”, “organização subversiva”, “revolucionário” ou “rebelde” com “finalidade combativa” para se referir aos “inimigos da Nação”, o alvo. Decretavam proibições que afetavam a liberdade de expressão, aproximando o uso da comunicação social crítica como perturbação da ordem pública, taxando os críticos da ditadura como “tendenciosos” e “deturpados” para boicotar a tentativa de protestos, de instauração de greve ou paralisação temporária – tidos como ações de crime. Também foi proibida a manifestação de desacordos por parte da sociedade civil em sessões legislativas, judiciárias ou em conferências internacionais no Brasil. Os julgamentos eram de responsabilidade de um foro militar, que poderia manter aprisionado o julgado por até 60 dias mesmo em investigação, além de poder mantê-lo 10 dias incomunicável (Decreto-lei nº 314/1967).

Em 1968, formalizou-se o Ato Institucional nº 5 (AI-5), um documento produzido com o auxílio do Conselho de Segurança Nacional da época, com objetivo de esclarecer o poder do Presidente da República em intervir sem limitações, podendo suspender os direitos de quaisquer cidadãos por 10 anos e a cassação de mandatos de todas as instâncias. Coimbra (2001a) relata que este documento foi conhecido como golpe dentro do golpe, vitória dos militares chamados “linha dura”. É um Ato que descreve o “combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições do povo”, independente da ação que terá de ser tomada, mesmo que seja o fechamento do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras dos Vereadores, ficando o grupo militar com a legislação do Poder Executivo sobre todos os outros poderes (Decreto-

lei n 898/1968). De acordo com Bueno (2014), o AI-5 dá poderes ilimitados ao Executivo, configurando-se como um dos mais duros entre os Atos Institucionais e a ser revogado apenas em 1979. Este também legitimou a ilegalidade e clandestinidade de muitos movimentos sociais (como as Ligas Camponesas), além de ter assegurado a prisão, exílio e tortura de muitos militantes.

O Decreto-lei n° 898/1969, por sua vez, revogou o Decreto-lei n° 314/1967. A partir dos Atos Institucionais n° 12 e o n° 5, a LSN ficou sob comando dos ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica militar, sendo composto por um capítulo diferente dos outros, isto é, do processo dos crimes punidos com as penas de morte e de prisão perpétua (*Decreto-lei n° 898/1969*). Apesar de os conteúdos linguísticos não se diferenciarem tanto nas suas versões de 1967, 1969, 1978 e 1983, o julgamento é de tom mais agressivo na versão de 1969. Não há como negar que este documento pode ter sido usado para legitimar muitas mortes e desaparecidos políticos da época em pleno auge da ditadura militar. Hoje consideramos que “esta lei foi uma herança jurídico-legal deixada pelo regime civil-militar brasileiro” (Bueno, 2014, p. 61).

## 2.2 “*Os sem-terra somos nós*”

Após tornadas ilegais, as Ligas Camponesas foram se desintegrando, principalmente pelo risco que vinham correndo no momento político da época. Assim, a retaguarda se manteve até quase o fim do regime militar, até o momento em que surge o MST – quando a modernização das tecnologias nada acessível aos trabalhadores invade a lavoura provocando a intensificação da exclusão social e da concentração de propriedades. Forma-se uma massa migratória, que se dirige de terra em terra se deparando com as diferenças de plantio, sem conseguir sustento enquanto camponeses. Também muitos saíram do campo e foram para as cidades, sendo atingidos pela crise das indústrias urbanas brasileiras. Neste cenário, enxergaram uma opção nada fácil: resistir e permanecer nas terras de suas regiões. “É essa a base social que gerou o MST [...], que não aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como solução” (Stedile & Fernandes, 2012, p. 19).

A frase que dá origem ao título desta subseção é retirada do livro *Brava Gente*, de Stedile e Fernandes (2012), mas também é proferida pelos primeiros militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nos momentos iniciais de visibilidade midiática. O termo “*sem-terra*” foi primeiramente dito pela imprensa, ligando o movimento que estava a

surgir com o termo. No entanto, os próprios trabalhadores rurais incorporaram o termo no processo de constituição do MST, ressignificando o sentido.

Stedile e Fernandes (2012) relembram que o sul do Brasil foi um polo para o desenvolvimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Isso se deu pelas condições objetivas da agricultura na região, principalmente pela presença volumosa de agricultores e camponeses que foram fortemente afetados com a chamada modernização da agricultura e as expulsões da terra. Com isso, as ações de resistência que aconteceram simultaneamente e principalmente no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná alimentaram a fundação do MST.

Especificamente no Paraná, a disputa pela terra se corporificou a partir de suas principais narrativas sobre o significado dela: para a elite ela é tida como fonte de poder, para os camponeses é espaço de trabalho, relações sociais e vida. É a “luta permanente entre os dois polos extremos do processo de ocupação do território brasileiro: de um lado, o monopólio fundiário, de outro, a divisão da terra em pequenas propriedades” (Battisti, 2006, p. 66). Foram estas concepções que se conflitaram neste espaço de disputa, tendo o envolvimento do Estado, muitas vezes ao lado do primeiro grupo. Como expõe Ferreira (2014, p. 28), “[...] à medida que o governo estadual procurava tornar o Paraná o celeiro agrícola do país e um produtor de madeira [...] a questão agrária se impôs como problema real, a exclusão no campo aumentou”.

É desde a década de 1940 que o Paraná tem convivido com empresas colonizadoras estrangeiras que, em acordos com o governo estadual, acabaram instalando companhias (como a *Brazil Railway Co*) a fim de explorar as terras. Assim, a partir de uma narrativa-argumentativa de desenvolvimento e progresso, camuflaram os acordos inconstitucionais e ilegais. Battisti (2006) narra a história do Governador Lupion<sup>18</sup> que, aliado a Mário Fontana e José Rupp, buscaram legitimar as ações da colonizadora Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (CITLA), e posteriormente de outras empresas. Para tanto, utilizou-se do poder influente, tornando-se impune pelos acordos feitos com as empresas para atuações criminosas que resultaram em 14 mortos, dois desaparecidos e 47 vítimas de violência que vão desde espancamento a estupros, saques e mutilações. Battisti (2006) relata:

Enquanto os jagunços, que se encontravam à serviço das companhias colonizadoras, agiam violentamente contra os posseiros, cometendo todo tipo de atrocidades contra eles [...]. O Estado, nas suas instâncias local e estadual, por ação das forças políticas

---

<sup>18</sup> Moysés Lupion foi governador do Paraná pelo Partido Social Democrata (PSD), de 1947 a 1951. Após, elegeu-se como Senador do Paraná (1955-1956) e em seguida retornou ao cargo de governador do Paraná (1956-1961). Após ser substituído em seu segundo mandato por Ney Braga, se exilou de prisões por acusação de corrupção. Retornou ao Brasil em 1962, e ainda exerceu mandato na Câmara dos Deputados enquanto suplente convocado.

favoráveis à grilagem praticada na região, era conivente com a violência. Na esfera federal, o Estado industrializante mantinha-se distante, omissos em relação aos problemas fundiários. (p. 71)

Ainda no Paraná, como destaca Matiello e Queluz (2011), há o caso dos camponeses atingidos pela barragem da hidrelétrica binacional de Itaipu, na década de 1970. Para a construção da barragem, foram expulsas mais de 40 mil famílias no Oeste do Paraná. “No contexto de aceleração do crescimento econômico preconizado pela ditadura militar, baseado na industrialização financiada pelo capital externo, a usina de Itaipu, ao lado de outros grandes projetos de infraestrutura, era considerada fundamental à ‘segurança e ao desenvolvimento’” [grifo dos autores] (Matiello & Queluz, 2011, p. 2). Assim, se concretizou no Paraná o discurso de segurança nacional e do progresso contra os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Com pouco repasse de informações sobre a instalação da Usina e o futuro de suas moradas, as famílias foram surpreendidas com as desapropriações, com o não cumprimento de indenizações apropriadas e de uma política de reassentamento para manterem suas atividades de sobrevivência. Precisou a intervenção da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a criação do Movimento Justiça e Terra (MJT) para que o mínimo àquelas famílias se cumprisse. Este movimento foi o embrião para o surgimento do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), e mais tarde do MST. “Portanto, a partir dos elementos de uma cultura comum, que os identificava, e do vivido, os agricultores foram ocupando seu espaço de luta política, elaborando reflexões e falas para legitimar a batalha” (Matiello & Queluz, 2011, p. 7).

Em 1979, no Rio Grande do Sul, aconteceu a disputa de ocupação das fazendas Macali e Brilhante. Algumas famílias alojadas nos entornos da Fazenda Sarandi – após a derrota das eleições para governador de Leonel Brizola (PTB)<sup>19</sup>, tendo assumido Augusto Amaral de Souza (1979-1983) do Partido Arena – foram mandadas para a colonização no Mato Grosso, outras se recusaram a ir pois queriam continuar em suas terras. Estas mesmas tentaram negociar com o novo governador a desapropriação e ocupação das terras das fazendas Macali e Brilhante<sup>20</sup>, parte desta última foi antigamente a Fazenda Sarandi. As famílias afirmavam ser áreas do Estado, portanto públicas, cedidas irregularmente para interesses privados. Sem respostas, as famílias partiram para a ocupação. Foram várias as tentativas de ocupação, até que em 7 de setembro de 1979, com apoio da CPT, de sindicatos e outras entidades, 110 famílias hasteiam a bandeira na Fazenda Macali e alguns dias depois, 70 famílias ocupam a Fazenda Brilhante –

<sup>19</sup> “Brizola implementou o Programa de Projetos Especiais de Reforma Agrária e Desenvolvimento Econômico-Social e criou o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (Igra)” (MST, 2019).

<sup>20</sup> De acordo com Stedile e Fernandes (2012), Leonel Brizola (PDT) enquanto governador do RS (1959-1963) realizou a desapropriação da Fazenda Sarandi, na propriedade da família Mailios, que continha 24 mil hectares improdutivos.

ambas, em 2019, comemoraram 40 anos da ocupação. No documentário *Sarandi*, de Carlos Carmo e Ayrton Centeno, de 1979<sup>21</sup>, o dia 7 de setembro de 1979 é retratado com depoimentos de participantes da ocupação. Os envolvidos foram famílias afetadas pela desigualdade intensificada no país, pela industrialização do campo e expulsão dos trabalhadores da terra, que gerou grande percentual de miséria e fome.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), a partir de sua constituição em 1975 pelos bispos e padres ligados à luta pela terra e contra a ditadura militar, incentivou a possibilidade de constituir uma base de formação política aos trabalhadores rurais, influenciada pela Teologia da Libertação. Foram muitas reuniões e eventos para se discutir a possível relação entre o movimento dos trabalhadores rurais ainda não fundado e a igreja. De acordo com Stedile e Fernandes (2012), muitos integrantes da própria CPT, como por exemplo Daniel Rech e o pastor Fuchs, defendiam que os trabalhadores rurais deveriam ter um movimento autônomo. Também era discutida a aglutinação dessa luta dentro dos sindicatos; alguns sindicalistas defendiam que esta deveria acontecer dentro de organizações corporativas. Mas, também outros sindicalistas, como Ranulfo Peloso do Sindicato de Santarém-PA, diziam que a luta pela terra não poderia ser municipalizada. Ainda assim, foi necessário o surgimento de associações e movimentos estaduais, que logo se coletivizaram e fundiram no MST.

Em 1981 a CPT fortalece a criação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO) (Domingues, 2011). Em 1984, grandes manifestações destacaram o surgimento de um movimento estruturado, o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES), que, como destaca Battisti (2006), coordenou ocupações de terra e constituição de acampamento, envolvendo 10 mil pessoas. Ainda, surgiu neste contexto o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná (MASTEN), o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro-Oeste do Paraná (MASTRECO) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral do Paraná (MATEL) (Domingues, 2011). A partir “da unificação de todas as lutas dos agricultores sem terra do Centro-Sul que recusaram a proletarização e a migração e reivindicavam terras em suas regiões de origem surgiu o MST” (Domingues, 2011, p. 19). Neste mesmo teor, o documentário *A Classe Roceira*<sup>22</sup> (1985-1986), de Berenice Mendes, retrata os rumos tomados na luta pela terra no Paraná, em confluência com a luta nacional, bem como as dificuldades que enfrentaram.

---

<sup>21</sup> Carmo, C. & Centeno, A. (Diretores). (2007) *Sarandi*. Produção: CasaNova. Brasil. Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=kbNrp4nKGa4>

<sup>22</sup> Mendes, B. (Diretora). (1985) *A classe Roceira*. Produção: B. Mendes. Brasil. Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=hTtsGcsqwYw>



Outrora, antes da fundação do movimento enquanto MST, aconteceram muitos aprendizados e discussões com figuras de outras organizações e partidos que tinham enquanto pauta a luta pela terra, como: as Ligas Camponesas, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultabs), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), pesquisadores de temas rurais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entre outros. Também ocorreram reuniões com o Movimento de Agricultores Sem Terra do Sudeste do Paraná (Mastes) e Movimento de Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (Mastro) (Stedile & Fernandes, 2012). Em paralelo, foram realizados encontros do grupo que planejava o MST. Muitas reuniões preparatórias entre 1982 e 1983 antecederam o primeiro Encontro Nacional dos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que aconteceu em Cascavel (PR) em 1984, como por exemplo, a primeira grande reunião de articulação regional realizada em Medianeira (PR) em 1982 (Stedile & Fernandes, 2012).

Foi também nesta época, em 1981, que aconteceu a luta do Acampamento Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta (RS). Como retratado no documentário *Encruzilhada Natalino*<sup>23</sup>, de Ayrton Centeno e Guaracy Cunha (1981), esta ocupação foi alvo de muitas ações de repressão advindas do Estado. Primeiramente, se estabeleceu um acampamento neste local por estar entre os estados Rio Grande do Sul (RS) e Santa Catarina (SC), também por ser um espaço de movimentação de veículos que se direcionavam para as cidades maiores (Passo Fundo, Sarandi, Carazinho e Ronda Alta) e estar próximo de assentamentos já instalados. Este foi o primeiro acampamento montado na rodovia que recebeu uma rede de apoio e se ampliou rapidamente, expandindo-se para 2 mil pessoas acampadas.

Em 25 de julho de 1981, houve um ato público com mais de 15 mil pessoas – tornado clandestino pela Lei de Segurança Nacional (LSN) – o qual sofreu muitos ataques violentos a mando do Major do Exército Brasileiro “Coronel Curió”. A partir do mês de agosto deste mesmo ano, esta operação do exército tomou como estratégia a formação de um cerco – estratégia já utilizada nas guerras de Canudos e Contestado – para isolamento e restrição de acesso aos alimentos, roupas, mantimentos, o ir e vir às reuniões. Após mil dias de resistência, em 1983, as famílias ali conquistaram os lotes pela desapropriação de 1.870 hectares nos municípios de Cruz Alta, Palmeira das Missões e Ronda Alta (MST, 2014)<sup>24</sup>.

---

<sup>23</sup> Centeno, A, & Cunha, G. (Diretores). (1981). *Encruzilhada Natalino*. Festival 8- Super de Gramado, Brasil. Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=pfvivrYJOWs>

<sup>24</sup> Ver em: <https://mst.org.br/2014/06/18/a-luta-do-acampamento-encruzilhada-natalino/>

Outra ocupação histórica foi da Fazenda Annoni – RS, em 29 de outubro de 1985, da qual deriva o documentário *Terra para Rose*, de Tetê Moraes, de 1987<sup>25</sup>. Neste documentário foi registrado o cotidiano da ocupação, além da marcha até a cidade de Porto Alegre como protesto à ausência de respostas do Governo Federal de José Sarney acerca da desapropriação e posse da Fazenda Annoni, incluindo o acampamento improvisado em frente à Assembleia Legislativa gaúcha, o cerco violento montado pelo Exército no entorno das extremidades da fazenda e a morte de Roseli Seleste Nunes da Silva (Rose), lida pelos seus companheiros enquanto assassinato, vítima de atropelamento em 31 de março de 1987 em uma das manifestações próximas a Fazenda Annoni, juntamente com mais dois militantes<sup>26</sup>. Rose é retratada no documentário como uma militante que assume uma liderança na representatividade feminina no MST, e isso fica evidente com suas falas sobre o sentido e significados da luta pela terra e da resistência em busca da transformação social.

Concomitantemente, aconteceram encontros primordiais para a construção da identidade do MST enquanto um movimento autônomo. No “I Encontro Nacional do MST”, realizado em 1984, os participantes estabeleceram 10 princípios<sup>27</sup> do movimento, além de projetar o que deveria ser o MST, também definiram a apropriação interna da denominação “sem-terra” nomeando Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Escolheram a data do primeiro Congresso Nacional, que aconteceria em 1985 em Curitiba (PR) (Stedile & Fernandes, 2012), e estipularam como objetivos três principais: Luta pela terra, luta pela Reforma Agrária e luta por mudanças sociais no país.

### 2.3 “Ocupação é a única solução”

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi fundado oficialmente em 1984, ainda em cenário de regime militar (1964-1985) marcado pelas intensas ações repressivas, além de uma política econômica de recessão (Engelmann, 2012). Mas, concomitantemente neste período, também se produziram ações e organizações populares de oposição à ditadura, que

<sup>25</sup> Moraes, T. (Diretora). *Terra para Rose*. Produção: T. Moraes. Brasil. Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=422xCGIJZR4>

<sup>26</sup> Em 1997, Tetê Moraes retorna às antigas terras da Fazenda Annoni e realiza o documentário *O sonho de Rose: 10 anos depois*, que revela a continuação da luta pela terra naquela localização e as conquistas, conflitos e relações afetivas e políticas que se desenvolveram. Para mais, ver em: [https://cdhpf.org.br/cat\\_galeria/videos/o-sonho-de-rose/](https://cdhpf.org.br/cat_galeria/videos/o-sonho-de-rose/)

<sup>27</sup> Alguns citados por Stedile e Fernandes (2012) são: uma **direção coletiva** para não haver cooptação e nem mesmo colocar em risco uma pessoa posta na presidência, **divisão de tarefas** para não centralização de poder disponibilizando o crescimento, **disciplina** compreendendo a necessidade de haver apropriação dos princípios, **estudo** para combater o voluntarismo, **luta de massas** reconhecendo a importância do poder de mobilização e não passividade frente aos governos e suas promessas, **vinculação com a base** para se manter com os pés no chão.

buscavam mobilizar resistência frente às violências sofridas. O MST fez parte disto (Pessoa & Dal Ri, 2017), ele se constituiu juntamente com “[...] ações que recolocavam na pauta política a questão da reforma agrária, anteriormente sufocada com o golpe militar de 1964” (Fernandes, 2003, p. 32). Todavia, de acordo com Stedile e Fernandes (2012), o que impulsionou fortemente o surgimento do MST foi o aspecto socioeconômico, como já mencionado.

O MST trouxe algumas novidades no seu modo de atuação em comparação às Ligas Camponesas, como exemplo a ocupação de terras a partir da organização das massas contra o latifúndio; o modo de produção e divisão de trabalho e renda, que envolve o trabalho comunitário, cooperativista, a técnica de plantio e cultivo de cada região e a relação com rural-urbano e com a agroindústria; e por fim, o MST consiste em um movimento “macroecumênico”, termo utilizado por Stedile e Fernandes (2012), no sentido de rompimento do isolamento das lutas e a crescente apropriação de novas pautas. Em outras palavras, “[...] não criou um grupo de fanáticos fechados no seu pequeno mundo. Ao contrário, assumiu os desafios, as angústias e esperanças de todo o povo brasileiro” (Stedile & Fernandes, 2012, p. 12).

“Ocupação é a única solução” foi a palavra de ordem do MST da década de 1980, a derivar da bandeira de luta que direciona o movimento a partir do “I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, realizado em Curitiba (PR) em 1985. Apesar do fim da ditadura militar com a presidência de Tancredo Neves, e logo em seguida com José Sarney (1985-1990), os integrantes do MST ainda estavam receosos. A vigente nomenclatura de “Nova República” não significava diretamente a conquista da terra, da reforma agrária e uma transformação social. De acordo com Stedile e Fernandes (2012), muitos partidos e sindicatos progressistas embarcaram no apoio do novo governo, como o PCdoB e o PCB. Foi neste clima que se deu a criação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), anunciado no “IV Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura” (Contag) (Gonçalves, 2006), cuja implementação foi impedida por ruralistas e pela vinculação do governo de latifundiários. (Fernandes, 2003; Gonçalves, 2006).

No período de um ano, os progressistas que haviam migrado para o apoio de Sarney percebem o engano. Com o retorno dos apoiadores e o reconhecimento que o MST vinha conquistando, aumentou o número de ocupações em todo o país. Só no oeste de Santa Catarina foram 18 fazendas ocupadas com participação de 5 mil famílias em uma semana, no mês de maio de 1985. “As massas entenderam que não poderiam ficar esperando o governo e que havia espaço democrático, mas que só ocuparia esse espaço quem conseguisse se mobilizar e lutar” (Stedile & Fernandes, 2012, p. 54).

Também, é desde esta época, 1985, que o MST vem produzindo um vasto material que visa refletir sobre gênero e suas implicações nas normas e valores sociais. Isso por compreender que as mulheres trabalhadoras rurais têm uma dupla exploração, sofrendo tanto como classe social quanto em ser mulher, numa sociedade machista. Em suas palavras, “[...] ao longo de toda história a mulher da classe dominada foi vítima de uma dupla exploração – uma opressão de classe e uma opressão de gênero – oprimida por ser proletária; oprimida por ser mulher” (MST, 1988, p. 16). No ano de 1985 aconteceu a primeira ação do MST, pela qual foi reiterada a necessidade de discutir a igualdade de gênero. Assim, o I Congresso Nacional do MST consistiu no local onde foram aprovadas normas gerais e criadas comissões de mulheres.

Em 1986, foi publicado o Caderno de Formação – “Organização do Movimento”, no qual verificou-se a exigência de representantes mulheres trabalhadoras em instâncias deliberativas municipal, estadual e nacional (MST, 1986a). Ainda, neste mesmo ano foi publicado o Caderno de Formação n. 10 – “a Luta continua: como se organizam os assentados”, o qual apresentou oito resoluções para garantir a igualdade entre homens e mulheres, que iam desde o apoio de homens às organizações de mulheres; às mulheres de assentamentos organizados; de ocupação de cargos; de divulgação de materiais às bases; de voto em quem defende a causa dos direitos igualitários, até a exigência de serem chamadas de trabalhadoras rurais e não “doméstica” ou “do lar” (MST, 1986b).

Em 1987 foi organizado o 3º Encontro Nacional do MST. A partir deste evento, foi publicado o Caderno de Formação n.12, tendo como um dos objetivos criar estratégias para maior participação das mulheres; o Caderno de Estudo de 1988 assinado pela equipe de mulheres do MST, chamado “A mulher nas diferentes sociedades”, denunciava o fato de mulheres do movimento não ter as mesmas oportunidades dos homens de se capacitarem.

#### 2.4 “Ocupar, resistir e produzir”

A reforma agrária tornou-se a principal bandeira de luta do MST. É por meio dela que o movimento faz frente contra os grandes latifúndios, e em torno dela que ocorrem os assassinatos e violências desmedidas sem o devido conhecimento público. Na história legislativa, a reforma agrária foi se tornando uma discussão travada a nível de Estado federativo. Antes mesmo da promulgação da Constituição de 1988, já havia se tornado assunto político; para ilustrar, cito a publicação já destacada aqui do Estatuto da Terra em 1964. Mas, é em 1988 que este debate ressurgiu, após findado o regime militar, como resultado de intensas pressões de movimentos sociais na Assembleia Nacional Constituinte. O Brasil vivia a chamada

redemocratização do país após os 21 anos de ditadura, e tem em 5 de outubro de 1988 a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil. Este documento, que se torna um parâmetro de ordenamento jurídico a todas as demais normativas brasileiras, rege até hoje os direitos e deveres da população. Anteriormente, a vigência das normas ocorria a partir do Ato Institucional nº 5 e da Constituição de 1967 (Castro & Ribeiro, 2009).

A Constituição de 1988, apesar de dita “avançada” e “progressista” – avaliações estas tidas naquele tempo, foi o resultado de uma luta possível dentro daquelas circunstâncias. Isso pois, “[...] não foram poucos os pontos que foram adulterados, ou simplesmente cancelados, antes mesmo de serem regulamentados, ante a força das posições conservadoras” (Castro & Ribeiro, 2009, p. 20). No entanto, é só a partir de sua consolidação que o Estado se torna responsável pelos cidadãos, contrariando o ideário meritocrático. As políticas assistenciais derivadas desta promulgação, apesar de frágeis, somaram ao auxílio necessário às camadas populares, que até então tinha um acesso ínfimo às condições de saúde, assistência social, economia, educação, direitos trabalhistas, etc. (Castro & Ribeiro, 2009).

Caminhando na contramão, uma temática com pouca adesão de avanço na Constituição foi a Reforma Agrária; isso tem influência da disputa travada em torno do assunto, inclusive o documento reafirma o discurso da concentração de propriedade privada e o latifúndio. Como discute Castro e Ribeiro (2009, p. 64), ela “[...] não atendeu aos principais requisitos para democratizar o acesso à terra no país – ao não ser garantida pelo texto constitucional, a reforma agrária fica dependente da vontade política dos governantes, limitada a uma restrita *política de assentamentos* [grifo do autor]”. Entretanto, Araújo (2001) traz outra perspectiva de que, com o texto constitucional de 1988, o poder público teria que pelo menos pensar em modificar a estrutura fundiária, já que a reforma agrária seria uma exigência de trabalhadores rurais para mudanças no acesso à terra, até então domínio dos grandes proprietários.

Ainda, Stedile e Fernandes (2012) relembram o surgimento do partido União Democrata Ruralista (UDR) para a defesa do latifúndio, cuja forte influência deu-se a partir da escrita e promulgação da Constituição 1988, principalmente na temática da Reforma Agrária. Por fim, Fernandes (1998) também afirma ter sido negativo o impacto da Constituição de 1988 para o avanço da Reforma Agrária, em suas palavras:

Mas, a grande derrota da luta pela reforma agrária aconteceu durante a elaboração da Constituição de 1988, onde o capítulo sobre a reforma agrária sofreu um enorme retrocesso, tendo como referência o Estatuto da Terra. Embora a sociedade organizada tenha apresentado uma emenda popular com mais de um milhão e duzentas mil assinaturas, acabou por prevalecer os interesses dos latifundiários. (Fernandes, 1998, p. 14)

A Reforma Agrária é citada na Constituição de 1988 no capítulo III – “da Política Agrícola e fundiária e da Reforma Agrária”, nos artigos 184 a 191 (composta posteriormente pelo regulamento lei nº 8.629 em 1993). Estes artigos tratam da responsabilização da União com a desapropriação do imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, direcionando estas terras para fins de reforma agrária. No decorrer dos artigos é explicitado sobre a indenização paga a quem tem suas terras desapropriadas, sobre as modalidades de imóveis rurais que não poderão ser desapropriados, a explicação do que seria a função social da propriedade rural, sobre o que é a política agrícola e quem participa de sua efetivação, sobre o plano nacional da reforma agrária e seus beneficiários a partir da concessão e distribuição das terras.

Há também a especificação do caso quando existe uma ocupação da terra rural menor que 50 hectares – que não pelos proprietários – por cinco anos ininterruptos sem oposição e tornadas produtivas a terra, em que é possível adquiri-la enquanto propriedade daqueles que a ocuparam. Também surge no artigo 243 do capítulo VIII – “das disposições constitucionais gerais” (complementado posteriormente pela Emenda Constitucional nº 81 de 2014), o qual enseja os casos das propriedades rurais com atuações de ilegalidades (cultivo ilegal e trabalho escravo). Estas serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e para programas de habitação popular, sem a aplicação de indenização ao antigo proprietário. Apesar de os críticos apontarem a timidez na conquista da reforma agrária na Constituição de 1988, ainda assim os movimentos sociais tratam enquanto resultados efetivos de luta.

Em 1989 foi realizado o “V Encontro Nacional do MST”, com efervescência e na esperança de Luís Inácio Lula da Silva ocupar a presidência. O Partido dos Trabalhadores (PT) havia surgido em 1980 num ímpeto semelhante ao MST, com apoio de organizações de esquerda, do movimento sindical e de agentes da pastoral da Igreja. Se apresentava como um partido político da classe trabalhadora, opositor aos conservadores que monopolizavam o poder na época. O desejo do movimento parecia estar mais concreto e era de “gerar uma nova sociedade nos assentamentos, organizar a produção, ter um modelo para a agricultura. Paralelamente, havia essa vontade política de eleger o Lula, ajudar a mudar o Brasil” (Stedile & Fernandes, 2012, p. 55). É neste clima que surgem as palavras de ordem que rege de 1989 a 1994: “Ocupar, resistir e produzir”. Também era de se comemorar que, depois de duas décadas de ditadura militar, se deu a primeira eleição direta para presidência (Fernandes, 2003).

É nesse mesmo ano que o MST publica o Caderno de Formação – “Plano Nacional do MST 1989 a 1993” reafirmando a questão da desigualdade de gênero com uma resolução

referente à articulação das mulheres e descreve a luta não como das mulheres, mas como princípio político das lutas do MST.

Em 1990, Fernando Collor de Mello (do Partido Reconstrução Nacional – PRN) assume a presidência após ter ganhado as eleições contra Lula (PT), e o MST já sente a oposição a partir da dificuldade em realizar o “II Congresso Nacional” em Brasília (DF), neste mesmo ano. A polícia federal invade as secretarias estaduais e confisca documentos, além de direcionar mandados de prisão aos integrantes do MST. Stedile e Fernandes (2012, p. 56) dizem sobre a época: “Tivemos que nos voltar para dentro de nós mesmos”. Assim, o movimento investe em organização de cooperativas de produção e comercialização, além da criação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) e da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab). Afinal, “o governo Collor, além de não fazer a reforma agrária, resolveu reprimir o MST. Acionou a Polícia Federal [...]” (p. 71).

Em 1992, Collor é afastado pela Câmara dos Deputados por acusação de corrupção e renuncia no mesmo ano, sendo substituído por Itamar Franco (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB), que até então era vice-presidente. Foi em 1993, no mandato de Itamar Franco, que a Lei Complementar nº 76 da Reforma Agrária foi aprovada pelo Congresso e sancionada (Lei n. 76/1993). Esta dispõe sobre os procedimentos de contraditório especial do rito sumário já explicitados na Constituição de 1988 de desapropriação de imóvel rural para a reforma agrária. Itamar ainda tinha ligações com figuras políticas do partido Arena (Aliança Renovadora Nacional) da época da ditadura militar, mas, tinha enquanto Ministro do Trabalho Walter Borelli, que se colocou como intermediador entre o então presidente e o MST (Stedile & Fernandes, 2012). Gonçalves (2006) afirma que o governo, em sua liderança, funcionou apenas para administrar os conflitos e conter ocupações.

É também em 1993 que o MST produz o Documento Básico que apresenta artigos sobre o direito das mulheres, como exemplo o art. 45, o qual diz sobre compreender a luta da mulher pelo seu espaço vinculada à luta de classes; e art. 152, que manifesta sobre a participação da mulher em todas as instâncias para combater o tradicionalismo camponês (MST, 1996a). Em 1995 acontece o “I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais”, no qual é defendida a extensão da conquista dos direitos de trabalhadoras urbanas para as trabalhadoras rurais<sup>28</sup>.

Em 1995, com Fernando Henrique Cardoso (do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB) no poder da República, há uma intensificação do neoliberalismo. A reflexão do

---

<sup>28</sup> Nesta época tem-se no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) o qual propõe uma Reforma da Previdência, atingindo de maneira negativa na aposentadoria das mulheres (mulher trabalhadora rural não poderia mais se aposentar aos 55 anos), também não teria o salário-maternidade, nem auxílio acidente de trabalho (MST, 1995).

movimento foi a de que, para ter reforma agrária, eram necessárias mudanças do modelo econômico (Fernandes, 2003). Como descreve Sampaio (2005), o MST vem em direção oposta a maioria dos movimentos sociais na época, “[...] percebeu que o futuro da reforma agrária dependia de uma mudança radical nos rumos da política agrícola” (Sampaio, 2005, p. 74). Enquanto resposta do Estado, houve um forte exemplo da truculência: o acontecimento do Massacre de Eldorado dos Carajás no Pará em 1996 (Stedile & Fernandes, 2012). No primeiro mandato, Fernando Henrique Cardoso minimizou a demanda da reforma agrária, mas em seu segundo mandato, modificou a estratégia e desenvolveu uma política repressora, “[...] criminalizando a luta pela terra e desenvolvendo de uma política de mercantilização da terra” (Fernandes, 2003, p. 34). Em especial no Paraná, em 1995, com Jaime Lerner enquanto governador, o movimento também enfrentou fortes ações de criminalização e repressão de forças policiais. Ainda que tenham conseguido espaços reconhecidos, em 1993, como destaca Domingues (2011), com o surgimento do primeiro centro de formação/escola no Paraná.

Mesmo neste cenário de intensa violência política, o MST continuou a produzir importantes documentos para a discussão da desigualdade de gênero. Em 1996, o até então chamado “Coletivo Nacional de Mulheres do MST”<sup>29</sup>, elaborou cartilhas sobre o tema e efetuou uma revisão dos documentos já publicados sobre gênero.

Em 1997 foi publicado o decreto nº 2.250, a dispôr sobre a vistoria do imóvel rural destinado à reforma agrária, delegada ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). É o INCRA que destina, desde então, a respectiva área para os beneficiários da reforma agrária no prazo máximo de 3 anos após a desapropriação registrada (Araújo, 2001). Naquele momento, para driblar o real monitoramento e falsear as informações, Cardoso aplicou a duplicação da “criação” de assentamentos de antigos governos, o que confundiu as informações do INCRA no acompanhamento da implementação de assentamentos (Fernandes, 2003). Também utilizou a concepção de “novo mundo rural” implementando a proposta do Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (Pronaf), no qual o assentado passou a ser visto como “empreendedor” num mundo de negócios competitivo – parte do financiamento do programa foi introjetado nas agências bancárias (como o Banco do Brasil) –, além da retomada do Programa Cédula da Terra (conhecido como Banco da Terra), no qual o preço do uso da terra (que deve ser quitado em 20 anos, com juros) foi negociado entre famílias de trabalhadores rurais e o proprietário, pela mediação do Inca e demais órgãos. Assim, Fernando Henrique Cardoso, como os demais governos anteriores, se restringiu a uma política

---

<sup>29</sup> Renomeado de Coletivo Nacional de Gênero e em 2000 Setor Nacional de Gênero (Pessôa & Dal Ri, 2017).



compensatória e uma imagem pública estrategista. Efetivamente, o que fez foi fortalecer as relações com o capital internacional, submetendo a economia nacional às condições exteriores (Gonçalves, 2006), sem abrir quaisquer espaços para direitos e demandas de coletivos (Sampaio, 2005).

Ainda assim, o MST tendo consolidado a importância de uma produção e divulgação sobre suas concepções de gênero, em 1998 lançou a cartilha “Compreender e construir novas relações de gênero”, com o objetivo de servir de material para estudo permanente; em 1999, teve também a cartilha “Mulheres Sem Terra”, um material de planejamento de encontros de formação e reflexão, com vistas ao fortalecimento da participação política das mulheres; ainda em 1999, o Coletivo Nacional de Gênero aprovou linhas políticas de gênero para o MST, sendo elas:

1. Garantir que o cadastro e o documento de concessão de uso da terra seja em nome do homem e da mulher;
2. Assegurar que os recursos e projetos da organização sejam discutidos por toda a família (homem, mulher e filhos que trabalham), e que os documentos sejam assinados e a execução e controle também sejam realizados pelo conjunto da família;
3. Incentivar a efetiva participação das mulheres no planejamento das linhas de produção, na execução do trabalho produtivo, na administração das atividades e controle dos resultados;
4. Em todas as atividades de formação e capacitação, de todos os setores do MST, assegurar que haja 50% de participação de homens e 50% de mulheres;
5. Garantir que em todos os núcleos de acampamentos e assentamentos tenha um coordenador e uma coordenadora que, de fato, coordene as discussões, estudos e encaminhamentos do núcleo, e que participe de todas as atividades como representante da instância;
6. Garantir que em todas as atividades do MST, de todos os setores e instâncias, tenha ciranda infantil para possibilitar a efetiva participação da família (homem e mulher);
7. Assegurar a realização de atividades de formação sobre o tema gênero e classe em todos os setores e instâncias do MST, desde o núcleo de base até a direção nacional;
8. Garantir a participação das mulheres na Frente de Massa e Sistema de Cooperativas dos Assentados (SCA) para incentivar as mulheres a ir para o acampamento, participar das atividades no processo de luta, e ser ativa nos assentamentos;
9. Realizar a discussão de cooperação de forma ampla, procurando estimular mecanismos que liberam a família de penosos trabalhos domésticos cotidianos, como refeitórios, lavanderias, etc., comunitários;
10. Garantir que as mulheres sejam sócias de cooperativas e associações com igualdade na remuneração das horas trabalhadas, na administração, planejamento e na discussão política e econômica;
11. Combater todas as formas de violência, particularmente contra as mulheres e crianças que são as maiores vítimas de violência no capitalismo. (MST, 1999, n.p)

Estas linhas políticas dão direcionamento ao setor que estava para surgir, instituindo estratégias de enfrentamento ao machismo nas relações políticas. Estas, consistem em ferramentas a serem utilizadas no cotidiano para além do papel, na divisão de trabalho, na

garantia de participação de programas e projetos governamentais e não governamentais, frente à violência doméstica e de Estado.

Em 2000, a partir do “Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” foi consolidado, então, o **Setor de Gênero** no MST, com o objetivo de ampliar a discussão, o estudo e a capacitação no assunto, além de conquistar maior adesão de mulheres no poder de decisão do movimento, combatendo os fatores que as distanciam da militância (Mafort, 2014). Esta foi uma estratégia na busca de novas configurações relacionais, visando o avanço na luta de classes. Posto que, como dispõe Pessoa e Dal Ri (2017), o setor não tem a pretensão alguma de priorizar a luta de gênero em detrimento da de classes, afinal, a luta de gênero não está descolada da luta de classes, elas se fortalecem. Mesmo assim, há uma forte barreira ao se tratar da desigualdade de gênero, tanto por conta da cristalização e naturalização nas relações cotidianas (Pessoa & Dal Ri, 2017), quanto pelas contradições internas do próprio movimento, sustentado por muitos setores com predominância representativa masculina (Araújo, 2014), de modo a alimentar o vácuo entre o discurso e a prática.

### 2.5 “*Por um Brasil sem latifúndio*”

Em janeiro de 2003, Fernando Henrique Cardoso finda seu segundo mandato, estando na presidência desde 1995. Após três derrotas consecutivas, em 2003 Luís Inácio Lula da Silva assumiu a presidência da República tendo como grande campanha o Programa “Fome Zero”, substituto do Programa “Comunidade Solidária”, de Cardoso. O objetivo descrito era o de fazer enfrentamento da fome e da miséria do país que continuamente apresentava altos índices, compreendendo que estes fenômenos sociais têm causas estruturais da exclusão social. O programa foi coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e as ações combativas se dariam através de políticas públicas das mais diversas.

Como traz Corrêa (2013), nesta época o Brasil via e sentia os avanços das políticas neoliberais, afinal, viveu 21 anos de ditadura militar e mais de 10 anos de governos neoliberais, tendo como reflexo a massificação do desemprego, a desregulamentação dos direitos trabalhistas, grande privatização, absolutismo do poder do mercado e a farsa dos grandes latifundiários de utilizar o agronegócio como empresa rural para camuflar os resultados da alta concentração de terras brasileiras. Dentre esses e tantos outros motivos, o MST elencou a frase “*Por um Brasil sem latifúndio*” enquanto lema neste momento. Foi no 4<sup>a</sup> Congresso Nacional do MST, ocorrido em 2000, quando surgiu essa palavra de ordem que resumia a conjuntura

agrária naqueles anos vividos. O uso deste lema se prolongou, mesmo após a presidência de Lula.

De acordo com Fernandes (2003) e Engelmann (2012), com este cenário agrário neoliberal, o Partido dos Trabalhadores (PT), então representado na presidência por Lula, adere ao Capitalismo Agrário (Abramovay, 2007), o que desencontra os objetivos de reforma agrária popular do MST, sendo estes a desapropriação de grandes latifúndios e redistribuição da terra, além do fortalecimento da pequena agricultura e do mercado interno. A reforma agrária capitalista propõe a junção dos camponeses ao mercado e ao capital, numa visão de que o capitalismo é o modo uno de organização social. Nisto, desvirtua-se a luta pela transformação social e abre brechas para a propaganda de outras políticas agrícolas, como o agronegócio<sup>30</sup>. Ainda, segundo Corrêa (2013), Lula propõe o “desenvolvimentismo com inclusão social”, retomando o velho projeto de 1930 com uma “nova estampa” e vinculando-o ao mercado. Uma mistura de políticas de crescimento econômico com políticas de distribuição, como exemplo destas últimas cito o Programa de Aceleração do Crescimento (PACs I e II), o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa Bolsa Família e o ajuste do salário mínimo.

Na interpretação de Sampaio (2005), quando Lula é eleito à presidência, ele não havia ainda conseguido “[...] poder político suficiente para enfrentar os grupos econômicos, externos e internos, que davam sustentação ao padrão de acumulação neoliberal [...]. O governo era prisioneiro de um arco de aliança ultraconservador e corrupto” (p. 75). Nisto, “o governo Lula deixou intacto o modelo neoliberal herdado dos anos 90” (Gonçalves, 2006, p. 188). Por outro lado, é sob essa governança que os movimentos camponeses participam das indicações de nomes para cargos políticos, como no INCRA e no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (Fernandes, 2003). Os movimentos populares e sindicais se juntaram ao governo Lula, e posteriormente ao Governo Dilma Rousseff (2011-2016), como modo de se opor ao setor conservador neoliberal que imperava até então (Corrêa, 2013).

Sem embargo, o espaço em cargos políticos também foi cedido aos ruralistas, no Ministério da Agricultura. Não suficiente, os ruralistas intensificaram ações para barrar mudanças na política agrária e o aumento das ocupações, tendo como resultado um crescimento no número de assassinatos sem-terra por pistoleiros (Fernandes, 2003). Como demonstram os dados da CPT (2011)<sup>31</sup> sobre os assassinatos em conflitos de terra, de 43 assassinatos em 2002,

---

<sup>30</sup> De acordo com Machado (2009), Lula arranhou melhor a burguesia interna industrial e agrária, trouxe frações do agronegócio para sua base e não proporcionou nada novo aos trabalhadores organizados em relação às suas pautas. A autora diz que Collor de Mello inaugurou o “populismo conservador” ou “populismo neoliberal”, o que foi vestido por seus sucessores, como o PT, fato que provoca mudanças na base do partido.

<sup>31</sup> Ver em: <https://www.cptnacional.org.br/downloads/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>

no ano de 2003 o número extravasou para 71 casos. Também, o Banco Central foi entregue para o capital financeiro e o Ministério da Fazenda para o Fundo Monetário Internacional (Sampaio, 2005).

Fernandes (2003) pontua que com Lula na presidência, houve acréscimos de políticas voltadas para os assentados em condições precarizadas, assim como o retorno da assistência técnica ao trabalho rural e da política de educação aos assentados. Montou-se uma equipe para elaborar o “II Plano Nacional da Reforma Agrária” e, de acordo com Corrêa (2013), foram criados programas de comercialização de produtos dos assentamentos, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Contudo, a maior crítica que Fernandes (2003), Machado (2009) e Corrêa (2013) expõem é a mudança das propostas petistas da reforma agrária ao longo da jornada política. Como maior exemplo está o apagamento da crítica ao sistema latifundiário, presente antes na campanha de Lula em 1989.

Observações semelhantes também foram apresentadas por Engelmann (2012), que interpretou a campanha de Lula em 2002 voltada para o desenvolvimento capitalista, ao invés da reforma agrária. Ou seja, “enquanto, desenvolve uma política de fortalecimento à agricultura familiar e criação de assentamentos para produção de alimentos e abastecimento do programa Fome Zero, por outro lado, concede altos incentivos financeiros ao agronegócio, voltado à exportação para gerar divisas ao país” (Engelmann, 2012, p. 09).

Essa característica reitera a política do PT ao âmbito compensatório. Ao invés da defesa da luta social como meio de alcançar direitos, o governo Lula se direcionou aos programas assistenciais, deixando para segundo plano as transformações sociais (Sampaio, 2005). Mas, não desconsideremos o que Fernandes (2003) afirma: esta política compensatória é praticada há 500 anos no Brasil, não se inicia com o PT. Como Engelmann (2012) sublinha, a classe dominante e suas coligações (como oligarcas e militares), nunca tiveram interesse na reforma agrária popular. E, para não lidar com o problema de concentração da terra, criou-se a concepção de desenvolvimento para o campo. O resultado desta política “provocou uma distribuição espacial generalizada de assentamentos rurais por todas as regiões do país, com assentamentos cercados de latifúndios por todos os lados. Esse desarranjo é uma das muitas evidências da não existência de uma política de reforma agrária” (Fernandes, 2003, p. 39).

Todavia, uma característica do governo Lula diz respeito à tentativa de conciliar dois projetos incongruentes para o mesmo campo rural. Um dos resultados é o aumento na distribuição de terras em comparação aos anteriores – o que reduz a reforma agrária à ocupação da terra –, ao mesmo tempo que o percentual da grande propriedade rural aumenta (Silva, 2017).

Desta forma, Lula mantém a relação do Estado com grandes proprietários de terra, enquanto não modifica a estrutura fundiária, além de conduzir a conformidade dos movimentos sociais (por ser representante da classe operária), o que resulta na diminuição de protestos e acampamentos e aumento da tentativa de negociações em reuniões (Engelmann, 2012). Ora, isso “[...] demonstra que havia uma esperança concreta, por parte dos movimentos sociais, de que o governo Lula faria a reforma agrária a partir da via institucional” (Engelmann, 2012, p. 11).

Corrêa (2013) realizou uma análise semelhante sobre a ligação de governos progressistas com principais organizações populares e a produção de consensos, tendo estes primeiros a capacidade de conter e apassivar as lutas sociais e os trabalhadores. A autora ainda afirma que a chegada da “esquerda progressista” ao poder gerou uma forte mudança na dinâmica da relação Estado e movimentos populares. Gonçalves (2006) complementa que, para os governos de regime democrático, é estratégico demonstrar a necessidade de manter em suas mãos o poder sobre a política da reforma agrária, dizendo estar fazendo o possível para a implementação da reforma, sem realmente alterar a estrutura de concentração agrária.

Em meio a este contexto, o MST publicou em 2003 uma nova cartilha com o título “Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder”, na qual discute o modo como se alteram as relações que dependem de uma transformação de concepção e comportamento, logo, deve-se praticar a solidariedade, companheirismo e cooperação; em 2004, a cartilha “Mulheres Sem Terra: lutando e semeando novas relações de gênero” organizou um panorama histórico dos avanços da temática.

O segundo mandato de Lula (2007-2011) foi marcado por mais mudanças no programa agrário, um afastamento ainda maior dos antigos objetivos. A formulação do “II Plano Nacional de Reforma Agrária” foi utilizada como justificativa de que o PT seria um governo popular e não inimigo dos movimentos sociais. Entretanto, Corrêa (2013) afirma que o Governo Lula abandona a II PNRA<sup>32</sup>. “Essa situação causou uma grande contradição, pois o movimento ao mesmo tempo que critica o governo, mantém o apoio nas campanhas eleitorais” (p. 49).

Sampaio (2005) aponta que, nesses entremeios de disputa, o PT estava entre os contratos com o grande capital e o atendimento das demandas populares, portanto, “[...] qualquer mobilização de massa constituiria grave ameaça à estabilidade política do governo” (p. 75).

---

<sup>32</sup> Em 2008, o MST reproduz em seu *site*, o texto “Lula dá adeus à Reforma Agrária”, de Ariovaldo Umbelino, professor de Geografia Agrária da USP, o qual contém críticas ao posicionamento do Governo Lula frente à implementação da Reforma Agrária e ao fim da II PNRA. Recuperado de: <https://mst.org.br/2008/12/29/lula-da-adeus-a-reforma-agraria/>

Com isso, há uma diminuição das ocupações em 2005, pelo receio por parte dos militantes de Lula perder as eleições de 2006, o que, de acordo com líderes do movimento, pioraria o cenário (Gonçalves, 2006). Como demonstra os dados da CPT (2011), o número de ocupações em 2004 era de 496, foi para 437 em 2005 e 384 em 2006. Assim, o MST também se encontra em contradição frente a um governo democrata, mas que sustenta também uma face conversadora.

Esta relação PT-Lula e MST interfere tanto na autonomia política do movimento, que abona o confronto radical e adere parcialmente à institucionalização, quanto influencia a saída de alguns integrantes do partido por divergência de posicionamento e a constituição de movimentos combativos adversários para disputar o governo, como exemplo o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) – que surge em 1994 já pontuando suas discordâncias com o PT em relação ao posicionamento socialdemocrata e se organizando com a Convergência Socialista – e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que surge em 2004 após a expulsão de quatro parlamentares do PT por conta dos votos que assumiam no Congresso, principalmente acerca da reforma da previdência. Em análises, Sampaio (2005, p. 77) diz que “as contradições entre ‘revolucionários’, ‘reformistas’ e ‘melhoristas’ [grifos do autor] comprometeram a possibilidade de ações conjuntas e limitaram a contestação social”.

Em 2011, Dilma Rousseff, presa política da ditadura militar, assumiu a presidência pelo PT. Como aponta Campos (2015), o governo Dilma tem sido visto como continuidade do governo Lula, mas a relação com o movimento é gerida por um repertório diferente, por exemplo, o MST só declara apoio público à candidatura de Dilma após o segundo turno do pleito. Acerca do posicionamento do governo Dilma à política de reforma agrária, no plano os investimentos iriam para melhorias de assentamentos já existentes, e só após para novas desapropriações. Isso repercutiu no movimento, gerando a marcha à Brasília em agosto de 2012.

A redução de ocupação liderada por famílias do MST segue o mesmo molde do ocorrido no governo Lula, por exemplo, as ocupações de terras em 2011 tinham vinculação de famílias do MST no percentual de 78,8%, em 2012 essa participação do MST em ocupações caiu para 32,4%. Parte disso tem relação com as dificuldades com prazos que o movimento encontrou nas negociações com o Estado petista (Campos, 2015), e também com o aumento do número de famílias atendidas pelos programas assistenciais do “Plano Brasil sem Miséria” (Silva, 2017), além das mudanças de repertório do movimento, que migra para a aposta em reuniões internas preparatórias nas bases e organizações de eventos de grande escala pública (Campos, 2015). Como exemplo cito o “6º Congresso Nacional do MST”, em 2014, com o lema “*Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!*”, com participação de 16 mil pessoas de 23 Estados além do Distrito Federal, e cerca de 1.000 crianças “Sem Terrinhas” (MST, 2019).

De acordo com Silva (2017), as ações do governo Dilma continuaram com o caráter compensatório, as reformas realizadas tiveram intuito de minorar as desigualdades, mas sem refletir na raiz do problema, mantendo a propriedade privada e a estrutura fundiária intactas.

Araújo (2001) acredita que o Brasil caminhava timidamente para efetivação da reforma agrária, ainda mais em razão de os processos de desapropriação e o cumprimento das leis acontecerem muito mais pela pressão dos movimentos, do que propriamente pelo interesse governamental, mesmo que em lei se disponha sobre o interesse social da União. O poder latifundiário está marcadamente presente na história do Brasil, e vez ou outra busca no envolvimento com cargos políticos sua fortificação, a fim de proteger os interesses pessoais. Complementando esta reflexão, Stedile e Fernandes (2012) defendem que no Brasil o que acontece são apenas políticas de assentamentos sociais, algo distinto de fazer reforma agrária. Pois, quando o governo dispõe um espaço de terra para famílias que estão pressionando, faz isso para se livrar dos sem-terra e não para enfrentar a concentração de propriedade de terras.

Sobre a discussão de gênero no MST, a partir de 2012 o setor organiza um trabalho permanente com grupos de mulheres; em 2015, criou o folheto “Mulheres conscientes na luta permanente”, a versar sobre diferentes expressões da violência, no sentido de analisar como a pobreza, a fome e os conflitos da terra constituem violências mais agravantes para as mulheres. Não ter para onde se mudar, vida financeira compartilhada ou dependência ou acesso restrito em instância de denúncias são situações frequentes na vida destas mulheres (Pessoa & Dal Ri, 2017). Isso se vincula à noção de que “[...] existem diversas formas de se interpretar o poder: o poder econômico, o poder político, o poder do conhecimento e o poder da comunicação” (Araújo, 2014, p. 1), e ao lado do uso do poder, há quem saia atingido e prejudicado, neste caso, em maior grau, as mulheres.

Com toda esta produção e preocupação em refletir a temática de gênero no movimento social, frisa-se novamente que o intuito não é priorizar uma luta em detrimento de outra, mas antes, fortalecer a luta de classes, a partir da participação igualitária de todas e todos os militantes<sup>33</sup> do MST. Tendo evidente que “existe na sociedade o masculino e o feminino, mas

---

<sup>33</sup> Aproveito o primeiro uso deste termo no texto para explicar a personagem a quem me refiro quando nomeio enquanto militante. Desfruto da análise de Safatle (2019) sobre a relação indissociável entre corporeidade e política, para dizer sobre o militante. Me refiro a alguém que está para os vínculos políticos que traçou por conta da afetação que lhe atravessou. Ou seja, são os afetos, a dimensão corporificada do sentir a vida, a partir da irradiação, que toma no cotidiano a porta de entrada da inserção num movimento social. Logo, não considero militante só aquele que teoriza críticas conscientes sobre um conhecimento que domina com fins de transformação social, mas também aquele que se insere e vive no corpo de um movimento (por exemplo, em um acampamento ou assentamento), que já neste ponto se coloca em mudanças que ecoam do micro ao macro (por exemplo, quando se propõe a ir morar e trabalhar com a terra no rural, se retirando do trabalho industrial da cidade). Mesmo sendo este sujeito tomado por afetos (do tipo: ímpeto de suprir necessidades básicas ou injustiça pela condição de desigualdade que enxerga na sua vida em particular) ou por sentimentos inconscientes que não recebe um corpo

está organizada PELO masculino e PARA o masculino, falta a participação do feminino [...]” (MST, 1999, p. 14). Afinal, como já afirmava o Coletivo Nacional de Mulheres, mesmo que existam prescrições e normas à participação de mulheres na luta, em muitas situações isso se encontra somente no papel (Pessôa & Dal Ri, 2017). Na prática, o que presenciamos é a distribuição de poder dentro de organizações populares de forma muito desigual. Assim, faz-se necessário refletir no cotidiano do MST as relações que se concretizam.

As denúncias nas produções e publicações do Setor de Gênero do MST, trazem à tona a reprodução conservadora da relação homem e mulher no próprio movimento. Também denotam uma crescente manifestação contra a não representatividade das mulheres no movimento, pois elas, percebendo a falta de sintonia entre teoria e prática do MST, sentem seus trabalhos secundarizados (MST, 1996a). Pelos documentos produzidos até então, identifica-se que o movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra reconhece – apesar da luta pela transformação social – que ainda estamos numa sociedade onde a desigualdade impera, logo, o movimento não está imune à reprodução de valores dominantes.

## 2.6 “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!”

Em 2018, o Brasil enfrentou um novo processo eleitoral para a Presidência da República. O que antecede esse momento é um *impeachment*<sup>34</sup> de Dilma Rousseff a partir de coligações e realinhamentos políticos da direita ultraconservadora, juntamente com a propaganda “anti-petista”. Foram 13 anos desta relação do PT com a pacificação de entidades da sociedade civil, movimentos sociais e sindicais. E durante este tempo se formou um grupo de políticos da direita conservadora determinado a pagar o preço para assumir o poder, aliado à classe detentora do capital. Para Santos (2018), este processo de *impeachment* se configurou “[...] num golpe de Estado operado pelo parlamento, em conluio com o poder judiciário e a grande imprensa” (p. 09), mesma análise de Leite, Tubino e Sauer (2019).

Michel Miguel Elias Temer Lulia (MDB), vice-presidente de Rousseff, assumiu a presidência (2016-2018) acompanhado do pacote de retrocessos de direitos da classe trabalhadora: congelamento dos gastos públicos por 20 anos, reforma trabalhista e previdenciária (Santos, 2018), além da conversão da MP 733 em Lei nº 13.340/2016, que trata

---

verbal muitas vezes. A vontade da transformação está presente e embutida no dia-a-dia destas pessoas, sendo estes já atos políticos em si.

<sup>34</sup> Santos (2018) descreve que o motivo do afastamento da presidenta levado a julgamento foi as “pedaladas fiscais” – que se referem ao adiamento do repasse aos bancos públicos de recursos dos programas governamentais para não desequilibrar o orçamento do Estado. Os bancos são reembolsados posteriormente, ação ilegal pela Lei de Responsabilidade Fiscal que, no entanto, foi e é usada correntemente por governos federais e estaduais.



da liquidação e negociação de dívidas rurais beneficiando grandes proprietários; e da MP 759 em Lei 13.465/2017, que provocou mudanças em pelo menos 10 artigos da lei da reforma agrária; bem como a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) pela Lei nº 13.341/2016 (Leite, Tubino & Sauer, 2019). Ainda, nesse período, a repressão do Estado se evidencia contra as manifestações dos movimentos sociais acarretando um investimento na despolitização (Santos, 2018).

Com uma onda ultra neoliberal e o combate às lutas coletivas e manifestações populares pelo mundo afora – a exemplo do governo Trump nos Estados Unidos, Erdogan na Turquia, Modi na Índia – surge no Brasil a figura de Jair Messias Bolsonaro. Este candidato fez sua campanha de maneira ofensiva ao governo antecessor, às bandeiras de reivindicações de diversos movimentos sociais, além de apelar ao plano moral e “familismo” em seu discurso (Santos, 2018; Leite, Tubino & Sauer, 2019). Para Santos (2018, p. 13), “embora xucro e vulgar, a violência que ele encarna é, em primeiro lugar, uma violência de classe”. Ou seja, não havia mais espaço para conciliação entre classes, como na tentativa do governo PT, a governança agora mostrava-se para um dos lados.

Para entender a relação que Bolsonaro se propõe a ter com os movimentos sociais, com enfoque no MST, relato sua resposta dada a uma entrevista antes mesmo de se eleger e assumir a presidência. Ao ser perguntado sobre o que seu governo faria com o MST e o MTST, com Ongs e outras associações que fossem a favor do meio ambiente, das terras indígenas, da propriedade como área de preservação ambiental, responde:

*Vamos por parte aí, eu acho que todo mundo aqui mora em algum lugar, uma grande parte é própria: apartamento, casa, uma chácara, uma fazenda, isso é sagrado. Qualquer invasão tem que ser repelida, não interessa com que força, repelida e ponto final. As ações do MST têm que ser tipificadas como atos de terrorismo, o MTST se invadir a tua casa eu quero, se depender de mim você vai ter uma arma na tua casa se você quiser, para repelir qualquer invasão, a propriedade privada numa democracia é sagrada e ponto final.*<sup>35</sup>

Também, em outro recado direcionado ao MST, diz: “*peçoal do MST, a hora de vocês está chegando em! A atividade de vocês é uma atividade criminosa que ao meu entender é terrorista também*”<sup>36</sup>. Estes pronunciamentos, como outros anteriores e durante sua posse, dão brechas à criminalização e violência para com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, além de influenciar a narrativa midiática dominante que se refere ao movimento no ano

<sup>35</sup> Trecho extraído do Youtube, ver em: [https://www.youtube.com/watch?v=3xDw7\\_Ew02I](https://www.youtube.com/watch?v=3xDw7_Ew02I)

<sup>36</sup> Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=-jQW9nhOUiE>

de 2020, discurso semelhante ao que o MST foi recebido pela mídia de 1984 e que nunca foi abandonado por ela.

Duarte (2019) analisa o plano governamental Bolsonarista em relação à reforma agrária. Esta temática fica sobreposta pelo interesse na defesa da propriedade privada enquanto bem “sagrado”, não devendo ser invadida e tendo como modo de defesa a criminalização de movimentos sociais que a “invadem”, na justificativa de combate ao terrorismo. A agricultura é assimilada exclusivamente às grandes demandas latifundiárias do agronegócio, haja vista a proximidade de Bolsonaro com a bancada ruralista (Frente Parlamentar da Agricultura), ou como conhecida a junção delas: “bancadas da bala, bíblia e boi” (Leite, Tubino & Sauer, 2019). No plano de governo de Bolsonaro, não é nem mesmo citado o tema “reforma agrária”, mas tem-se o termo “revolução verde”, nome dado às tecnologias da década de 1960 para produção em larga escala e a maior utilização de agrotóxicos (Duarte, 2019).

Ao assumir a presidência, Bolsonaro (2019-2022) mantém o discurso e as alianças políticas com interesse de expandir o agronegócio. O primeiro indicado para presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi o general João Carlos Jesus Corrêa. Ainda houve muitas modificações administrativas e institucionais, o Incra, por exemplo, foi alocado para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) subordinado à Secretaria de Assuntos Fundiários e assumido pelo ex-presidente da UDR, Luiz Antônio Nabhan Garcia. Na retomada da Ouvidoria Agrária Nacional, o presidente era o coronel João Miguel Souza Aguiar Maia de Sousa. Como uma das primeiras ações do novo presidente do Incra, temos o Memorando Circular 01/2019, que suspendeu vistorias em imóveis rurais a fim de reforma agrária (Leite, Tubino & Sauer, 2019). Ainda em 2019, o governo Bolsonaro criou a MP 910<sup>37</sup>, responsável por a regularização de titulação de grandes propriedades irregulares de terras públicas, incentivando a grilagem, expandindo o limite máximo da área a ser regularizada e retirando a necessidade de vistoria nestes casos (CPT, 2019).

Ainda, cumprindo com seu discurso de criminalizar o MST e enquadrá-lo enquanto movimento terrorista, o governo Bolsonaro também reavive a Lei de Segurança Nacional (LSN) cujo alvo são pessoas e movimentos julgados como ameaças à segurança do país, instrumento-lei muito usado na década de 1960. Isso, pois, desperta o Ato Institucional nº 5 (AI-5), escrito e sancionado em plena ditadura militar. Como acompanhamos, no ano de 2020 houve mais de uma manifestação intitulada “pró-AI-5”, algumas com a presença do presidente Bolsonaro,

---

<sup>37</sup> Ver em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-910-de-10-de-dezembro-de-2019-232671090>

mesmo em época de pandemia mundial por COVID-19. Os filhos de Bolsonaro seguem a mesma linha, como exemplo cito um deles, o deputado federal de São Paulo, Eduardo Nantes Bolsonaro, que declara ser possivelmente necessário um novo AI-5 para “conter a esquerda”<sup>38</sup>.

A Lei de Segurança Nacional (LSN) que mais perdurou no Brasil, estando ainda em vigência recentemente, foi a Lei nº 7.170 de 1983<sup>39</sup>, que revoga a de 1978. Esta recebe uma correção ortográfica do texto, entretanto, mantém o teor de 1978. Ambas também apresentam conteúdos parecidos com as versões anteriores, tais como a concepção de combate ao estrangeiro ou grupos revolucionários que põem em risco a nação ou a ordem da estrutura política e social; combate à propaganda e distribuição de materiais de assuntos que podem ter “infiltração de doutrinas” e colocar o povo brasileiro contra as suas autoridades.

Rememorar o panorama histórico da LSN serve para localizar as raízes das manifestações e da governança neoliberal muito vivas entre 2019-2020. Movimentos sociais, como o MST, vêm vivenciando situações semelhantes aos de tempos ditatoriais, como o maior número de casos de conflitos no campo registrados nos últimos 10 anos (MST, 2020)<sup>40</sup>, com um total de 1.833 ocorrências registradas em 2019; a banalidade como vem sendo tratado o trabalho escravo no campo; o ataque midiático e do Estado aos movimentos sociais; a ameaça ao MST de torna-lo um movimento ilegal por aplicação de uma lei a qual tornou clandestina as Ligas Camponesas; o enfraquecimento da discussão e das tentativas de efetivar a reforma agrária por meio do canal de negociação com o Estado; e não só a paralisação<sup>41</sup> de processos de desapropriação de terras no Incra, mas também maior frequência de despejos, expulsões e ameaças de despejos, bens destruídos, pistolagem e invasões (conflitos por terra). Num quadro comparativo do relatório (CPT, 2019), em 10 anos, 2019 marca o maior número de ocorrências destes casos, sendo de 1.206 registros.

Enquanto contra-narrativa, o MST, atualmente, em plena pandemia, assume como repertório perante a sociedade ações de doações de toneladas de alimentos provenientes de seus cultivos às pessoas que mais foram atingidas economicamente com a crise sanitária, demonstrando a capacidade do MST de se colocar enquanto agente frente ao abastecimento local e nacional de alimentos. Desde a chegada da Covid-19 no Brasil, o movimento vem se organizando de região em região, realizando doações por todo o país. Também estão investindo

---

<sup>38</sup> Ver em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/10/31/eduardo-bolsonaro-fala-em-novo-ai-5-se-esquerda-radicalizar.htm>

<sup>39</sup> Enquanto essa pesquisa vinha sendo realizada, houve a atualização desta, em setembro de 2021, sendo vigente então a Lei nº 14.197, tendo como maiores alterações alguns artigos vetados.

<sup>40</sup> Ver em: <https://mst.org.br/2020/04/17/com-bolsonaro-numero-de-conflitos-no-campo-e-o-maior-dos-ultimos-10-anos/>

<sup>41</sup> Ver em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/bolsonaro-paralisar-incra-reforma-agraria/>

ainda mais em canais virtuais de comunicação, fortalecendo a via da mídia alternativa e alcançando maior visibilidade a partir da divulgação das ações. No entanto, não se apaga a história, e ainda, não se tem apoio de alguns seguimentos da população, já que como frisado, o movimento traz enquanto pautas de lutas a reforma agrária, a transformação social e o direito à terra, questões que atravessam os interesses individuais e afetam a dominância do poder.

Por fim, considerando o cenário atual de violência e repressão do Estado para com alguns segmentos e sua cumplicidade com a classe que domina o capital brasileiro e a potência econômica externa, fica evidente que a Constituição de 1988, apesar de não ter atingido as expectativas dos movimentos progressistas da época, foi promulgada no bojo da luta de classes e se faz um instrumento de luta hoje. No entanto, Bueno (2014) discute que há resquícios autoritários nas instituições estatais que ultrapassam a democracia, demonstrando o enraizamento de instituições repressivas e de vigilância na formação do Brasil. Ainda vivemos as alianças traçadas desde o golpe de 1964, que sobrevoa as relações entre as instituições do Estado e organismos como entidades empresariais, multinacionais, veículos de comunicação de massa. O cerceamento se repete, agora em novas roupagens não muito originais. A Doutrina de Segurança Nacional é o que está no fundamento de “toda a sociabilidade conservadora no Brasil” (Bueno, 2014, p. 63).

### **3 Desumanização do campo: Criminalização como violência de Estado e o respaldo da mídia na demonização do MST**

*Não somente o ódio está no ar, mas a possibilidade de dizê-lo sem censura no âmbito dos debates políticos, nas instituições em geral, com expressiva repercussão na mídia e nas redes sociais*  
(Rosa, Alencar & Martins, 2018, p. 15)

Este capítulo tem como ponto central discutir a criminalização como meio utilizado para legitimar a violência de Estado contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Esta violência institucional produz a garantia, ou pelo menos a sensação dela, aos cidadãos de que nada acontecerá com eles caso a reproduzam publicamente, afinal, é legitimado pelo Estado. E dentro da aparelhagem que auxilia na propagação ideológica, estão o poder judiciário com a burocratização e judicialização da vida, a polícia enquanto aparato repressor atuante no embate com os movimentos sociais e a mídia dominante que mancomuna e exala retratos e narrativas do MST e de seus integrantes em total acordo com a necessidade dos detentores do poder.

Lino (2014) chama de controle social um tipo de repertório que pode fazer parte das estratégias de governança de um Estado composto por um aparato político-jurídico. Um dos decursos do controle social é a criminalização, que envolve um processo de violência física e simbólica adquirindo formato de violência institucional, pois seus agentes fazem uso dos locais que ocupam para reproduzi-la, em nome da ordem e da democracia. Rodrigues (2006, p. 124) nomeia esta violência do Estado como violação dos direitos humanos, pois “[...] o Estado imprime contra o indivíduo, ou grupo de indivíduos devidamente marcados por identidades políticas que em algum grau ameaçam o Estado”. De acordo com o Fórum Social Mundial (2010), quem faz uso da criminalização tem por objetivos:

- a) impedir que a classe trabalhadora tenha conquistas econômicas e políticas; b) restringir, diminuir ou dificultar o acesso às políticas públicas; c) isolar e desmoralizar os movimentos sociais junto à sociedade; d) e, por fim, criar as condições legais para a repressão física aos movimentos sociais. (p. 06)

A criminalização reafirma a condição de sujeito indesejável e desviado socialmente. E o que a precede é a retirada do caráter humano do sujeito-alvo. Conforme Rodrigues (2006, p. 133) descreve, “o primeiro passo rumo à criminalização de uma determinada categoria é a sua desumanização. Retiram-se as características humanas dos sem-terra, pois, em última análise, aquele que não tem ‘gênero de pessoa’ [grifo da autora], não necessita ser tratado de forma humana”. Este processo acontece com “determinados indivíduos e/ou grupos, que por suas condutas e/ou simplesmente por sua classe social e/ou econômica serão rotulados como

criminosos” (Lino, 2014, p. 114), como os “sem-terra”, exemplificado acima. Tal lógica impera a partir da justificativa de que é para o bem da humanidade, como a “[...] Inquisição católica, Hitler, Bin Laden, Bush [...]”. O equívoco a respeito do bem continuará provocando guerras bem-intencionadas” (Rosa, Alencar & Martins, 2018, p. 18).

Santos (2012) contextualiza as diversas facetas da ação violenta do Estado no decorrer da história, tais como: os regimes de exceção que envolvem um aparato de repressão política e social englobando as políticas públicas, a legislação e os tribunais; as leis antiterroristas; as leis e medidas contra a imigração cujo o funcionamento é direcionado ao impedimento de refugiados e imigrantes de países pobres; Estados de emergência temporários, tendo como um dos argumentos o “surto de criminalidade” e a criminalização dos movimentos e dos protestos sociais que vem tomando dimensões inimagináveis nos últimos tempos.

Para Santos (2012, p. 677), “todo esse ambiente de exceção, suspensão de garantias e direitos e de militarização dos espaços e da vida pública em geral é utilizado para a criminalização e a repressão aos movimentos sociais”, que se dá principalmente por três vias: a judicialização, a qual mesmo não resultando em condenação, paralisa o militante em foco; a vigilância, que pode até antecipar ações dos movimentos; e a repressão física para “manter a ordem” (Santos, 2012).

Apesar de estar em voga a ideia de “neutralidade” e “imparcialidade”, estamos num momento evidente de que o Estado atua descaradamente de maneira classista a partir do policiamento, no julgamento perante a Justiça, nas efetivações de políticas públicas e nos acordos político-midiáticos. Não descartando a constância de conflitos por terra e assassinatos de militantes provocados nos choques entre outros Estados e o MST desde a sua fundação, friso, no entanto, os efeitos colaterais nocivos que uma narrativa e comportamentos de uma figura pública, direcionada a um movimento como o MST, atravessam as relações sociais. Como bem tenta registrar os relatórios dos conflitos no campo organizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Desde 1985, a CPT publica o relatório “Conflitos no Campo do Brasil”, tendo como objetivo o registro do número de conflitos anuais, os tipos de conflitos e aqueles por eles atingidos, as mortes e assassinatos por vezes não visibilizadas na mídia, o local de concentração dos conflitos, entre outros apontamentos. Como registra o relatório de 1985<sup>42</sup>, o número de conflitos **por terra** no primeiro ano de fundação do MST contabilizou 636 ocorrências, envolvendo 125 mortos/assassinados, tendo separado desse percentual os registros de outros

---

<sup>42</sup> Ver em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/266-conflitos-no-campo-brasil-1985>

tipos de conflitos (por exemplo de boias-frias, trabalhistas, pela seca, etc.). Desde o primeiro relatório até o último publicado, em 2019, a CPT dispunha de uma lista das pessoas assassinadas no ano (nome, idade e categoria/profissão), e em qual conflito isso ocorreu. Nos primeiros relatórios, era citado também o(s) possível(eis) responsável(veis) pela morte.

Abaixo apresento um panorama, de ano em ano, a partir de uma tabela e um gráfico, com o nº de conflitos, nº de assassinados e nº de ocupações, que compõem a discussão sobre os conflitos no campo do Brasil, nos relatórios da CPT. Estes dados extraídos e utilizados se referem exclusivamente aos conflitos por/de terra, registros dos quais derivam a discussão acerca dos conteúdos dos relatórios.

**Tabela 1-** Dados do relatório da CPT sobre conflitos por terra

ANO	Nº. de Conflitos	Nº. de Assassinados	Nº. De Ocupações
1985	636	125	-
1986	634	106	-
1987	582	109	67
1988	621	93	72
1989	500	56	90
1990	401	75	50
1991	383	49	77
1992	361	35	81
1993	361	42	89
1994	379	36	119
1995	440	39	146
1996	255	46	398
1997	195	29	463
1998	152	38	599
1999	277	27	593
2000	174	20	390
2001	366	29	194
2002	495	43	184
2003	659	73	391
2004	752	37	496
2005	777	38	437
2006	761	35	384
2007	615	25	364
2008	459	27	252
2009	528	25	290
2010	638	30	180
2011	805	29	200
2012	816	34	238
2013	763	29	230
2014	793	36	205
2015	771	47	200
2016	1.079	58	194

2017	989	70	169
2018	964	25	143
2019	1.206	28	43
2020	1.576	14	32

Fonte: CEDOC Dom Tomás de Aquino – CPT.

*Nota.* Os dados, tanto desta tabela quanto do gráfico a seguir, foram retirados dos relatórios anuais da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de 1985 a 2019, nomeados como “Conflitos no Campo Brasil”, e estão disponíveis no site <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>

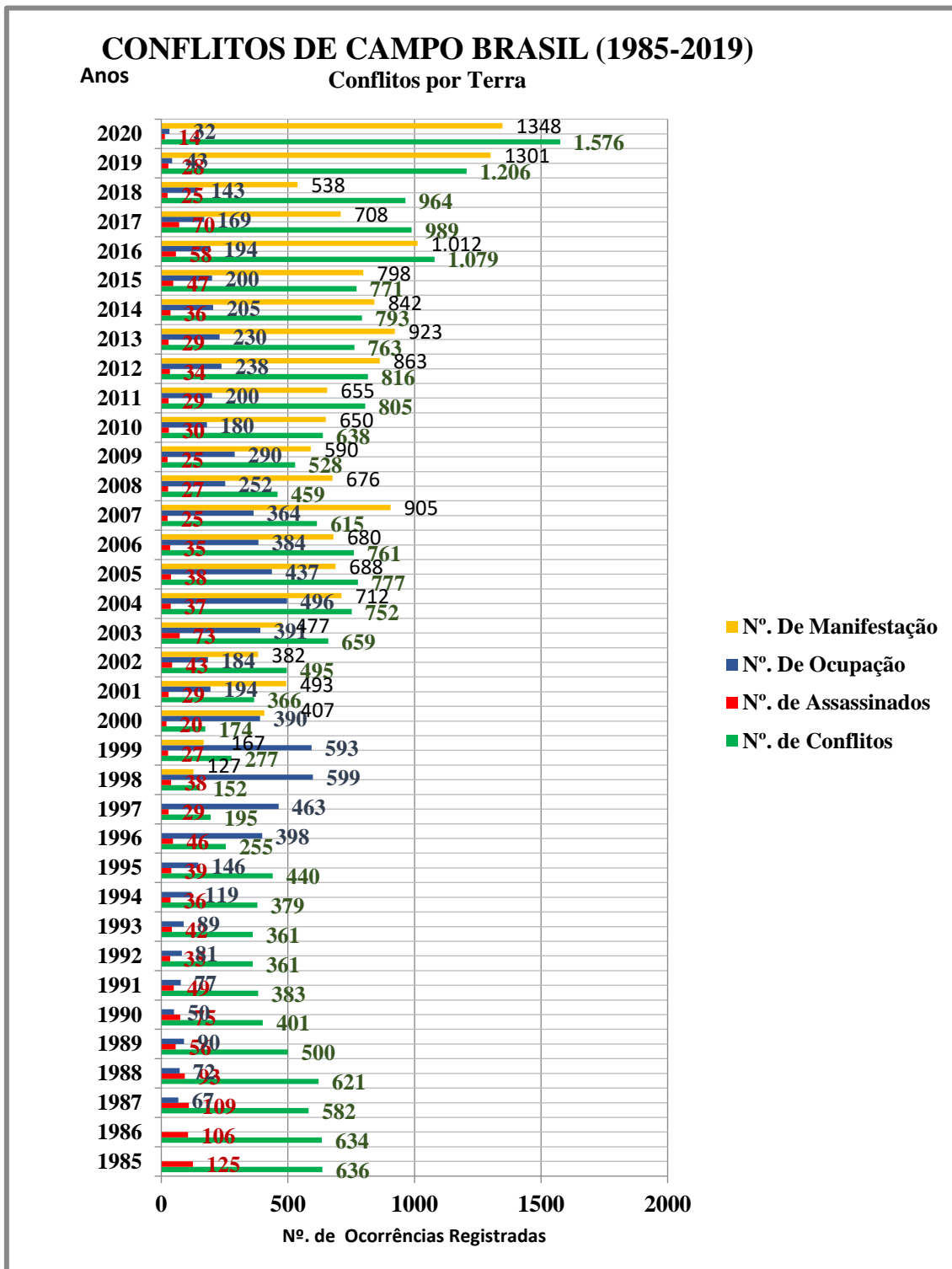
<sup>a</sup>. É considerado na contagem do número de assassinados os trabalhadores rurais, indígenas e agentes pastorais que tiveram suas mortes registradas enquanto assassinatos. No entanto, há uma listagem de nomes dos assassinados (com a idade e profissão), que indica que a maioria destes, são trabalhadores rurais.

<sup>b</sup>. Não há registro dos números de manifestações ocorridas nos períodos de 1985 a 1997 nos relatórios.

<sup>c</sup>. Também não há disponibilizado nos relatórios o número de ocupações realizadas nos anos de 1985 e 1986.

<sup>d</sup>. Há também um dado interessante nos relatórios, que diz respeito aos números de manifestações organizadas principalmente pelos movimentos sociais, estando o MST presente, que demonstra um crescente de manifestações ocorridas em 2019. Na verdade, é o maior registro já feito, 1.301. Enquanto o número de ocupações decaiu abruptamente neste mesmo ano.





**Figura 1-** Dados do relatório da CPT sobre conflitos por terra.  
Fonte: CEDOC Dom Tomás de Aquino – CPT.

Se considerarmos o quadro comparativo, há uma diminuição gradativa de ocorrência de conflitos entre 1989 e 1993. Em 1994 e 1995 há um retorno do aumento de ocorrências de

conflitos registradas (de 361 em 1993, se contabiliza 440 em 1995), já na passagem de 1995 a 1996, há um registro de diminuição do número de conflitos, isso porque foi o primeiro ano em que a equipe que organizou o relatório extraiu do número de conflitos os acampamentos instalados no ano e as ocupações realizadas. Entretanto, o número de assassinados aumentou em 1996, se comparado aos quatro anos anteriores, afinal, foi em 1996 que ocorreu o Massacre de Eldorado de Carajás, durante o governo federal de Fernando Henrique Cardoso. Foi o maior número de assassinatos entre 1992 e 2002. Interessante também pontuar que, neste mesmo ano quem era governador do estado do Pará, local onde ocorre o Massacre, é Almir Gabriel, também coligado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), semelhante ao partido de FHC.

De 2002 a 2005, novamente vislumbra-se um aumento gradual dos conflitos por terra, também contando com o maior número de assassinatos (71), em 2003, considerando a data de 1990 ao ano de 2003. O relatório de 2011, que apresenta um quadro comparativo, frisa o aumento nesta época da violência do poder privado sobre as famílias rurais, combinado com a redução de ação do poder público. Já a partir de 2006, há uma diminuição nas ocorrências de conflitos, tendo sido este também o ano de reeleição do presidente Lula. Esse movimento decrescente dos conflitos permaneceu até 2008 (de 761 a 459). Em 2011, ano de posse de Dilma Rousseff, houve um abrupto aumento, com o registro de 805 conflitos por terra. Em 2012, também ocorreu um salto no número de manifestações (de 655 no ano anterior para 863 neste ano citado).

É relevante observar que em 2016, ano de *Impeachment* de Rousseff, que dá lugar a Michel Temer, observou-se um elevado aumento no número de conflitos (de 771 a 1.079), no número de assassinados (de 36 a 47) e também no número de manifestações públicas (de 798 a 1.012). Tanto o número de conflitos quanto de manifestações de 2016, configuram os registros mais elevados desde 1985.

Entretanto, no ano de 2019<sup>43</sup> presenciamos um aumento inigualável, até então, de conflitos por terra, sendo o maior índice já registrado na história: 1.206 ocorrências. Já o número de ocupações realizadas não parou de decrescer desde 2012 numa média de 8 a menos por ano. Na passagem de 2018 a 2019, as ocupações foram de 143 para 43, e a instalação de acampamentos de 17 para 5, sendo registrada uma diminuição abrupta. Já as manifestações aumentaram de um ano para outro, de 538 a 1.301. O próprio relatório da CPT (2019) se inicia da seguinte forma:

A 34ª edição do relatório anual da CPT, “Conflitos no Campo Brasil 2019”, talvez se torne uma espécie de divisor de águas ou converta-se em um marco histórico, por

---

<sup>43</sup> Ver em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/5167-conflitos-no-campo-brasil-2019>

discorrer sobre um ano peculiar, forjado em têmpera diferente, de brutal tenacidade. Ano de ascensão da violência e do ódio contra os pobres, os negros, as comunidades e o povo do campo, protagonizados por figuras públicas, dentre elas, principalmente, o presidente da república. Diante disso, os povos gritam e o conflito se expande e ganha dimensões inimagináveis. (CPT, 2019, p. 07)

Por fim, o último relatório registrado e publicado até então, sendo do ano de 2020<sup>44</sup>, surge para, mais uma vez, bater o recorde do número de conflitos por terra já ocorridos, contabilizando 1.576. No entanto, vale ressaltar que, quando analisados os conflitos por terra a partir da tabela por regiões, que também   composta pelo item “categoria”, vê-se que os alvos variam mais, tendo um aumento significativo de indígenas envolvidos. Em rela o ao número de ocupa es, há novamente um decréscimo, de 43 ocorrências para 32, enquanto na instala o de acampamentos   registrado apenas 3 neste ano, menor ainda do que visto no ano de 2019. Enquanto isto, as manifesta es aumentaram ainda mais de um ano para outro, totalizando em 2020 a quantia de 1.348. Isto, pois, como esclarecido pelo próprio relatório da CPT: “Entre as 1.348 manifesta es de luta sistematizadas pela CPT em 2020, 965 (71,6%) foram ‘A es de solidariedade’, cujo objetivo principal foi a doa o de alimentos para famílias, do campo e da cidade, em situa o de vulnerabilidade agravada pela COVID-19” (CPT, 2020, p. 09). Assim, tida como estratégia de manifesta o e, considerando as demandas emergentes do contexto pand mico vivido em 2020, o MST torna a doa o de alimentos como frente de luta.

  neste ímpeto que distribuo os subtópicos a seguir em três, buscando refletir sobre as duas principais agências do Estado quando se trata da violência institucional vigente para com o movimento: o poder judiciário e a polícia, somados ao trabalho da m dia dominante. Uma discussão primordial e vigente, afinal, como explicita a CPT (2019, p. 24), “[...] 2019 pairou um sentimento de permissividade. Pior:   como se a violência, escancaradamente, fosse parte da política de Estado.   a violência um componente estrutural do projeto capitalista e colonizador”.

### 3.1 A lei, o Poder Judiciário e a criminaliza o do MST

O poder judiciário   um dos poderes do Estado destacados na Constitui o de 1988, cuja fun o   interpretar e aplicar a lei entre os cidadãos e entre estes e o Estado. Considerando esta defini o, e compreendendo que cabe a essa instância utilizar o instrumento lei, neste subitem

<sup>44</sup> Ver em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/5664-conflitos-no-campo-brasil-2020>

será discutido o seu uso na efetivação da criminalização do MST a partir de um discurso legitimado socialmente<sup>45</sup>.

Para Lino (2014), a criminalização pelo Estado se dá em dois níveis: o primário, pela ratificação da lei, que permite a punição das pessoas; e o secundário, pela descrição do julgamento em atos pelas agências formais (promotores, juízes). Em complemento, cito Guyomard (2007), que discute sobre as diferenças entre Lei (com L maiúsculo no singular) e leis (com l minúsculo no plural). As leis são criadas por algumas razões históricas num dado Estado. A Lei e as leis são dois tipos de referência que estão tensionadas. A primeira é referida como um “interesse superior, que apela para uma dimensão ética, que pode ser religiosa, moral, filosófica ou humana” (p. 5); ao passo que as leis, como descrito acima, são criadas por Governos bem demarcados. Sobre esta última categoria o autor descreve: “com efeito, a lei nos protege e, por isso, nós a invocamos e, ao mesmo tempo, ela nos violenta e nós a recusamos” (p. 7), afinal, “[...] são leis humanas, feitas para atender a um certo número de interesses” (Guyomard, 2007, p. 9), que podem estar ligados à questão da perversão. Em suas palavras, “a perversão se apoia na questão da lei” (p. 21).

Nesse sentido, torna-se explícito a seleção de predileção de condutas e/ou indivíduos focos para a execução das leis, já que, “[...] tais instâncias, especialmente no campo penal, não conseguem alcançar todas as condutas e/ou pessoas consideradas transgressoras, neste sentido, o Direito Penal se ocuparia em criminalizar apenas uma parcela [...]” (Lino, 2014, p. 120). Os estereótipos são aqui engodos, como a concepção de a classe subalterna estar mais propensa ao desvio da norma. Nas palavras da autora:

O pertencimento a determinada classe social parece ser fator determinante em grande parte dos processos de criminalização e assim, o título de criminoso se dá de forma desigual na sociedade e a criminalidade mostra-se como uma realidade socialmente construída pelas instâncias de controle. (Lino, 2014, p. 122)

Um nítido preconceito e manutenção das desigualdades. Além do não acesso às condições básicas de subsistência, também é negado a alguns o direito de atuações políticas e coletivas, como no caso do MST. Nesta lógica, “os movimentos que denunciam a injustiça social são os culpados pela instituição de um regime que traz mais injustiça social” (Fórum Social Mundial [FSM], 2010, p. 13).

Nesta perspectiva, Coimbra e Nascimento (2005) discorrem sobre a aproximação entre periculosidade, criminalidade e condição de não humanidade com a situação de pobreza. Como se o sujeito pobre não fosse digno da humanidade por sua condição socioeconômica, ou então

---

<sup>45</sup> Ver em: <https://www.jusbrasil.com.br/processos/nome/289556/poder-judiciario>

quando se forja uma subjetividade do que se espera do pobre e da pobreza, reafirmando a assimetria de classe. A criminalização não é só uma punição pela desobediência aos ditames sociais dominantes, como também uma tentativa de “[...] deslegitimar os movimentos sociais e tirar dos trabalhadores, se possível sem violência física, o direito de serem sujeitos políticos” (FSM, 2010, p. 06). Ela não acontece só no momento atual, é historicizada desde a invasão do continente pelos europeus e com a massificação do trabalho escravo (Moreira, 2010). Mas, há contextos sócio-políticos em que a criminalização é a estratégia política preferível, ao invés de investimento em políticas públicas e demais ações de acordo com direitos humanos. Contudo, é “sob a justificativa de restabelecer a ordem, que se acionam medidas de exceção a partir de mecanismos jurídicos” (Teles, 2018, p. 67).

Ponderar sobre a criminalização do MST numa dada gestão de governo estatal, é analisar os repertórios da vinculação Estado e MST acerca dos tipos de diálogos e abertura para negociação. Sua tipificação é ilustrada não só nos confrontos, mas também nos índices de despejos, assassinatos e conflitos por terra registrados no período. Outros indicativos seriam as políticas públicas direcionadas ao campo e à reforma agrária, que por mais que sejam garantidas por lei, são vezes ignoradas e não deveras efetivadas. Como descreve a CPT (2019, p. 123):

[...] não há em toda a história do Brasil um só governo que propôs seriamente a realização da tão sonhada e necessária distribuição de terras no país. É como se a desigualdade fundiária fosse algo imutável em nossa estrutura social. Nem mesmo os governos que se alinhavam à esquerda deram a devida importância à pauta. A novidade de agora é que o atual governo não se limita ao não cumprimento da legislação nacional [...]. O que temos agora é que a própria política de combate à desigualdade fundiária está sendo colocada em xeque, está sendo negada por toda a estrutura do Estado e pelos discursos fascistas vigentes.

Conforme os processos de desapropriação de posse e benefícios da política da reforma agrária são avaliados e prosseguidos morosamente, prejudicando a possibilidade de famílias se instalarem nas terras, também caminha no mesmo ritmo os processos de julgamento dos assassinatos de trabalhadores em conflitos por terra. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) ilustra bem isso: “Entre 1985 e 2019, 1.973 pessoas foram executadas em conflitos por terra, água e trabalho no Brasil e 1.376 desses casos continuam sem qualquer responsável julgado ou preso” (CPT, 2019, p. 123). Geralmente quando dada a atenção ao caso, os responsabilizados são os executores, e dificilmente os mandantes são encontrados. “Esta situação de impunidade de mandantes e executores contrasta com a criminalização das lideranças e dos movimentos sociais” (CPT, 2019, p. 123).

Em suma, destaco que a criminalização do MST é fortalecida por uma Justiça que se diz imparcial. Um exemplo nítido é o uso da lei por ocupantes de cargos políticos para legitimação

de desejos que atendam uma classe (ex.: latifundiários e fazendeiros), tal como a transformação da PL 10431/18 em Lei Ordinária 13.810/2019, que soa uma possibilidade de criminalização dos movimentos sociais, incluindo o MST, dado que se aproxima do discurso que imbuíu a ilegalidade das Ligas camponesas em 1964. A referida lei,

dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados. (*Lei n. 13.810/2019*)

Também, deixo em evidência a tentativa de tornar Projeto de Lei a Ideia Legislativa nº. 89.755<sup>46</sup>, enviada ao Senado Federal em dezembro de 2017, sob o título “Criminalizar o MST, MTST e outros movimentos ditos sociais que invadem propriedades”, com a descrição “Criminalizar, como terrorismo, as invasões e atuações impeditivas dos movimentos sociais, MST e MTST, por invadir propriedade privada e obstruir o direito de ir e vir dos cidadãos de bem”. Foi uma sugestão dita advinda de uma “cidadã” pelo Programa e-Cidadania, que alcançou mais de vinte mil assinaturas e foi transformada em sugestão nº 2 de 2018. Em novembro de 2018, a partir do parecer<sup>47</sup> do relator Senador Paulo Paim (PT), a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa vota pela rejeição e arquivamento da sugestão nº 2 de 2018.

Por fim, a burocracia e todo seu artifício tornaram-se alvo de manejo de interesses, o que vai para além de querer manter o “bem comum”, como expressado no excerto: “[...] A demonstração do uso do Judiciário para criminalização de lideranças e de movimentos sociais, na esfera penal, independentemente do formalismo, deixa claro que não é só uma questão de leis ruins, mas também da estrutura pouco democrática dos poderes” (CPT, 2019, p. 124). Mas, o poder judiciário não trabalha sozinho, é preciso um aparato repressor que execute as ações. Neste caso, discutiremos o papel da polícia na relação com o MST.

### 3.2 A polícia como aparato repressor que executa a violência de Estado

Safatle (2019), ao retomar a obra *Leviatã* de Thomas Hobbes, relembra que o autor categoriza o medo como a paixão que menos incita os sujeitos a violarem as leis, provando que

<sup>46</sup> *Ideia Legislativa n. 89.755, de 14 de dezembro de 2017*. MEMO n. 11/2017- SCOM. Recuperado de: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7647718&ts=1567535211315&disposition=inline>

<sup>47</sup> *Parecer n. 63, de 21 de novembro 2018*. Senadora Regina Souza. Senador Paulo Paim. Recuperado de: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7889087&ts=1593906464014&disposition=inline>

o seu verso é também válido: o medo como o sentimento que leva os homens a respeitarem as leis. Mas, o que vem mobilizando o medo atual?

“A expressão ‘sensação de insegurança’ [grifo do autor] tem se tornado o bordão mais ouvido e falado quando o assunto é segurança pública” (Teles, 2018, p. 67), soando contraditório. Essa sensação reflete o medo instalado nas subjetividades, conduzindo a população a desejar medidas duras contra os “perigos do cotidiano”. Não só pedem por mais polícia, mas por uma postura mais rígida (Teles, 2018; Wyllys, 2015). Como destaca Dunker (2015), o mal-estar frente “a-violência” cria mais violência para combatê-la, isso a partir da ligação da sensação do medo em um bode expiatório.

De acordo com Dunker (2015), o sentimento de insegurança por achar que existe um objeto intruso entre nós; por pensar que alguém está violando o pacto social; a insegurança em sentir sua felicidade, sua moral e seu modo de vida ameaçados por alguém ou estar inseguro por crer que estamos na falta de uma autoridade ou vivendo uma desordem<sup>48</sup>, todas essas são centralizadas em um único repertório como resposta: agir violentamente contra os inimigos que promovem tudo isso, como se agir com truculência fosse o suficiente para suprir a demanda de segurança pública. E é à polícia que demandam esta ação. Como bem cita Teles (2018, p. 67): “demandam-se ações policiais fora dos padrões de dignidade humana e a criação de leis com ainda maior poder punitivo”. O Estado fortalece essa lógica, quando, ao mesmo tempo que eleva leis e morais, contraria suas próprias regras utilizando de violência para refrear o sujeito. Tenta coibir o indivíduo de praticar injustiças por querer monopolizar o poder da violência (Freud, 1930/2010).

É na busca por “segurança pública” que a população aposta na militarização, pois a lógica ensinada é essa. A polícia cumpre o papel de aparato repressor do Estado, executando em ação o discurso de criminalização do MST, e assumindo a função de silenciar o que vem incomodando a manutenção dos privilégios entre as classes sociais. Essa violência institucionalizada é regida por um silêncio e maior desinformação e/ou omissão possível por parte dos órgãos do Estado (Coimbra, 2001b). Ainda, a polícia não só age, mas também compactua com o discurso higienista para reforçar a lógica já propagada pela mídia. Essa solução fascista também pode ser sentida como uma “cortina de fumaça” aos desmontes dos direitos e à exclusão social. Afinal, “[...] é de fundamental importância construir um espetáculo e com ele nos entreter, enquanto no Congresso Nacional tramitam e avançam pautas de

---

<sup>48</sup> “Existe no Brasil uma ideia muito própria de ordem [...] é usada em momentos estratégicos por homens de Estado e está presente no horizonte do discurso conservador nacional e na sustentação das ações policiais mais duras” (Ab’Sáber, 2015, p. 95).

desconstituição de direitos, criminalização dos movimentos sociais” (Rosa, Alencar & Martins, 2018, p. 16).

Assim, tal como destaca Teles (2018, p. 67), “quanto mais o Estado é violento, mais o quadro social se apresenta como de crise causada pela criminalidade e mais se autoriza o investimento em ações extraleais”. Em comunhão a tal interpretação, o que temos no Brasil é uma polícia treinada a partir de táticas de guerra<sup>49</sup> – treinamento que vê o agente policial como um exterminador (Peschanski & Moraes, 2015) – usadas contra o MST, por exemplo nos despejos de assentados ou acampados, situações essas que perdem o caráter de mandado judicial e se tornam uma operação militar.

Desde a ditadura até os dias de hoje, temos a polícia cada vez mais armada e pronta, como se estivesse em guerra contra sua população, mas de uma determinada classe (Rodrigues, 2006). Isso ocorre graças ao “espelhamento institucional com a tropa militar terrestre que transformou as polícias militares em pequenos exércitos” (Pereira, 2015, p. 43). Em alguns documentários, como o *Terra para Rose* (1987), é demonstrado um exemplo da ação policial treinada, quando neste, o exército arma um cerco – semelhante aos das guerras de Canudos e Contestado – ao entorno da Fazenda Nonnai, restringindo o acesso e a saída de militantes e aliados. Rodrigues (2006) ainda cita a presença, nestes episódios, de grupos especiais das polícias militar e civil – AGUIA, COPE, COE, GOE, CHOQUE. “Policiais, alguns encapuzados, com cães treinados, cavalaria, armas de fogo, bombas” (Rodrigues, 2006, p. 113), a provocar um aumento excessivo de terror e insegurança.

Ações repressivas do Estado como estas não são lidas como violação dos direitos humanos, pois os sujeitos alvos não são vistos como pertencentes à humanidade. “O não valor contribui para gerar a indiferença” (Peschanski & Moraes, 2015, p. 66). Isso significa que “é também uma guerra de subjetivação”, interpreta Teles (2018, p. 71). O autor ainda compreende que hoje não temos só resquícios da ditadura que permaneceu nas instituições do Estado, mas também uma intensificação sofisticada de uma estrutura institucional autoritária e pulverizada nas relações sociais. Esta vinculação entre o autoritarismo e a militarização é precisamente mantida, pois “a militarização, e toda a violência que dela deriva, fomenta as práticas autoritárias e conservadoras, bem como delas depende para ser eficaz” (Teles, 2018, p. 71).

---

<sup>49</sup> Coimbra (2001) destaca o fato de que no treinamento das Forças Armadas e das polícias militares, as técnicas de maus-tratos e torturas são aplicadas nos próprios recrutas, para ensiná-los assim a praticar em ações posteriores. Também, o inimigo de treinamento é apresentado como miserável e não humano para dessensibilizar os danos que causam.



Coimbra (2001b) interpreta este ato como tortura, analisando-a como parte de uma política que, num passado que permanece, foi usada sistematicamente pelo Estado brasileiro e continua sendo executada pelos seus agentes, apesar de acontecer agora de outro modo. A autora entende ainda que isso não ocorre apenas por omissão, conivência ou tolerância da sociedade e das autoridades, mas é o funcionamento da política silenciosa que também “estimula esses perversos procedimentos”<sup>50</sup> (Coimbra, 2001a, p. 12) contra quem insurgir ameaças ao poder do Estado. Assim, pelo histórico da polícia brasileira, o caráter do treinamento a partir da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) derivado da guerra e, como destaca Mena (2015), pela contradição entre polícia civil e militar, o fortalecimento da “bancada da bala” entre os parlamentares e a redução de segurança pública ao sinônimo de polícia – todos estes pontos que fazem o cenário hoje – fomentaram a criação do “inimigo interno” que deve ser combatido pela polícia. Ou seja, “o pano de fundo da militarização na história recente é a ideologia do inimigo interno elaborada na ditadura e potencializada nas últimas décadas” (Teles, 2018, p. 70).

O MST é um dos grupos subalternos, alvos da “limpeza social” juntamente, por exemplo, com moradores das favelas urbanas e indígenas; fato este que nos relembra o cenário ditatorial, pois “como no período da ditadura militar, também hoje, nesses tempos neoliberais, o ‘inimigo interno’ [grifo da autora] deve ser não somente calado, mas também exterminado” (Coimbra, 2001a, p. 18). Enquanto escutamos a defesa da militarização e até mesmo sua rigidez, como a diminuição da maioria penal, por vozes de uma classe dominante e por uma massa temerosa pela violência maximizada nos meios midiáticos, a criminalização acontece para que faça valer a nova Lei de Talião “[...] que com o beneplácito e estímulo de suas autoridades, é aplicada a todos os pobres, porque suspeitos e, portanto, culpados. (p. 18).

Por outro lado, não se pode apenas tornar demoníaca a imagem do servidor público policial como único responsável pelas atrocidades. Considerando o que Pereira (2015) sublinha: em grande escala, a maioria dos policiais de base são trabalhadores recrutados também do bojo das periferias, treinados a se apropriar de uma nova identidade mergulhada em ódio, por meio das torturas perpetradas em quartéis (Coimbra, 2001a), e posto em condições precárias de trabalho, que dificilmente abrem possibilidades de traçar planos de carreira. Dito isso, a

---

<sup>50</sup> Afinal, os grupos subalternos perante a economia política do Estado são indiferentes. Desta forma, não se elimina quem tem sua força de trabalho empregada e produtiva; quem é uma peça importante na engrenagem da economia do país. Quando o extermínio acontece entremeios a estes grupos marginalizados, não gera tanta visibilidade e questionamento, isso pelo caráter desumano que toma o valor da vida de quem morre (Peschanski & Moraes, 2015).

pergunta a se fazer é, como bem alocada por Peschanski e Moraes (2015, p. 66), “quem ganha com as mortes em massa perpetradas pela polícia brasileira”?

### 3.3 A mídia como ferramenta de propagação da criminalização do MST

A mídia é um importante instrumento para concretizar e veicular o perfil de quem deve ser enquadrado na criminalização. Como destaca Rodrigues (2006), por esta ferramenta estar geralmente na mão da classe dominante, ela tem influência sobre os temas e interpretações que serão apresentados e disseminados.

De acordo com Safatle (2019), tratando de um contexto liberal, o sujeito propagado como modelo é aquele que defende sua posse privada e interesses pessoais enquanto demonstração de amor-próprio. Este modelo traz ao centro o medo como afeto político, presente na base do que é o sujeito hoje. Nesta perspectiva, “sistemas políticos que se compreendem como fundamentados na institucionalização de liberdades individuais são indissociáveis da gestão e produção social do medo” (Safatle, 2019, p. 17). O autor se refere assim à instauração de uma cultura de emergência por segurança para conter o medo projetado em diversas figuras sociais, sendo uma delas, o próprio MST. Com isso, há o apelo para contenção dessas figuras que despertam esse sentimento, sendo realizado por agências responsáveis para tal, por exemplo, a polícia a mando do Estado, como já discutido. Mas, para que este “desejo” de solicitação de proteção chegue à população nesta configuração, é necessária uma completa propaganda ideológica.

Dessa forma, como pontua Ramos (2007), a propaganda midiática se configura como uma estrutura que busca atingir o aspecto de perversão do telespectador. A exemplo, percebemos em nossos imaginários, a necessidade do consumo como um movimento de gozo. Faz-se “[...] do ‘a mais’, do excesso e da exceção ‘uma regra’ [grifos do autor]” (Ramos, 2007, p. 103). O gozo tem outro componente importante, o poder. Não é qualquer um que pode gozar. As portas da esperança de gozar são destrancadas para que o ímpeto do domínio se impere (Safatle, 2019). E junto, ainda temos “[...] o ódio enquanto categoria central para descrever formas dos laços intersubjetivos e sociais na atualidade” (Cunha, 2018, p. 111). Então, a busca pelo gozo também se dá pelo emprego do ódio.

Assim, os acontecimentos violentos e destrutivos são foco atualmente nos conteúdos midiáticos porque as ações de destrutividade, violência e perversão, não são apenas acontecimentos sócio-políticos e econômicos, mas, tornaram-se algo a ser consumido, um

produto oferecido pela indústria cultural<sup>51</sup>. O conteúdo midiático da indústria cultural está recheado de princípios que buscam capturar os instintos humanos de destruição-morte (Belloni, 2004). Para contrapor a quem deve ser destruído, é propagado com o que ou com quem deve se identificar, a partir da classe que ocupa. Apelando para figuras de identificação<sup>52</sup>, a mídia utiliza as produções de bens culturais para uniformizar e universalizar o comportamento e o imaginário, partindo da concepção de classificação e dominação entre classes.

Segundo o que Enriquez (1990) discute sobre classificação e dominação, os sistemas classificatórios estão no âmago dos vínculos sociais e têm função de estabilizar as diferenças. Assim, esses sistemas ditam o lugar de cada, seu papel no mundo e suas possibilidades. Há vários destes sistemas que surgem ao longo do tempo buscando ordenar o social, mas há um específico que existe em todas as sociedades humanas: a divisão de dominante/dominado, senhor/escravo. Isso porque as sociedades humanas, para além de responder ao sistema de classificação, o intensificam com o sistema de separação e de dominação. Logo, o sentido latente do sistema de classificação seria “[...] acima de tudo, a definição de posições assimétricas que respondem às questões: quem tem o direito à palavra, quem tem o poder, quem pode definir a lei? [...] o outro é visto essencialmente como agente de desordem” (Enriquez, 1990, p. 175).

Na mídia, o MST é o movimento lido como aquele que deve ser controlado pelo Estado, por sinalizar baderna e desordem. Sendo este um exemplo do mecanismo conhecido como manipulação da narrativa (Capriglione, 2015). É a partir da apropriação deste argumento por parte da população, que se justifica a ação coercitiva sobre os e as integrantes do movimento. No imaginário, o movimento tem que ser erradicado por “tirar o que é dos outros”, mesmo que as terras, por exemplo, sejam alvo de grilagem por grandes latifundiários há séculos (Rodrigues, 2006). Como destaca Gonçalves (2008), a mídia retrata o MST enquanto movimento agressivo, de guerrilheiros que buscam poder pela violência. Já a polícia é estampada como defensora da ordem, tendo como terceiro elemento nesta relação o governo estatal como agente negociador. Mas, só se diz do MST quando este causa uma situação de “incômodo” ao *status quo*, aí a mídia é obrigada a reafirmar o título de “baderneiros” e “criminosos” (Magalhães & Silva, 2010).

Os militantes geralmente são caracterizados como sujeitos da destruição e invasão (por exemplo: imagem de cerca de fazenda cortada, queimadas na terra, animais mortos) que

---

<sup>51</sup> *Indústria cultural*, termo de Adorno e Horkheimer, que se encontra no livro *Dialektik der Aufklärung* (1947). O termo “indústria” está ligado à standardização da coisa (produto) e racionalização na disseminação. Os autores fazem uma crítica à produção cultural. Para eles, não há mais uma criação, apenas reproduções disfarçadas.

<sup>52</sup> *Identificação*: um “processo psíquico pelo qual o indivíduo apreende os atributos do outro e modifica-se, total ou parcialmente, conforme o modelo introjetado” (Pedrossian, 2008, p. 418).

perturbam a propriedade privada ou, da mesma forma, ameaçam o Estado. Nesta versão, é ignorado o fato de eles estarem reivindicando um direito presente na Constituição de 1988. Além de portarem instrumentos de trabalho que são interpretados na grande mídia como armas para conflitos. Quando noticiado algum caso do MST, normalmente a fala de um militante é sobreposta com uma resposta de alguma figura de autoridade, buscando deslegitimar as reivindicações e denúncias da fala anterior. Também é dado ênfase às perdas dos latifundiários por meio de depoimentos comoventes, além da escolha intencional do termo “invasão” ao invés de “ocupação”, dentre outros (Ribeiro, 2009).

Difícilmente presenciamos uma leitura sobre o MST divulgada por vieses das experiências bem-sucedidas de assentamentos, acampamentos, cooperativas rurais e associações. Muitas famílias tentam instituir organizações coletivas e produção orgânica e comunitária, apesar do contexto desfavorável de insuficiência de políticas públicas no campo; de contaminação latifundiária da terra que afeta não só a comunidade rural, mas também a atividade de alimentação da cidade. Entretanto, o que é noticiado é a ocultação histórica destas lutas de trabalhadores e seus diversos movimentos para transformar as condições sociais, perpetrando a narrativa do lado dominante. Como bem colocado pela fala de Milton, um dos entrevistados do assentamento Dom Hélder Câmara-PR, por Rodrigues (2006, p. 132):

[...] os meios de comunicação estão a serviço da burguesia e eles procuram retratar e criminalizar o movimento, alterando muitas colocações, se aproveitando de algumas pessoas que tão no meio do movimento que só tem interesse próprio, que não passou por um período de luta como esse povo aqui passou [...]. Então muitas pessoas na sociedade aí fora, boa parte do povo pobre que não tem condição de uma educação mais clara, de conseguir entender o que acontece nesse nosso país, sem saber o que realmente é, eles ficam criminalizando o MST. E pela burguesia, porque o papel deles é tentar acabar com qualquer movimento que faça a luta em busca de direitos, e que esses direitos vão contra os seus privilégios. E como os meios de comunicação estão a serviço desta burguesia, muitas pessoas acabam tendo uma visão distorcida do que o movimento realmente é.

Milton coloca uma questão evidente, mas pouco discutida: a captura de massa feita pela mídia atinge até mesmo quem também é alvo da criminalização, a classe que pouco tem acesso aos bens socialmente produzidos e não compartilhados. Além do mais, faz crítica à mídia que tende para a manutenção dos privilégios da burguesia. Contudo, não desconsideremos que os meios de comunicação são usados para representar uma classe, sendo seu papel muito mais ideológico do que propriamente informativo (Ayoub, 2006).

Numa análise sociopolítica é perceptível uma inversão de combate à miséria para o combate aos miseráveis, e isso é característico do Estado neoliberal. “O que bem pode ser observado pelas campanhas ideológicas, produzidas pela mídia, criminalizando os movimentos

sociais, sobretudo, o MST” (Rodrigues, 2006, p. 126). A intensa propaganda pejorativa que destila seu ódio ao movimento atacando os militantes, enfraquece o próprio movimento e afeta a saúde mental de seus militantes (FMS, 2010). O que gera inúmeras consequências indescritíveis, mas, para citar algumas, elencamos o que a CPT traz:

[...] crise, como um todo, dos movimentos sociais do campo; medo de repressão; avanço da despolitização do povo oprimido [...] desmonte de políticas públicas que eram efetivadas por meio da pressão feita com ocupações/retomadas e acampamentos; descrença de que o atual governo cederia às demandas populares. (CPT, 2019, p. 23)

Aqui reafirmo o papel da mídia, por ser um meio de veiculação capaz de provocar influências nos processos de socialização dos sujeitos, por ser capaz de criar e transmitir uma representação de figuras ameaçadoras ao sistema da ordem, nomeando e enquadrando sujeitos (Lino, 2014). Além das omissões e distorções capazes de realizar (Santos F., 2012). Mas, por outro lado, mesmo havendo um monopólio dominante da mídia, ela pode ser instrumento de resistência, e é assim que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tenta agir utilizando-se também dos veículos midiáticos (jornais, *sites*, revistas) de modo autoral (Lino, 2014). Mesmo não tendo a mesma visibilidade e espaço de acesso ao público, não podemos descartar ou desconsiderar esse meio e sua importância, considerando que vivemos numa sociedade repleta de informações, por vezes desencontradas, que vivem um embate assimétrico de grupos midiáticos.

#### 4 Acerca dos estudos da psicologia sobre MST e gênero

Há 38 anos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra vem construindo um projeto educacional com vinculação socialista, com a Pedagogia do Oprimido, a Educação Popular de Paulo Freire e a Pedagogia do Movimento (Caldart, 2004), calcado na concepção de sujeito não enquanto pessoa isolada, mas na relação com outras pessoas, com coletivos e em um determinado contexto histórico. Nesse projeto educacional, uma das temáticas sublinhadas é a igualdade de gênero, dado que, falar de gênero, é pensar na estrutura à qual a sociedade se organiza e na relação intrínseca desta com o processo de formação humana

Atualmente, o MST tem um vasto material que visa refletir sobre gênero e suas implicações nas normas e valores sociais, como apresentado no capítulo dois. Isso por compreender que as mulheres trabalhadoras rurais têm uma dupla exploração, sofrem tanto como classe social, quanto em ser mulher numa sociedade machista. Em suas palavras, “[...] ao longo de toda história a mulher da classe dominada foi vítima de uma dupla exploração – uma opressão de classe e uma opressão de gênero – oprimida por ser proletária; oprimida por ser mulher” (MST, 1988, p. 16).

Por um lado, é importante frisar este posicionamento do MST em provocar reflexões acerca da desigualdade de gênero em suas produções e materiais teóricos; por outro lado, é preciso olhar também para as relações cotidianas do MST. O imaginário naturalizado das desigualdades entre gêneros está presente até mesmo em um movimento social que prega a igualdade de gênero. O que pode ser ilustrado por um excerto de uma música criada e reproduzida pelo MST como um de seus hinos, denominado *Mulher da roça*, de Adelar João Pizetta:

Mulher da roça, //Nascida da terra Criada no chão, //Cultivas a terra //Com garra e dedicação. //Reage aos ataques do sistema, //Que tenta pôr as algemas Da prisão, Da fome, Da dor. //Agora, te organiza, //Entra na luta, //**Por um instante deixa o fogão** [grifo nosso] //E, junto com os companheiros, //Vamos libertar o chão: Aprisionado Cercado //Maltratado //Pelas garras do patrão. [...] <sup>53</sup>

Existem representações da hegemônica divisão de papéis sociais incutidas no movimento e nas vivências cotidianas das mulheres integrantes. Dimensão essa que vai além do bojo da luta vestida pelas trabalhadoras rurais. Isso diz da necessidade de modificações dos valores, práticas cotidianas e lugares ocupados, pela via da formação humana, que ocorre a partir da reconfiguração dos conceitos cotidianos, calcado em outro modelo de sociedade e um

<sup>53</sup> Ver em: <http://www.mstemdados.org/biblioteca/poesias>

movimento contrário ao sistema capitalista neoliberal. Para tanto, “há que se buscar entender como estão se dando essas divisões nas relações cultivadas nas práticas educativas destes movimentos sociais e da sociedade como um todo” (Araújo, 2014, p. 02). Visto que, é aceito socialmente que os homens sejam considerados “[...] fortes e empreendedores, enquanto as mulheres são vistas como delicadas e mães, por exemplo. Disso deriva a visão de que algumas profissões” (Pessôa & Dal Ri, 2017, p. 588), as quais reforçam as relações desiguais entre homens e mulheres.

As distinções dos papéis sociais cristalizados na sociedade atual, buscam justificar um modo de desigualdade social a partir da diferença biológica, retirando a responsabilidade social e a possibilidade de mudanças deste modo de organização e imaginário cultural. Mas, se as relações de gênero fazem parte do montante das relações sociais, não existirá, pois, uma oposição entre a questão das mulheres e a questão da sociedade. O modo como vai se constituindo os espaços do trabalho, da política e da cultura depende de como homens e mulheres se inserem, a partir de seus papéis sociais (Pessôa & Dal Ri, 2017).

Nesta perspectiva de estar atenta às relações cotidianas do MST, considerando a estrutura patriarcal e desigual que vivemos, acurando também o modo que a psicologia vem se ocupando e qual vem sendo seu saber sobre a desigualdade de gênero entrelaçada às mulheres do MST, este capítulo pretende compreender as perspectivas discursadas sobre a pauta de gênero e MST na ótica acadêmica, por meio de uma revisão de literatura de estudos da área da Psicologia.

De acordo com Moura *et al.* (2019), a psicologia só se refere ao rural enquanto campo de atuação nos anos 2000, a partir das discussões que surgem na América Latina sobre psicologia e ruralidade. No ano de 2004, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) realizou o primeiro seminário com o título “Subjetividade e a questão da terra” (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2004). O evento aconteceu em Luziânia/GO, com organização conjunta do CFP e do MST, no qual se concretizou o projeto da Série “Gente da Terra” (CFP, 2019), idealizado no “IV Congresso Nacional de Psicologia”, de 2001. De acordo com Domingues (2011), o objetivo do seminário de 2004 foi aproximar os profissionais da psicologia das demandas e propostas do MST. Em 2006, aconteceu o Seminário Nacional “A questão da terra desafios para a Psicologia”<sup>54</sup>. E em 2013, foi lançada a cartilha “Referências técnicas para atuação das(os) psicólogas(os) em questões relativas à terra” (CFP, 2019). Atualmente, a Psicologia enquanto ciência comprometida com a perspectiva biopsicossocial, tem extensas

---

<sup>54</sup> Ver em: <http://www.crprj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/seminario-terra.pdf>

justificativas para se deter nos estudos e intervenções na área rural e com os movimentos sociais. Assim, esta revisão busca demonstrar alguns argumentos do porquê desta afirmação.

Para o mapeamento dos estudos, foi realizada uma pesquisa em revistas de psicologia e áreas afins, nas bibliotecas virtuais Scielo, Pepsic e no Google Acadêmico, tendo pelo menos um(a) autor(a) da área da psicologia, a partir das palavras-chaves “MST e gênero”. Os critérios de seleção dos artigos da área da psicologia foram: (a) artigo científico que abordasse o tema gênero e MST; (b) estar nas bibliotecas virtuais Scielo e Pepsic ou no Google Acadêmico; (c) estar disponível virtual, integral e gratuitamente; e (d) ser escrito em língua portuguesa, mesmo que publicados internacionalmente. Como critérios de exclusão, optou-se por excluir textos que (a) estavam publicados em formato de tese, dissertação, livro, capítulo de livro, resenhas; e (b) estudos realizados por profissionais de outras áreas. Para constatar a área das(os) autoras(es), foi verificado o currículo disponibilizado em plataformas virtuais de cada um(a), os quais não estavam explicitados no próprio artigo.

Inicialmente realizei a pesquisa no banco de dados Pepsic (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), no qual obtive acesso a apenas dois (2) artigos. Com o objetivo de abranger ao maior número de pesquisas possíveis que auxiliassem na tarefa deste capítulo, propus também o mesmo levantamento bibliográfico na Scielo (Scientific Electronic Library Online). Utilizando as palavras-chave “MST e gênero”, a busca resultou em quinze (15) artigos, sendo catorze (14) do Brasil e um (1) da Colômbia. Entretanto, pelo título, via pesquisas de informações da trajetória acadêmica dos autores e pela leitura dos resumos, detectamos que apenas um (1) artigo tinha enquanto autor(a) alguém da área da psicologia. Também não foi encontrada nenhuma revista de psicologia na seleção. Ademais, dentre estes quinze (15) artigos, seis (6) não possuíam em primeiro plano a temática procurada. Os outros nove (9) discorreram sobre MST e gênero, mas, tendo a autoria de profissionais da enfermagem, pedagogia, ciências da saúde, história, serviço social, economia e apenas um da psicologia.

Após realizadas as pesquisas da Pepsic e Scielo, fez-se o mesmo no Google Acadêmico. Nesta plataforma foram usadas as mesmas palavras-chave “MST e gênero”, registrando de antemão (sete mil trezentos e dez) 7.310 artigos. Organizadas por relevância, foram incluídas as dez (10) primeiras páginas do resultado da pesquisa para verificação, sendo selecionados os artigos que tinham algum (a) autor (a) da área da psicologia. Ao fim, resultaram catorze (14) artigos. Todos os resumos foram lidos, dos quais, foi identificado que cinco (5) não tinham a questão de gênero como a temática principal, logo, foram excluídos da leitura neste momento.



Também foi constatado que um (1) era artigo de anais, do “Seminário Internacional Fazendo Gênero 10”, o qual também foi excluído por não se enquadrar em artigos de revista<sup>55</sup>.

Dos oito (8) artigos lidos na íntegra e utilizados do Google Acadêmico, quatro (4) se caracterizam como revisão bibliográfica acerca da produção da psicologia sobre a temática gênero e MST, três (3) são pesquisas de campo e um (1) bibliográfico. Os três (3) selecionados da Pepsic e Scielo são pesquisas de campo. No quadro abaixo, listo os 11 artigos selecionados, citados por datas em ordem crescente, que compuseram a revisão bibliográfica deste capítulo.

**Quadro 1-** Título, ano de publicação, modalidade de estudo, local da publicação e autores

<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Periódico</b>	<b>Autores/as</b>
1. Jornadas de trabalho de mulheres e homens em um assentamento do MST	2003	Pesquisa de campo	Rev. Estudos Feministas	Giovana Ilka Jacinto Salvaro
2. Vinte anos do MST: a psicologia nesta história	2007	Revisão bibliográfica	Rev. Psicologia em Estudo	Eliane Domingues
3. A Psicologia na Área Rural: Os Assentamentos da Reforma Agrária e as Mulheres Assentadas	2009	Pesquisa de campo	Rev. Psicologia Ciência e Profissão	Gislayne Cristina Figueiredo Vasquez
4. Movimentos sociais e produção de subjetividade: O MST em perspectiva	2010	Bibliográfico	Rev. Psicologia & Sociedade	Jáder Ferreira Leite e Magda Dimenstein
5. Relações de gênero e diversidade sexual na luta pela terra: a participação política de militantes mulheres e gays no MST	2012	Pesquisa de campo	Revista Bagoas	Jáder Ferreira Leite e Magda Dimenstein
6. Mulheres camponesas: identidades que resistem	2015	Pesquisa de campo	Rev. de Estudos Universitários	Mariana Luciano Afonso e Rosimeire Aparecida Scopinho
7. Produção de sentidos sobre a militância de mulheres vinculadas ao MST	2016	Pesquisa de campo	Rev. Subjetividades	Antonimária Bandeira de Freitas Oliveira e Jáder Ferreira Leite
8. Oficinas com adolescentes do MST: sexualidade, diversidade sexual e gênero	2018	Pesquisa de campo	Rev. Pesquisas e Práticas Psicossociais	Eliane Domingues et al.
9. Invisibilidade das mulheres trabalhadoras rurais: as produções científicas da psicologia no Brasil	2018	Revisão bibliográfica	Rev. Psicologia em Estudo	Gabriela da Silva Marques e Denise Regina

<sup>55</sup> No entanto, é válido pontuar que os autores trazem críticas importantes para a temática, a existência da hierarquização das lutas dentro dos movimentos sociais, a ponto de algumas bandeiras ofuscarem outras categorias. Ainda, por meio de revisão, apontam que dos 48 artigos sobre MST e gênero que tiveram contato, apenas 1 aborda a temática de gênero interseccionada a questão étnica/racial. A tese de doutorado intitulada: *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): as contradições vivenciadas na produção sem a participação das mulheres negras* de Simone Maria de Souza (Magrini, Lago & Minella, 2013).

				Quaresma da Silva
10. Produção da Psicologia no Brasil sobre mulheres rurais: revisão sistemática	2019	Revisão bibliográfica	Rev. Arquivos Brasileiros de Psicologia	Brisana Indio do Brasil de Macêdo Silva et al.
11. Psicologia e Contextos rurais no Brasil: interlocuções com a Psicologia Comunitária	2019	Revisão bibliográfica	Rev. Interamericana de psicologia	James Ferreira Moura Júnior et al.

Fonte: A autora, 2021.

Por didática, reservo o primeiro subitem para discorrer sobre os quatro (4) artigos de revisão bibliográfica encontrados. Ao passo que, no outro subitem, destaco os sete (7) artigos restantes, a partir da organização por temáticas identificadas no atravessamento destas produções. As temáticas nomeadas são: 1) a incongruência entre a teoria e a prática sobre gênero no MST; 2) a inserção das mulheres no MST e a divisão de acordo com os papéis de gênero; 3) a violência doméstica e a violência institucional; 4) o adoecimento físico e mental das mulheres sobrecarregadas no campo.

A partir da revisão bibliográfica que proponho neste capítulo, quer seja a respeito das produções da psicologia sobre o movimento dos trabalhadores rurais sem terra e seu entrelaçamento com as questões de gênero, um dado previamente notado são as datas recentes de publicação dos artigos. O primeiro encontrado é de 2003, tendo um longo intervalo até o próximo artigo, datado de 2007. É possível que venha aumentando estudos na temática, bem como a atuação da psicologia no rural, visto que os anos de 2018 e 2019 registram dois artigos por ano.

#### 4.1. Artigos de revisões bibliográficas

Optei enquanto critério de apresentação dos estudos, iniciar pela apresentação e discussão das pesquisas de revisão bibliográfica, sendo possível assim já traçar semelhanças e possíveis dissidências dos conteúdos encontrados, além de organizar um registro daquilo que vem sendo sublinhado nos discursos *psis* acerca da vinculação gênero e MST, que acessam espaços de publicações em revistas.

Nas revisões bibliográficas, é unanimemente o baixo número de trabalhos publicados pela área da psicologia acerca das mulheres do MST. Como na pesquisa de Marques e Silva (2018), cujo objetivo foi fazer um levantamento da literatura nacional de 2006 a 2016 que

versava sobre a mulher no trabalho rural, a fim de descrever o que as produções científicas vêm dizendo sobre. Tal pesquisa registrou a inexistência de estudos da temática em 2006. Já em 2007, atipicamente houve quatro (4) artigos; entre 2008 e 2011, oscila em um (1) ou dois (2) por ano; em 2012, não há nenhum novamente, tendo uma estabilidade a partir de 2013, com três (3) publicações anuais. No total, as autoras encontraram 23 artigos a partir da base de dados Biblioteca Virtual em Saúde Psicologia (BVS-Psi) com os descritores “trabalhadoras rurais” e “mulheres rurais”, ou seja, num período de 10 anos houve o registro de apenas 23 publicações de estudos sobre o trabalho da mulher no meio rural.

Marques e Silva (2018) afirmam que pelo mapeamento das publicações, percebe-se uma invisibilidade das mulheres no campo na maioria dos Estados brasileiros, mesmo as mulheres estando presentes no trabalho rural em quase toda extensão do país. Em outras palavras, mesmo as mulheres estando indiscutivelmente no universo do trabalho no campo (plantando, colhendo, protegendo a lavoura, cuidando do trabalho doméstico e dos filhos) elas permanecem invisibilizadas. Ainda mais que, desde crianças, estão inseridas no trabalho do campo ajudando os pais e/ou acompanhando-os na roça para não ficarem sozinhas em casa. Também tem-se os casos das meninas que são responsabilizadas pelo trabalho doméstico desde jovens enquanto os pais vão à roça.

Estas vivências reafirmam a naturalização do papel social da mulher, afinal, desde pequena, exerce funções domésticas e de cuidado, o que a faz ter de aprender a lidar com tais atividades, sendo este aprendizado precoce argumentação para designar estas atividades como função da mulher, por ela muitas vezes desempenhar bem pela prática desde criança ou adolescente. Marques e Silva (2018) também pontuam a escassez de estudos sobre a saúde da mulher trabalhadora rural, sendo que em uma década foram contabilizados apenas oito (8) estudos sobre. Frisam ainda que muitos estudos se referem a grupos, municípios e regiões específicas, dificultando uma análise da situação num contexto geral.

Em outro artigo de revisão de literatura, Silva *et al.* (2019) se debruçaram em diversos bancos de dados – Psicologia (BVS-Psi), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LILACS), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Portal de teses/dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – com os descritores “psicologia” AND “mulheres” AND “rural”, selecionando 22 estudos (14 artigos e 8 teses/dissertações). Apesar de encontrarem um baixo número de trabalhos da psicologia com essa temática, os autores também afirmam um movimento crescente a partir de 2014 e uma maior presença do(a) psicólogo(a) em contextos rurais, nas regiões Sul e Nordeste.

No entanto, frisam a baixa quantidade de estudos desenvolvidos nas temáticas das condições de vida, saúde mental e suporte psicossocial (Silva *et al.*, 2019).

A pesquisadora Wanderley (2011), citada por Silva *et al.* (2019), havia feito um mesmo estudo de revisão bibliográfica de 1960 a 2010, entretanto, sem restrição de áreas de conhecimento, o que levou a concluir que de 267 publicações, sua grande maioria acontecia no bojo das ciências sociais. Os autores também comentaram o estudo realizado por Gomes, Nogueira e Toneli (2016), cujo intuito foi fazer o levantamento sobre produções de gênero e ruralidade na área das ciências humanas, sociais e de saúde entre 2000-2014, no qual identificaram 108 artigos dos quais apenas 7 eram da Psicologia (Silva *et al.*, 2019).

Moura *et al.* (2019), com o objetivo de analisar a perspectiva de atuação comunitária nas produções científicas em Psicologia nos contextos rurais entre 2010 à 2018, concluem que a psicologia começa a se encaminhar para a atuação comunitária já na década de 1960 e 1970, por meio de algumas atividades em comunidades rurais alinhadas à Educação Popular de Paulo Freire. Entretanto, o debate sobre a subjetivação presente no rural começa a emergir apenas nos anos 2000 com pesquisas na América Latina de experiências mexicanas, argentinas e brasileiras.

A partir da revisão bibliográfica de Moura *et al.* (2019) – que contou com 29 artigos dos bancos de dados Scielo, Lilacs e BVS a partir dos descritores “Psicologia e rural”; “psicologia e ruralidades”; “psicologia nos contextos rurais” e “psicologia social comunitária em contextos rurais” – os autores alertaram acerca do entendimento dos modos de subjetivação rural presente em alguns imaginários de profissionais, os quais lidam com a comunidade rural enquanto atrasados e necessitados de adequação utilizando-se como referência os grandes centros urbanos. Porém, ainda assim, os autores perceberam um aumento da preocupação dos profissionais da psicologia com a melhoria nas condições de vida no contexto rural.

Domingues (2007) se propôs a mapear a produção científica sobre o MST, com especial atenção aos estudos da Psicologia. Seu levantamento foi realizado no banco de resumos de Teses da Capes com as palavras “movimento sem-terra” escritas no campo assunto. Foram identificados 300 resumos de dissertações e 69 de teses defendidas no período de 1987 a 2004. Da área da Psicologia, foram apenas 11 dentre estes. Em relação aos resultados do levantamento, o tema mais estudado nas dissertações e teses foi educação; experiências educativas e proposta pedagógica do MST, com 43 trabalhos, enquanto a questão de gênero estaria em oitavo lugar, com 14 estudos. A autora, assim como Moura *et al.* (2019), tece críticas em relação ao posicionamento da Psicologia frente ao âmbito rural, já que historicamente a psicologia se volta a estudar fenômenos psicossociais do ambiente urbano. A partir do

levantamento bibliográfico, Domingues (2007) divide as produções da psicologia em três (3) subgrupos de interesse de estudos: 1) os que se baseiam na questão sobre o que leva os sujeitos a lutar pela terra e aderir ao MST; 2) produção de subjetividades e questões internas ao movimento; 3) sobre os agentes externos ao MST (como polícia militar, agrônomos/técnicos agropecuários e a imprensa).

De modo geral, em suas revisões bibliográficas, Domingues (2007), Marques e Silva (2018), Moura *et al.* (2019) e Silva *et al.* (2019) apontam para direções semelhantes, sendo principalmente a escassez ou pouca atenção dada pela Psicologia para estudos sobre gênero num movimento social como o MST. Aliás, dentre as revisões lidas, apenas a de Domingues (2007) especifica um estudo sobre MST e gênero. Também há o atravessamento de este ser um espaço rural, que por tempos não foi incluído e beneficiado pelos estudos e atuações da área.

#### 4.2 Convergências temáticas abordadas nos estudos de psicologia

Neste segundo bloco, irei apresentar e discorrer sobre os artigos referentes às pesquisas de campo, juntamente com o único artigo bibliográfico selecionado nesta revisão. Foram identificadas temáticas convergentes nos artigos, o que possibilitou uma organização da apresentação em subitens que atravessam as pesquisas. Este movimento deu resultado às conversações entre os artigos expostas neste bloco. Um mesmo artigo pode estar citado em mais de um subitem dependendo do que as e os autores encontraram em suas pesquisas e apresentaram nos seus escritos. As temáticas elencadas deram respaldo à nomenclatura dos subitens, e como já citadas, elas são: as incongruências entre a teoria e a prática sobre gênero no MST; a inserção das mulheres no MST e a divisão de acordo com os papéis de gênero; a violência doméstica e violência institucional e o adoecimento físico e mental das mulheres sobrecarregadas no campo.

Neste momento, destino um tempo a fim de apresentar brevemente os artigos para a tomada de conhecimento destes; já os resultados e conclusões serão parte das discussões dos subitens.

Salvaro (2003) com seu artigo intitulado “Jornadas de trabalho de mulheres e homens em um assentamento do MST”, traça o objetivo de investigar os sentidos produzidos sobre a divisão sexual do trabalho juntamente com militantes do assentamento coletivo Sepé Tiaraju. Para tanto, utiliza entrevistas abertas com 21 assentados e observações do cotidiano das vivências singulares e coletivas. A autora foca na discussão acerca das diferentes jornadas

diárias de trabalho que envolvem homens e mulheres e suas relações com os discursos produzidos pelo MST.

Já Vasquez (2009), no artigo nomeado “A psicologia na Área Rural: Os Assentamentos da Reforma Agrária e as Mulheres Assentadas”, relata uma intervenção realizada com 20 mulheres de um assentamento do Estado de São Paulo, quando a autora era técnica da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), a partir das temáticas: relações entre gênero, cuidados com os filhos, relações entre as mulheres, violência doméstica, serviços públicos de atenção à mulher e a família e direitos sociais. A intervenção aconteceu por meio de reuniões semanais de duas horas cada com duração de um ano e meio, sendo as temáticas construídas no coletivo com as assentadas.

Leite e Dimenstein (2012), no artigo “Relações de gênero e diversidade sexual na luta pela terra: a participação política de militantes mulheres e gays no MST”, buscam investigar a participação política destas figuras no MST e os processos de subjetivações decorrentes dessa participação. Utilizam da observação participante e entrevistas com cinco mulheres e três homossexuais militantes do MST em eventos organizados pelo movimento, em nível estadual (Pernambuco e Rio Grande do Norte) e nacional (Brasília).

Por sua vez, Afonso e Scopinho (2015), com o intuito de analisar os processos de reconstrução das identidades das mulheres camponesas após inserção no MST, realizam entrevistas semiestruturadas e observações diretas com cinco mulheres camponesas do assentamento Horto Bela Vista, Sorocaba-SP. A análise das entrevistas ocorreu pelas categorias analíticas: Família, Cotidiano, Trabalho e Participação social, o que está bem descrito no artigo *Mulheres camponesas: identidades que resistem*.

Ainda, Oliveira e Leite (2016), no artigo intitulado “Produção de sentidos sobre a militância de mulheres vinculadas ao MST”, objetivaram estudar como se constrói o sentido de militância política e quais os efeitos desta participação política na vida das mulheres militantes do MST/RN. Para tanto, utilizaram de entrevistas semiestruturadas com mulheres da coordenação do movimento. A seleção respeitou critérios, sendo eles: 1) tempo de militância, 2) as regiões de atuação, 3) setores de participação no MST, com vistas a uma diversidade de experiências. Assim, selecionaram seis mulheres da coordenação estadual, das 12 que existiam ao total nesta categoria. A análise do material foi por construção de mapas de associação de ideias, que resultou nos blocos de categorias: sentidos da militância; a chegada e o convite à militância do MST e os efeitos da militância.

Já Domingues *et al.* (2018) no artigo “Oficinas com adolescentes do MST: sexualidade, diversidade sexual e gênero”, relatam a experiência do Projeto de Extensão “Juventude do

campo: oficinas de formação humana, trabalho e cultura”, com uma turma de estudantes do curso de técnico integrado em agroecologia. O trabalho aconteceu em uma escola de formação e capacitação política, cultural e educacional de jovens e adultos no campo do Paraná, com 36 alunos de 15 a 24 anos de idade, na modalidade de oficinas em dinâmica de grupo. Foram 15 encontros semanais com duração máxima de duas horas. Os temas-geradores foram: gênero e relacionamentos abusivos, diversidade sexual, infecções sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos. E o registro do conteúdo aconteceu por meio do diário de campo.

Por fim, o artigo de Leite e Dimenstein (2010), intitulado “Movimentos sociais e produção de subjetividade: o MST em perspectiva”, também foi abarcado neste segundo bloco, mesmo que se configure como um artigo bibliográfico. O objetivo dos autores com este artigo foi analisar como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se configura enquanto um importante ator social no cenário das lutas políticas empreendidas pelos movimentos sociais na atualidade. Assim o fazem ancorados na perspectiva crítica da Psicologia Social, doravante a busca em compreender os movimentos sociais a partir dos processos de subjetivação, tendo a consciência de que estes acontecem num dado momento em uma dada realidade histórico-social.

#### *4.2.1 O falado e o vivido no cotidiano do Movimento*

Um fator presente nas discussões de Salvaro (2003), Vasquez (2009), Afonso e Scopinho (2015), Oliveira e Leite (2016) e Domingues *et al.* (2018), todas derivadas de pesquisas de campo, foi o desencontro entre o âmbito discursivo e a prática do MST em relação à igualdade de gênero, ou até entre o âmbito público e privado na vivência do movimento. Oliveira e Leite (2016) frisam que o discurso sobre gênero embutido nas pautas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, traz uma visão do feminino ainda calcada no modelo do capitalismo patriarcal, mesmo que em teoria pregoam a igualdade. Entretanto, Afonso e Scopinho (2015) apresentam a entrevista de Carla, uma assentada da região de Sorocaba (SP), que traz críticas contundentes a presença do machismo no movimento:

*Na discussão do socialismo, a discussão da questão de gênero ela é um pouco discriminada, historicamente, não é?! . . .então o MST, assim como todo o processo histórico de luta de classes, ele deixa muito a desejar na necessidade efetiva de consolidar, de fortalecer a discussão de gênero [...] Mas o MST avançou muito, eu acho que é um dos Movimentos aqui do Brasil que trouxe muito forte essa discussão da questão de gênero [grifo das autoras] [...]. (Afonso & Scopinho, 2015, p. 261)*

Em outros excertos, a entrevistada frisa a importância do MST enquanto movimento que soma na produção de espaços para a discussão de gênero, sendo a partir da inserção ao movimento que muitas mulheres e homens acessam este debate.

Domingues *et al.* (2018), pelo relato das atividades na modalidade de oficinas em dinâmica de grupo com 36 estudantes da turma do curso técnico integrado em agroecologia do MST, localizada no interior do Paraná, discutiram os comportamentos derivados da relação patriarcal nas práticas cotidianas no MST, pela naturalização dos papéis destinados às mulheres e homens. Por exemplo, em um debate de um curta-metragem sobre relações entre gêneros, os alunos não identificaram uma cena de relacionamento abusivo enquanto tal, considerando natural a parceira ceder às vontades do outro na relação sexual e o controle do celular e da roupa da namorada como demonstrações de amor, além de identificarem a violência só na presença do dano físico. No entanto, quando se fala do discurso do combate à desigualdade de gênero, os alunos reproduzem o que é propagado pelo movimento que participam.

Como destacam Oliveira e Leite (2016), por mais que o engajamento político se torne preeminente cotidiano na vida das mulheres integrantes do MST, seus efeitos são principalmente as oscilações do papel feminino no ambiente familiar – que ora tende a reprodução patriarcal, outrora subverte a lógica pré-estabelecida – e tal instabilidade está ligada à falta de acesso à participação nas decisões familiares e políticas em instâncias de representação. Há rupturas dos lugares predestinados às mulheres (casa, filhos, cuidado familiar), mas também se identifica a presença das reproduções do modelo patriarcal. O MST se faz conivente quando alimenta a pouca presença prática da temática de gênero, tendo como efeitos a difícil relação militante-companheiros, muito mais do que a militante-mãe. Nas palavras dos autores, “[...] embora num plano discursivo oficial, o MST destaque a busca pela igualdade de participação entre homens e mulheres, no cotidiano das ações, lógicas tradicionais que representam a dominação masculina” (p. 187). Mesmo quando temos mulheres ocupando cargos representativos, predominam tensões e convocações para executar ações planejadas pelos homens do movimento. Importante lembrar que estas constatações de Oliveira e Leite (2016) se dão a partir de entrevistas com mulheres que estiveram em 2014 nas coordenações estadual e regional do MST/RN.

Afonso e Scopinho (2015, p. 249) afirmam que “na sociedade rural a estrutura familiar patriarcal é aceita mais facilmente e é reproduzida até mesmo pelas próprias mulheres”. Já Salvaro (2003), interpreta em seu artigo “[...] o assentamento como lugar específico de produção de existência humana [que] está inserido em contextos mais amplos, que incluem as relações sociais que configuram a sociedade” (p. 322). Assim, não há como esperar que as



relações que acontecem nas bases dos assentamentos sejam impunes da estrutura global de machismo e patriarcado, mesmo que “pautado em discursos de igualdade e solidariedade, o MST incentiva formas associativas e cooperativas de produção após a conquista da terra” (p. 323). No entanto, ainda nos estudos de Oliveira e Leite (2016), há o destaque de que após a conquista da terra nos assentamentos, a participação política e decisória das mulheres diminui pela suposição de um universo feminino recheado de afazeres domésticos. Por mais que elas continuem ocupando espaços representativos, são convocadas a executar ações planejadas por homens.

Na divisão das tarefas de trabalho, Salvaro (2003) frisa as limitações do discurso de igualdade de gênero, afinal, por mais que os modos de produção sejam descritos como coletivistas e igualitários, se sustenta as delimitações dos papéis sociais de gênero nas atividades agrícolas, classificando trabalho leve e pesado de acordo com as atribuições sociais, reproduzindo a lógica no trabalho doméstico (dito da mulher) e produtivo (dito do homem). Ou quando se presencia a responsabilidade sobre o cuidado das crianças, que apesar de o MST ter investido na concepção de ciranda infantil, do Setor Social, ainda são as mulheres que recebem esta função. Como uma entrevistada por Salvaro (2003, pp. 326-327), do assentamento coletivo Sepé Tiaraju (SC), bem pontua se referindo à ciranda infantil: “*sempre sobra pra mulher, né?*” (Cecília, 33 anos), e em outra fala: “*no momento que vai ter uma ciranda, cuidar as crianças, normalmente, se procura as mulheres [...] para cuidar as crianças*” (Mario, 28 anos) (Salvaro, 2003, p. 327). No cotidiano vivenciando o movimento, as mulheres sentem a sobreposição de valor dos trabalhos nos setores em detrimento ao doméstico, sendo esta última uma atividade menosprezada por estar fora do circuito mercantil (Salvaro, 2003).

De acordo com o levantamento realizado por Vasquez (2009), no Brasil, da população assentada, 46% são mulheres, no entanto, apenas em 15% dos lotes as mulheres são titulares, o que não quer dizer que sejam elas responsáveis por cuidarem também das economias da casa. Na verdade, o que é mais frequente, de acordo com IBGE (2002) citado na pesquisa de Vasquez (2009, p. 259), é “apesar de trabalhar muito nas áreas rurais, cerca de 55% das mulheres não têm nenhum tipo de rendimento, isto é, não recebem remuneração financeira de qualquer espécie”. Frequentemente o trabalho feminino na lavoura é interpretado como ‘ajuda’”. Assim, muitas vezes, a participação de mulheres em instâncias representativas é limitada pelo trabalho doméstico, já os homens só exercem algum trabalho doméstico dependendo dos limites colocados pela sua participação nos setores – lógica inversa aplicada à mulher (Salvaro, 2003).

Com essas contribuições, é evidente a existência da desigualdade de gênero no campo, e esta “[...] existência das desigualdades e opressões de gênero tornam a vida da mulher do

campo ainda mais difícil, fazendo com que suas identidades expressem de maneira ainda mais intensa a resistência vivida no cotidiano” (Afonso & Scopinho, 2015, p. 249). Ainda sobre essa divergência discursiva e prática, Vasquez (2009) observa no seu trabalho de campo, que muitas mulheres só passaram a participar da atividade em grupo após a visita domiciliar, com um convite na presença do marido.

Leite e Dimenstein (2012), contextualizaram a luta pela igualdade de gênero no MST, afirmando que esta ampliou o leque de reivindicações do movimento – atravessado por dupla ordem de enfrentamento. Não basta só a distribuição de terra para alcançar a justiça social, é preciso um reordenamento do modo de organização da sociedade capitalista, que traz em seu bojo uma desigualdade social; exploração do assalariado; condições precárias de trabalho e exclusão da condição básica mínima de existência para muitos. Assim, para além de utilizar-se da simbologia (hinos, místicas, bandeiras e instrumentos de trabalho) para constituição da identidade do movimento, é preciso também acolher a heterogeneidade que marca os integrantes do MST. De acordo com os autores, o Setor de Gênero hoje é um dos principais, juntamente com o setor de Frente de Massas, de Formação, de Educação e de Produção.

#### *4.2.2 Os papéis de gênero e a inserção das mulheres no MST*

De acordo com Leite e Dimenstein (2010), o MST se configura como um importante ator social no cenário das lutas políticas empreendidas pelos movimentos sociais atualmente. Isso porque compreende-se que as subjetividades são construídas nas relações de saber-poder, atravessadas por uma dada realidade histórica, social e cultural. A partir destas considerações, o que temos no cenário político atualmente são políticas implantadas que facilitam ainda mais a concentração de terras nas mãos de uma elite agrária. Aliado a isso, não podemos ignorar também que os movimentos sociais podem apresentar aspectos ora conservadores, ora revolucionários, que se conformam em determinadas identidades.

Oliveira e Leite (2016) destacam que os principais motivos alegados pelas mulheres acerca de sua inserção no movimento foram os convites advindos de alguém já vinculado, e/ou a necessidade de acesso à terra para sobrevivência e a entrada da família, principalmente se tratando de integrantes que estão desde a infância. O sentido da militância se dá principalmente pela possibilidade de conquistas de direitos até então negados a essas mulheres. Para além do acesso à terra, é pela importância que o coletivo de luta vai tomando a partir do investimento interno.

Tanto Afonso e Scopinho (2015), autores que se debruçam em entrevistas e observações diretas de cinco mulheres (de 25 a 58 anos de idade) de um assentamento em Sorocaba (SP), quanto Vasquez (2009), que realizou reuniões abertas semanais com um grupo de mulheres assentadas em Porto Feliz e Fazenda Ipanema área II, em São Paulo –chegam a conclusões de que apesar de ainda permanecerem desigualdades de gênero no assentamento, ocorre um processo de ressignificação positiva da identidade feminina e fortalecimento da identidade camponesa. Esse é um processo envolto de muita resistência, principalmente da instituição família, onde em “muitos momentos o marido ou namorado pode restringir a liberdade e autonomia femininas e tentar limitar a participação política das mulheres” (Afonso & Scopinho, 2015, p. 253). Ainda, o fato de tornar-se mãe faz com que os filhos venham a ser prioridades a demandarem esforços e sobrecargas de trabalho ou restrição na militância política, o que se conecta com a reprodução machista no cuidado com os filhos, da casa e do trabalho doméstico. Apesar disso, como em uma das entrevistas, ainda assim as mulheres do assentamento encontram uma rede de apoio entre elas mesmas:

*[...] eu acho que se eu estivesse fora do MST eu me sentiria vítima [...]. Porque eu ia olhar para mim enquanto indivíduo, mas no MST eu me olho e me enxergo em outras companheiras [...]. Quando eu ia na escola, eu resolvia o problema de um monte de coleguinhas, não era só dos meus filhos, e as demais também, quando iam, elas também viam dos meus filhos, a gente tinha um setor de educação que acompanhava o estudo. (Afonso & Scopinho, 2015, pp. 254-255)*

Leite e Dimenstein (2012), a partir da participação em eventos organizados pelo MST em nível estadual e nacional (entre 2007 e 2008), e por meio de entrevistas com militantes do MST, percebem que o que mais “[...] sofre alteração com a participação das mulheres na militância do MST, são as relações familiares e, conseqüentemente, os papéis de gênero no interior do casal. Há um confronto [...]” (Leite & Dimenstein, 2012, p. 193). Ou seja, a partir da participação em formações e em vivências coletivas, reconfiguram os lugares pré-estabelecidos no âmbito familiar, fortemente atravessado pelo modelo patriarcal, colocando em xeque os lugares tradicionalmente demarcados. Descrevem Oliveira e Leite (2016), que a participação política das mulheres no movimento tem repercutido em duas esferas:

1) no universo familiar, em que se espera uma participação das mulheres como cuidadoras do lar e dos membros familiares, cumprindo papéis geralmente de subordinação frente a uma dominação masculina e; 2) no âmbito de sua relação com o trabalho, em que historicamente verifica-se uma invisibilidade de suas atividades produtivas, tidas como uma “ajuda” no espaço da agricultura familiar. (p. 183)

As mulheres, quando atuam na militância e tendo que se deslocar para reuniões, assembleias e cursos, vivenciam uma dinâmica que abala o modelo tradicional do lugar

demarcado a elas. Algumas entrevistadas pelos autores afirmam que “inicialmente geravam conflitos devido à sua ausência no lar, fato que acabou forçando o seu marido a assumir algumas das tarefas domésticas” (Leite & Dimenstein, 2012, p. 194). Entretanto, ainda há muitos casos nos quais, quando elas retornam ao lar, o trabalho doméstico fica acumulado e seu lugar tradicional retorna no âmbito privado. Assim, os autores se referem a um processo de confronto entre linhas de subjetivação: que convoca para a esfera tradicional de papel das mulheres e a possibilita configurar novos territórios existenciais. Não é uma situação fácil de enfrentar, há uma profunda vivência de angústia neste chamado para papéis divergentes.

O trabalho no campo e a vida no movimento são constantemente entrelaçados. Nesse sentido, por estar muito relacionado ao trabalho, as representações com as quais as militantes descrevem seus sentimentos sobre o cotidiano no campo, são as mesmas que descrevem o trabalho. Como afirmam Afonso e Scopinho (2015, p. 256): “[...] ‘duro’, ‘pesado’, ‘correria’, mas também ‘prazeroso’, uma vez que, apesar de todas as dificuldades, todas elas gostam muito da vida no campo [...]”. Por fim, um destaque é válido sobre a divergência da representação socialmente compartilhada acerca dos moradores do âmbito rural. É comum escutarmos narrativas referentes aos que moram no campo como se estes tivessem uma vida calma, tranquila, sem estresse, mas, a real vivência dessas mulheres no campo é: “muitas vezes a renda advinda da produção nos lotes não é suficiente para a sobrevivência das famílias, o que faz com que elas procurem também outros trabalhos na cidade” (Afonso & Scopinho, 2015, p. 256-257). Além de que, o cotidiano do trabalho e dos outros âmbitos como o lazer, são entrecruzados, estando o trabalho presente o tempo todo na vida destas mulheres do campo.

#### *4.2.3 Violência Institucional e doméstica e a mulher militante do MST*

Esta é uma temática fundamental a ser levantada nos estudos com mulheres, afinal, de 2019 para cá, houve um aumento recorde do feminicídio no Brasil, o qual obteve 107 casos só nos primeiros 20 dias do ano de 2019<sup>56</sup>. Esse assunto tem total vinculação com as políticas públicas investidas ou desinvestidas em determinados governos, considerando o interesse, programas e planos de governo da gestão, além da violência estatal presente.

Nos artigos incluídos nesta revisão bibliográfica, a violência institucional sofrida pelas mulheres militantes do MST se faz uma pauta bastante presente. Como exemplo, há muitos

---

<sup>56</sup> Ver em: [https://www.geledes.org.br/brasileiras-em-perigo-107-casos-de-femicidio-em-20-dias-de-2019/?gclid=Cj0KCOiApt\\_xBRDxARIsAAMUMu9PSWV\\_qMCwMrk\\_zMSMCpRR3uF8HHIYmESf8FQOwj\\_dZwJETyVBHaWwaAohQEALw\\_wcB](https://www.geledes.org.br/brasileiras-em-perigo-107-casos-de-femicidio-em-20-dias-de-2019/?gclid=Cj0KCOiApt_xBRDxARIsAAMUMu9PSWV_qMCwMrk_zMSMCpRR3uF8HHIYmESf8FQOwj_dZwJETyVBHaWwaAohQEALw_wcB)

programas governamentais que incentivam a agricultura familiar – o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) –, que reproduzem a divisão social do trabalho e retroalimentam a invisibilidade da mulher, isso porque omitem a participação da mulher enquanto trabalhadora ou a igualdade de direito ao acesso aos instrumentos de trabalho, como máquinas; insumos e demais formas de financiamento. Digamos principalmente de tecnologias, as quais são vistas pela maioria de nossa sociedade como instrumento de trabalho agrário masculino (Afonso & Scopinho, 2015). Afirmar estas são presentes nas análises de entrevistas realizadas por Afonso & Scopinho (2015, p. 259):

[...] certas políticas de crédito do Estado implantadas no assentamento favorecem também a divisão sexual do trabalho e dificultam a autonomia feminina. Segundo elas, o que mais dificulta a emancipação feminina e o estabelecimento de relações igualitárias de gênero é a indiferença do Estado, a quantidade insuficiente de políticas públicas e financiamento para os assentamentos, pois, quando se está “a ponto de passar fome”, é muito difícil refletir sobre a forma como as relações humanas – entre elas, as relações de gênero – se constituem e constroem uma mobilização coletiva para transformá-las.

Além disso, o trabalho assalariado no campo também reafirma as bases machistas de discriminação por gênero. Por exemplo, no trabalho de “boia fria” mulheres recebem menores salários, sofrem com assédio sexual dos que controlam as atividades e ainda, com maior frequência, não são registradas em carteira de trabalho (Afonso & Scopinho, 2015).

Marques e Silva (2018) rememoram o histórico das conquistas de direitos das mulheres no campo. As primeiras vieram na década de 1990 a partir dos direitos trabalhistas-previdenciários. Em 1991, conseguiram a legislação da aposentadoria aos 55 anos para a mulher do campo; em 1992, houve a aprovação do auxílio-maternidade. Entretanto, também existem retrocessos. Hoje, há a obrigatoriedade de uma contribuição previdenciária que equivale a 5% do salário mínimo, o que daria R\$ 47,00 reais por pessoa, além do recolhimento de 2%. E, como a realidade do(a) agricultor(a) é instável, sem contar que a vida financeira de muitas mulheres é ainda mais dificultada, muitas das famílias rurais são excluídas do sistema de Previdência Social, o que equivale dizer o mesmo dos benefícios de auxílio-maternidade e auxílio-doença.

Além das mulheres estarem sujeitas a sofrerem violações de direitos perpetradas pelos órgãos públicos, também podem ser vítimas de violências diversas por quem com elas convive. Vasquez (2009) apresenta os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) (2005), afirmando que “[...] no caso do Brasil, 37% das mulheres da zona rural sofrem violência física ou sexual perpetradas pelos seus companheiros” (p. 260). Marques e Silva (2018) identificam o meio rural como um local onde as mulheres podem estar mais vulneráveis à violência, “[...]”

visto que elas encontram obstáculos para usufruírem de seus direitos como, por exemplo, dificuldade para a efetivação de denúncias, dificuldade de acesso aos órgãos de segurança pública” (p. 11). Por outro lado, Vasquez (2009) constata que o assentamento é prioritariamente o lugar onde as militantes constroem amizades e companheirismo não só de parentesco, mas de afeto, moradia, trabalho e lazer, sendo um fator de (re)constituição da subjetividade e identidade de assentada. E ainda, quando se tem um grupo de mulheres que se encontram com frequência, este pode servir de referencial e suporte de apoio, principalmente em casos de violência doméstica e em necessidades de orientações no cuidado com a saúde.

É ainda necessário pontuar, como bem traz Domingues *et al.* (2018), que a dificuldade em reconhecer situações nas quais a violência não é física não acontece só no MST, é uma questão muito maior. As diferentes modalidades de violência, “[...] tais como verbal, psicológica, ideológica, moral e sexual, ainda é difícil reconhecê-las nos seus relacionamentos amorosos” (p. 8). Todavia, há de se considerar as dificuldades de acesso aos direitos e ao enfrentamento da violência contra a mulher, que variam em determinados contextos geográficos e culturais. Afinal, se desconsiderarmos o contexto e as condições de acesso aos direitos no âmbito urbano e rural, nos inclinaremos a estar alheios frente à condição de trabalhadora rural, como se fosse uma subjetividade atrasada e limitada, como já denunciado por Moura *et al.* (2019).

#### 4.2.4 *Entre a sobrecarga e o adoecimento físico e mental*

O adoecimento físico e mental das mulheres no campo também foi um assunto enfatizado nos artigos de Vasquez (2009), Afonso e Scopinho (2015), Oliveira e Leite (2016), Marques e Silva (2018), Silva *et al.* (2019) e Moura *et al.* (2019). Como já mencionado anteriormente, muitas vezes a mulher fica encarregada do cuidado dos filhos, do bem-estar do marido e familiares, da casa, dos animais que provém o alimento – atividades não vistas enquanto trabalho. Além disso, passa a despender fortes energias para lidar com situações de violência, opressão ou submissão sem apoio de redes de saúde ou socioassistencial (Silva *et al.*, 2019). Também quando trabalha na lavoura juntamente com o parceiro, sua atividade é interpretada enquanto “ajuda” ou apenas um trabalho temporário por conta da intensidade no período de colheitas, ou até mesmo como extensão do trabalho doméstico, afinal, seus afazeres rurais giram em torno da residência (Marques & Silva, 2018).

Há também um número alto de mulheres que se tornam mães e continuam na tentativa de liderança militante (Vasquez, 2009); muitas são as que não conseguem tirar o sustento só da

terra, tendo de procurar trabalho também na cidade, como na fala de uma das entrevistadas: “*Como o assentamento tem todas as dificuldades de comercialização, de produção...você as vezes tem que sair para fora do assentamento para fazer um bico, trabalhar, então hoje eu estou fazendo um bico, trabalhando fora, mas isso é por pouco tempo* [grifo das autoras]” (Afonso & Scopinho, 2015, p. 257). Mesmo estando nos limites entre a necessidade e a contradição das ideias que acreditam, como exemplifica a fala de uma militante: “*É um trabalho alienado, e... eu estou fazendo isso por um motivo de necessidade financeira mesmo, econômica* [grifo das autoras]” (p. 258).

A presença da configuração de tripla jornada de trabalho na vida de muitas mulheres trabalhadoras e militantes rurais também deve ser considerada (Marques & Silva, 2018), uma vez que acarreta intensa sobrecarga e, conseqüentemente, esgotamento físico e sofrimento psíquico (Silva *et al.*, 2019).

A importância do coletivo para o enfrentamento de tudo que deriva da desigualdade de gênero é a saída da maioria dos artigos expostos. Por exemplo, Oliveira e Leite (2016) sublinham os cotidianos ataques e difamações sofridos pelas militantes do MST/RN, por conta da presença de mulheres no contexto da luta política, a partir dos adjetivos “mundanas” e “sapatas”. Estas vivências também produzem sofrimento, que, apesar de deixar marcas nos corpos pela humilhação, as militantes aprendem a ressignificar no coletivo a partir da participação política. Também como discute Afonso e Scopinho (2015), o engajamento no movimento pode ser uma possibilidade de reconstituição de identidades. Assim, muitas mulheres, quando se tornam militantes, se enxergam diferentes e reconfiguram seu lugar, demarcando a autonomia e questionando aquilo que até então era cristalizado.

Neste mesmo âmbito, a psicologia pode e deve surgir também enquanto estratégia de enfrentamento desta violência. Silva *et al.* (2019) afirma que muitos estudos têm denunciado a situação de precariedade em que vive a população rural, por conta da falta de acesso aos serviços e privações materiais e sociais, sinalizando a ausência da rede de apoio e cuidado, principalmente às mulheres militantes. Moura *et al.* (2019) demarcam a importância de intervenções práticas no campo cujo foco seja a escuta das mulheres que pouco são ouvidas. Tanto Vasquez (2009) quanto Afonso e Scopinho (2015), discorrem sobre a necessidade de um foco nos sujeitos e na subjetividade na área rural, afinal, mudanças subjetivas refletem em todos os âmbitos na vida do assentamento e também externo a ele, como na implementação de políticas públicas específicas. É delineado para as futuras pesquisas sobre a temática, estudos que tenham enquanto foco a saúde mental das trabalhadoras rurais, entendendo essa demanda como específica aos profissionais da psicologia e urgente (Marques & Silva, 2018).

## 5 Ser Mulher no MST: as relações de gênero em um acampamento da reforma agrária

Este capítulo tem por objetivo refletir sobre a implicação da identidade de sem-terra, bem como acerca das violências que afetam mulheres militantes residentes de um acampamento do MST no noroeste do Paraná, a partir dos aspectos da criminalização do movimento social, da violência de Estado e da desigualdade de gênero presente na estrutura patriarcal e machista, assim como nas relações cotidianas entre integrantes do MST. Para tanto, se toma como base de análise o diário de campo com relatos de 12 mulheres do acampamento no noroeste do Paraná, acompanhadas por meio de oficinas em dinâmica de grupo, entrevistas, acolhimentos individuais e conversas informais por cerca de um ano. O que encontramos neste material percorre questões como a criminalização, a humilhação social e o ser mulher no movimento, em um contexto de governo que tanto busca pelo fim do movimento social, quanto banaliza as violências contra as mulheres no Brasil.

Os 38 anos passados de história do movimento carregam consigo os enfrentamentos das mais diversas violências. Quando o sujeito se integra ao movimento, incorpora essa bagagem histórica e junto dela a tarefa de dar continuidade. Algumas mulheres entrevistadas do acampamento do Paraná retratam essa questão quando afirmam estar hoje no acampamento pelo engajamento de seus entes antecessores com o MST, como exemplo os pais. Omélia<sup>57</sup> é uma delas, que se insere aos 17 anos de idade e percebe que passa a conhecer muitas coisas, principalmente com seu pai, um dos primeiros a se instalar em barracas à beira de estrada naquela região.

Olga reafirma que não vê sua vida sem ser na terra, ainda mais pelo histórico de engajamento das gerações de sua família. Há casos nos quais estas mulheres são inseridas ao movimento quando ainda crianças, como Joaquina, que com 5 anos de idade veio com sua família para o acampamento e já participou dos “Sem Terrinha”, o que a aproximou na adolescência da Jornada de Agroecologia e da organização política do MST. No entanto, ao acompanhar sua mãe sendo dirigente e sua irmã sendo coordenadora de grupo, retrata que “não quis a herança”, pois “mexer com gente complica”. Este é um argumento comum surgido entre elas, algumas dizem ter preferência ao trabalho com a roça, no cuidado de plantações e animais ao invés de atuar como liderança do movimento, pois nestas teriam que lidar com conflitos grupais. No entanto, o trabalho para o sustento, ou seja, na roça, não é isento dos mesmos dilemas, além de também ser um espaço político. Silvana é outra militante que se insere aos 9

---

<sup>57</sup> Todos os nomes aqui utilizados para se referir às mulheres do acampamento do interior do Paraná são fictícios, a fim de resguardar a não identificação das participantes.



anos de idade e conta que “frequenta” o MST desde este período. Por mais que o motivo da inserção ao movimento e o nível de engajamento entre elas se destoa, ainda assim a sociedade as vê igualmente como sem-terra, logo, todas recebem o mesmo tratamento a partir desta identidade.

Dessa forma, não só carregam a história do movimento enquanto grupo por ocuparem terras propensas à reforma agrária, mas também, cada integrante materializa a identidade de sem-terra, designada pela sociedade como um todo. Isso pois, “são os olhos dos outros que dizem quem somos nós, embora também seja possível não aceitar a identidade que os outros nos atribuem” (Domingues, 2011, p. 119). Contudo, a recusa da identidade pela pessoa que a recebe não ignora a atribuição dada e os efeitos disso no tratamento que receberão nos espaços urbanos. Ou seja, não faz diferença para a sociedade o motivo particular que leva estas mulheres a ingressar no MST, seja desde a identificação com os princípios ou até a busca pela terra como ideal – lugar que pode lhes proporcionar sobrevivência, trabalho, se manter na vida estilo camponês e muito mais idealmente (Domingues, 2004). Para a sociedade, qualquer moradora de acampamento ou assentamento é sem-terra e tudo mais que é atribuído nesta identidade.

Como dispõe Domingues (2011), a visibilidade do MST se dá fortemente pela mídia televisiva, e mesmo com o tom pejorativo reportado nas primeiras aparições, alguns outros se reconhecem, de alguma maneira, como sem-terra. O que pode ser ilustrado com o relato de Beth, do acampamento do Paraná, quando retrata sobre os motivos de estar atualmente no MST. Quando era criança, assistia na televisão reportagens sobre ocupações, nas quais gostava muito de ver as barraquinhas de lonas e expressava seu desejo aos pais de ir morar em uma destas. Hoje compreende que ocupar a terra foi uma possibilidade de lidar com dificuldades financeiras, e afirma estar “100% melhor”. Nisto, Beth parece estar se referindo ao que Oliveira e Leite (2016) encontram também em suas pesquisas: a possibilidade de conquistas de direitos até então negados, pela via da inserção no movimento social, além do pertencimento a um grupo. Domingues (2016) retrata sobre a desvitalização narcísica que condições de vidas degradantes pode provocar, sendo a adesão à militância uma maneira de obter “reconhecimento jurídico (acesso aos direitos de participação política e bem-estar) e social (ser reconhecido por seu valor individual)” (p. 675).

Outra situação que pode ocorrer, é a integrante se identificar com um atributo negativo do movimento, ao invés de um positivo, se responsabilizando pelo caráter pejorativo atribuído ao sem-terra. Como quando Antônia expressa: “*não sei se é da parte deles [moradores da cidade vizinha], pode ser da gente mesmo de se sentir excluída*”, buscando ocultar as violências

cotidianas vividas por elas e tentando procurar o erro nelas mesmas da exclusão e humilhação social.

Há quem não se identifique como pertencente ao MST, como já descrito, mesmo sendo chamada de sem-terra e sendo moradora de acampamento. Um exemplo é Catarina, que também ficou sabendo do MST através da televisão, e desde lá expressava o desejo em não se juntar ao movimento, não queria “vir para o sem-terra”. O que a fez estar no acampamento foi a indicação de sua mãe, que dizia sobre o dever de acompanhar seu marido. Apesar de Catarina ter permanecido e, atualmente, ser uma das moradoras mais antigas do acampamento, isso por si só não possibilita fazer uma afirmativa de que todas ali se sentem parte do MST. Assim como Fernanda, outra acampada que relata o susto ao escutar a ideia de seu pai de ir para a terra, pensava ela: “*vou morar numa coisa que não é da gente*”, mas veio e atualmente acampada, sente que o tempo a tranquilizou em estar no acampamento, considerando hoje que “*ainda não é da gente [a terra], mais já tem umas coisinhas*” (sic). No entanto, a mesma concepção de Catarina se aplica à situação de Fernanda.

Essa discussão da identidade culmina na história dessas mulheres, pois se referir às mulheres militantes do MST é também refletir sobre o que elas enfrentam por morarem em um acampamento de reforma agrária. Estar residindo no acampamento do MST é também ter que lidar com as dimensões negativas da identidade de sem-terra que afetam este sujeito, querendo ele ou não (Domingues, 2011). Logo, quando demandam por terra enquanto espaço de moradia e de produção de sustento, já encaram a dimensão negativa dada à identidade de sem-terra. O entrave é estabelecido e ao sem-terra não é válido o direito à moradia, como estabelecido pela Constituição Federal de 1988, como o é para tantos outros atores sociais. Sendo colocado, muitas vezes, na condição de ilegal.

Ora, essa condição de ilegalidade tem marca registrada em vários cenários históricos do MST e até antes dele, como com as Ligas Camponesas, fortalecendo ainda mais o imaginário de que o MST comete crimes. O tratamento e os olhares perante essa condição, por sua vez, não são tímidos ou disfarçados. Tal como retratado nos documentários de Tetê Moraes, *Terra para Rose* (1987) e *O sonho de Rose – 10 anos depois* (2000), que expõem as vivências de uma das primeiras ocupações do MST. A mesma situação se repete atualmente, como no acampamento do Paraná ao qual me refiro na dissertação. As mulheres enfrentam cotidianamente a condição de ocupantes ilegais de terras sem resolução da titularidade há 25 anos – o que as impele gastar muita energia para conseguir acessos básicos aos meios de subsistência e aos serviços públicos. A história do acampamento do noroeste do Paraná, no qual as mulheres entrevistadas residem, se inicia em 1997. Desde então, essas militantes buscam

regularizar a desapropriação das terras no Incra, para sua efetiva posse via política de Reforma Agrária. Essa condição de “acampamento” estendida há 25 anos, vem trazendo inseguranças e receios em apostar toda sua força de trabalho naquelas terras, além de impedir seus moradores de conseguir a titularidade da terra para, então, terem a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) – documento este que é porta de entrada para acesso às políticas públicas.

Tão logo vemos que, não conseguir a titularidade do espaço já identificado como lar há tantos anos, é violento e um obstáculo para a vida dessas mulheres, tanto quanto a não viabilização do acesso às políticas públicas, como: saúde, transporte, educação e profissionalização, assistência social, habitação e segurança; a não condição de igualdade entre homens e mulheres tanto no acesso aos direitos, como programas de financiamento governamental, quanto na divisão díspar do trabalho e nos incentivos de construção de associação enquanto organização coletiva para produção de renda.

Abaixo discutiremos mais detalhadamente estes pontos listados a partir de dois subitens: o primeiro discorre mais especificamente sobre as vivências cotidianas do sujeito sem-terra frente à criminalização do MST, tendo como parâmetro as narrativas das militantes do acampamento do Paraná, mas sabendo que as situações atingem não só as mulheres, como todo e qualquer morador de acampamento/assentamento da reforma agrária; enquanto o segundo se debruça nas vivências da desigualdade de gênero internas e externas ao MST, frisando a violência que simboliza na vida de mulheres militantes.

### 5.1 “*Chamam a gente de bandeirinha vermelha, terrorista*”

Neste subitem, discorro sobre a relação do militante, reduzido aos atributos negativos da identidade de sem-terra e criminalizado com as tentativas de acesso aos direitos e às políticas públicas, abordando, assim, questões como a luta pela legalidade e titularidade do acampamento – tendo este local não só enquanto espaço de moradia, mas também de produção de alimento; de lazer; de vida –, à garantia de mobilidade e acessibilidade; ao atendimento da saúde pública, da assistência social, da educação; à profissionalização e trabalho. Nesse sentido, identifico a violência enquanto fator que acompanha diariamente as militantes nesta empreitada. Não apenas estas mulheres das quais trato na dissertação, mas militantes do MST como um todo, desde o surgimento do movimento ou até mesmo antes.

Diante disso, a mídia dominante tem um grande papel na veiculação do perfil de quem deve ser enquadrado na criminalização (Lino, 2014), como discutido no terceiro capítulo dessa dissertação. Essa mídia vem sendo ferramenta de propagação de ideais da classe dominante, atingindo alta audiência – inclusive sujeitos da própria classe alvo do discurso da criminalização. É preciso uma propaganda ideológica para que o “desejo” por segurança, combatendo o “inimigo interno”, chegue à população. Como sugere Enriquez (1999), é uma lógica baseada em um sistema de classificação de dominação, o qual ordena o campo social numa divisão entre dominante e dominado e demarca posições de assimetria. É a partir da apropriação deste argumento por parte da população, que se justifica a ação coercitiva sobre integrantes do movimento.

Os militantes, ocupando o espaço de sujeitos a serem dominados, geralmente são conhecidos pela destruição e invasão, convivendo com a ocultação de suas histórias e dos motivos por estarem no MST – movimento este que é composto, em sua maioria, por famílias de classe renda baixa, com acesso limitado às políticas públicas e as primeiras a serem afetadas pelas crises econômicas e políticas.

O documentário *Terras para Rose* (1987) ilustra a condição na qual o sem-terra é enquadrado: “quando a gente chegou aqui [na Fazenda Annoni] nós éramos considerados marginal, o pessoal aqui é tudo fazendeiro e latifundiário” (00:48:40). Neste excerto, a militante faz uma menção ao termo marginal ao qual eles são comparados, que se refere a quem não respeita as leis da sociedade, ao mesmo tempo que frisa quem os contorna: sujeitos que mais se beneficiariam caso os sem-terra não estivessem naquelas terras, ou seja, os grandes fazendeiros e latifundiários. Por sua vez, as mulheres do acampamento do noroeste do Paraná também retratam: “*Chamam a gente de bandeirinha vermelha, terrorista*”. Nesta frase muitas questões ecoam. Primeiro, vale lembrar das tentativas bem-sucedidas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), posta na Lei de Segurança Nacional (LSN), de criar um imaginário de um inimigo que irrompe a ordem social por ser contra a Nação, ou seja, contra um povo, por se rebelar um revolucionário frente aos ideais do governo que ocupa o poder.

A concepção de inimigo, antes dirigida para se referir às relações internacionais, é incorporada no discurso nacional, instituindo a ideia do inimigo interno, como já discutido. Este ideário impõe restrições à toda e qualquer manifestação de descontentamento ou discordância com posicionamentos de representantes políticos, e ainda, a depender do caráter autoritário do governo, pode ser usado de maneira a criminalizar o sujeito quando este é contra as decisões da figura política, levando a acreditar que é também contra o bem-estar da Nação toda. Logo, deve ser impedido. Segundo, o termo terrorista é denominado a quem usa da violência para atacar

um governo ou uma população governada, provocando medo e vítimas. Assim, ao nomear o militante enquanto terrorista, invertem-se os papéis, pois, ao invés de os integrantes do MST serem os sujeitos violados por não terem plenos acessos aos direitos previstos na Constituição Federal de 1988<sup>58</sup> a todo cidadão brasileiro, são eles agora os que violam, sendo enquadrados enquanto autores da violência, isto é, aqueles que aterrorizam a população.

Outras acusações e humilhações que estas mulheres acampadas no Paraná relatam já terem vivenciado se resumem a frases já escutadas: “*Sem Terra é tudo vagabundo*” e “*dizem que estamos roubando as terras*”. Ambas são proferidas por moradores das cidades vizinhas. Silvana afirma que “*na cidade tem bastante gente contra a gente*”, Beth apazigua retratando que “*hoje eles aceitam mais, mas sempre tem quem não*”. Olga já se demonstra aflita por essas situações ainda se repetirem, mesmo elas frequentando com maior assiduidade as cidades vizinhas. Olga demonstra não querer mais aceitar ser golpeada pelos moradores que menosprezam a possibilidade de as escutarem; as conhecerem, apesar de residirem tão próximos. É como Silvana afirma: “*eles não conhecem nossa história*”. Ou seja, não sabem das lutas, sofrimentos e violências que tiveram que enfrentar na busca pelo espaço para morar, trabalhar, criar os filhos e entre outras coisas, viver. Enquanto estratégia de vida, Silvana adere ao posicionamento de retornar a indiferença para essas pessoas: “*já escutei tanto que nem faço questão, antes eu tinha vergonha e passava de cabeça baixa, mas agora é cabeça erguida*”.

Quando Silvana aponta os moradores de não conhecedores da “nossa história”, traz embutido nessas palavras o que Gonçalves Filho (2003) nomeia de *comunidade de destino*, que se remete a grupos, tais como os militantes do MST, que tem “o destino social repartido por [ser] gente excluída do direito à cidade, gente que na divisão moderna do trabalho foi empurrada para o lado das atividades sobretudo braçais e afastada do poder sobre o trabalho e sobre os rumos de sua classe [...]” (p. 221. Complemento nosso). Estes sujeitos, então, encontram na organização coletiva, ao assumir a noção de comunidade de destino<sup>59</sup>, uma maneira de enfrentamento da desigualdade, que impede a “participação [...] permanente ou temporária da voz livre e da iniciativa [...] perturba como uma angústia o humilhado: deixa marcadas a memória e a imaginação, deixa marcados os gestos e a linguagem” (Gonçalves Filho, 2003, p. 232). Domingues e Rosa (2014) também discorrem que é a ação coletiva a resposta para a

<sup>58</sup> Cita-se este instrumento legal como um todo, mas frisa-se o Art. 6º “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

<sup>59</sup> Vale lembrar que “uma *comunidade de destino* designa uma comunidade consciente. Designa não apenas a comunidade no sofrimento, no aviltamento e no rebaixamento, mas também a comunidade na cultura e na resistência, a comunidade na alegria e na iniciativa [...]” (Gonçalves Filho, 2003, p. 197. Grifo do autor).

humilhação social, pois o coletivo permite o reconhecimento da mesma condição de vida entre os sujeitos, se reconhecem no e pelo outro. E mesmo que a dor continue presente, “[...] pela revolta, o sofrimento de alguma forma se transforma” (p.122). Sendo desta forma que o MST, e conseqüentemente este grupo de mulheres do acampamento do Paraná, surgem.

Como apresentado no segundo capítulo desta dissertação, historicamente as organizações populares e sociais convivem com o tratamento violento, ao instituir coletivos que demandam dos representantes políticos. A Guerra de Canudos, a Guerra do Contestado e a chamada ilegalidade das Ligas Camponesas já ilustram o fato de os participantes de protestos e manifestações ou integrantes de movimentos sociais serem interpretados como inimigos interno – visão essa que se fortalece em tempos neoliberais – e recebem represálias do Estado e de seus aparatos legais. Desde lá, a criminalização tem sido a lógica utilizada para tornar estas ações coercitivas, intervenções legais, pois tal como já discutido, ao se criminalizar, retira-se o caráter humano do sujeito-alvo, criando a sensação de impunidade aos cidadãos que reproduzem essa lógica do Estado.

É também a partir da criminalização que se abre espaço para a humilhação social. De acordo com Gonçalves Filho (2003), a criminalização consiste em um modo de violência que se materializa no olhar direcionado; nos gestos e tratamentos; no afastamento; na exclusão social do sujeito. Diante disso, se espera do humilhado socialmente que ele se sinta estrangeiro em ambientes públicos, os quais são tidos como de não lugar a ele. Nas palavras do autor, “os espaços citadinos, para o humilhado, carregam um sofrimento político corrosivo: são espaços imantados pelo poder de segregar, pelo poder de sempre atualizar a desigualdade de classes” (Gonçalves Filho, 2003, p. 226).

Um exemplo de situação é narrado pelas mulheres do acampamento do Paraná, que vão à cidade próxima, enquanto associação, para realizar a compra de matéria-prima para suas produções de panificados, mas quando tentaram realizar a compra nos comércios, não conseguiram comerciantes que estavam dispostos a vender para elas. Por que fariam isso? Por que não venderiam para potenciais consumidores? Como já trazido neste capítulo, essa atitude dos moradores da cidade vizinha tem ligação com a atribuição negativa dada à identidade de sem-terra que, por vezes, dá margens para a humilhação social. Acontecimento semelhante é retratado por Gonçalves Filho (2003), no qual ele consegue captar detalhadamente a reação de três mulheres moradoras de uma vila, ao lhe acompanhar em um passeio na cidade:

Não recusam a graça do passeio, mas não tarda a hora em que viverão sentimentos desagradáveis e aparentemente sem explicação. Nesses momentos, esforçam-se por manter a consciência do que seja bonito e prazeroso, mas, sem compreenderem o motivo da dor irreprimível, a dor que cedo ou tarde vem encontra-las e arrastá-las,

desculpam-se pelo desgosto, desculpam-se muito, atordoadas. Às vezes choram, sem que possamos atinar com qualquer causa aparente. E desculpam-se mais e mais. Tudo isto quando não caem, pura e simplesmente, num estado fundo de inibição, inibição emotiva e corporal. Um estado psicomotor difícil de abandonar, uma mistura de mudez e enrijecimento muscular [...]. Os braços grudam-se ao tronco rigidamente. O andar torna-se estranhamente lento e pesado, as pisadas ficam curtas. O rosto assume uma imobilidade excepcional. Os olhos fixam-se ao chão [...]. Quando cruzam os nossos, seus olhos fecham.

Tal como as mulheres retratadas por Gonçalves Filho (2003), as do acampamento do Paraná também não nomeiam o que está por detrás do sentimento perante a vivência da situação, mas nem precisam para saber que tem a ver com a violência direcionada à classe à qual pertencem.

O próprio MST traz uma coleção de cenas, nas quais os militantes são tratados enquanto sujeitos do não lugar. Como exemplo, as 40 mil famílias atingidas pela barragem da hidrelétrica binacional de Itaipu, no Oeste do Paraná; as mortes na ocupação das Fazendas Macali e Brillhante do Rio Grande do Sul, sendo que eram espaços públicos usados a partir de um contrato irregular com o Estado; o cerco montado pelo Exército Brasileiro ao redor do Acampamento Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta - RS; outro cerco enfrentado na ocupação da Fazenda Annoni em 1985, no Rio Grande do Sul; o Massacre de Eldorado dos Carajás no Pará, em 1996; as constantes ausências de respostas pelas desapropriações de terras. Acontecimentos estes que são vividos e revividos enquanto traumas nas memórias de quem os presenciou. Como traz Gonçalves Filho (2003, p. 225-226):

Nas sociedades contemporâneas e que se pretendem republicanas, a opressão política, a exploração econômica, a humilhação pública, por mais que apareçam disfarçadas, por mais que nossas opiniões busquem negá-las ou amortecê-las, são fenômenos pesados e penetrantes. Lembranças marcantes e perturbadoras perseguem o espírito dos cidadãos pobres, lembranças penosas de um episódio na cidade ou no trabalho, lembranças muitas vezes incompletas, fraturadas. São lembranças, como diríamos com Jean Laplanche, traumáticas, são lembranças enigmáticas: ‘Por que aconteceu comigo? Por que fui tratado daquele jeito? Por que reagi servilmente? Que aconteceu? Como explicar? Como reagir?’

Com as mulheres do acampamento do noroeste do Paraná não é diferente, ao lembrarem os dois despejos que enfrentaram naquelas terras – um sob violência de capangas e pistoleiros a mando dos antigos proprietários da terra e o outro sob forte repreensão policial quando feito a vistoria da área – se referem às situações dolorosas e humilhantes que, sem aviso prévio, podem ainda acontecer, fazendo-as retornarem às lonas à beira da estrada novamente, com os animais perto de rodovia e sem terras para plantio, de onde vem a alimentação e renda da maioria.

Clarice relata que quando se mudou para o acampamento, sendo uma das primeiras junto de seu recém-esposo, vivenciou a presença de pistoleiros armados e com cavalos; situações não facilmente esquecidas. Destaca que atualmente sente um medo de “*agir e não dar certo*”, ainda mais com “*esse governo tá vindo aí, a gente não sabe o que tão preparando para nós*”. Beth também se lembra bem dos dois despejos que sofreu naquelas terras. Na ocasião, ela estava no início da adolescência, lembra que seu pai saiu no jornal por ser um dos líderes da ocupação, ela fazia a tentativa de levar panfletos na escola e em toda a cidade na busca por apoio. Para ela, os despejos atrasaram ainda mais a iniciativa de tornar produtivas as terras do acampamento, assim como também o loteamento informal.

Antônia reconta as lembranças sobre os despejos que já vivenciou, não só naquele acampamento, demonstrando ser bastante comum os sem-terra vivenciarem situações de ficarem na beira da estrada. “*Este ano está mais insegurança ainda*”, diz ela se referindo à receptividade do MST perante o governo federal e os efeitos populares disso. Omélia relata que os despejos no presente acampamento foram acontecimentos que marcaram sua família. Marcela não vivenciou os despejos no acampamento do noroeste do Paraná, mas no anterior, onde ela e sua família passaram até chegar ali. É perceptível que ser despejado não parece ser tão incomum entre elas, bem como não deixa de provocar dor, a partir da reafirmação da criminalização.

A comunidade urbana dificilmente tem contato direto com o acampamento do Paraná, o distanciamento não é nem tanto geograficamente, mas social, reforçado pela propaganda negativa veiculada sobre o MST, além dos boatos entre a própria população do município. Tal segregação acaba por atrapalhar a comercialização da associação. Por mais que o acampamento tenha 25 anos de permanência no local, sendo que a maioria dos residentes são os mesmos, ainda há pouca adesão de consumo pela cidade. Assim, os representantes políticos que atuam nas gestões, ao invés de auxiliar na ressignificação da identidade dos sem-terra, na maioria das vezes reforçam a concepção negativa à qual é atribuída a essa identidade. Nesse sentido, diminui as chances de as moradoras do acampamento terem livre circulação, uma produção de renda maior e de acessarem às políticas públicas presencialmente nas cidades vizinhas.

A fala de Clarice, “*esse governo tá vindo aí, a gente não sabe o que tão preparando para nós*” ou de Antônia, “*este ano está mais insegurança ainda*”, rememoram a sensação do quanto a eleição de Bolsonaro mobilizou e intensificou ainda mais os medos destas mulheres. Outras falas ilustrativas extraídas dos encontros são: “*a gente não sabe se vai estar aqui ano que vem*”, “*se o que apoiava não conseguiu [implementar a política da reforma agrária] imagina este que é contra*”, “*até a escola itinerante vai acabar, só destruir e colocar o que no*



*lugar?*” Parece, de certa forma, que já conhecem essa sensação e aquilo que pode vir a ocorrer. Elas estão à espera do “golpe”, como bem descreve Gonçalves Filho (2003), da violência; da humilhação social; da tentativa de esfacelar o que elas vêm construindo enquanto delas ano a ano. De lhes tirar o significado da luta e das conquistas tidas.

Quando elas dizem “*até a escola itinerante vai acabar...*” (até uma escola para crianças e adolescentes vão destruir?), estão se referindo não propriamente apenas à existência da escola, mas também ao acesso das crianças e adolescentes do campo aos estudos; aos recursos para educação, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); toda a história por detrás da constituição metodológica-pedagógica da educação no Campo e, especificamente da criação do MST. No fundo, essa pergunta ressoa uma outra dúvida: até onde este governo pode ir nos desmontes das políticas públicas que dão assistência e investem na terra, que é morada de famílias como estas? Até onde estão empenhados em findar com as conquistas do movimento social, a fim de silenciar ou extinguir? “[...] *Só destruir e colocar o que no lugar?*”, como garantir que estaremos existindo no próximo ano, tanto enquanto movimento coletivo como enquanto pessoa no singular?

Aqui relembro também minha experiência no final do ano de 2018, quando, ao ministrar uma aula de *Kickboxing* substituindo o professor, fui ameaçada por dois homens que se denominavam eleitores do Bolsonaro, os quais, depois das provocações em aula, me avisaram que trariam uma “38” após a posse da presidência. Nesta época, compartilhei muito dos receios e medos que as mulheres do acampamento sentiam, um sentimento de impotência que vinham junto das questões: como frear o desmonte? Como lidar com a violência, que vem à tona, atingindo determinados segmentos sociais? A narrativa destas mulheres me impactou, porque também me vi com os mesmos pensamentos.

Ainda, a partir do ano de 2019, o MST passou a vivenciar não só uma demora nos processos de desapropriação de terras via INCRA, mas a paralisação destes, bem como uma maior frequência de despejos e expulsões, tal como demonstrado no quadro comparativo do terceiro capítulo. Os moradores do acampamento do Paraná, que já estão há 25 anos na espera de uma oficialização, têm que conviver neste tempo com as tentativas de retirá-los com truculência em ações dos filhos de fazendeiro e pistoleiros. Além de despejos, que os deixaram por um tempo à beira da estrada até conseguirem se restaurar novamente, ficando na memória o som dos tiros; o medo da morte e o tratamento desumano. “*Todo fim de ano tem ameaça, já está chegando a vez neste ano*”, e “*tem que dormir com olho aberto*”, são expressões de comum acordo entre elas, e remetem mais uma vez à espera indesejada pelo golpe por quem tem que conviver com a violência.

Esses relatos nos dão a impressão de que estamos citando os temores dos militantes dos documentários, da década de 1980 ou do ano 2000. No entanto, são falas de acampadas entre os anos de 2018 e 2019. Há ressonâncias de um passado no presente, a partir de uma lógica ainda atual.

Mesmo as terras ocupadas pelas famílias das mulheres do acampamento do Paraná sendo alvo de ações trabalhistas, de acordo com elas, o INCRA está dificultando conseguirem a posse e ter a segurança de um assentamento. “*Os homens*” (maridos das acampadas) já se reuniram muitas vezes com advogados e a equipe do INCRA, e foi assim que descobriram que houve um leilão há alguns anos atrás, onde algumas pessoas da cidade compraram fatias da fazenda. O leilão foi de seis mil reais à terra (estimativa de 320 alqueires) e os compradores vieram com a proposta de vender para o MST por muito mais. “*Compraram a preço de banana*”, diz elas. Essa fala não se refere apenas ao baixo preço de venda da terra, mas também ao modo como se sentem de presenciar o que mais valem a elas sendo considerada uma mercadoria tão barata para os outros.

De acordo com os relatos, há interesses maiores do prefeito da cidade vizinha em instalar naquelas terras uma Usina de Cana, por achar mais lucrativo à cidade: “*Duro é ser respeitada*”, dizem elas incrédulas ao menor interesse de agentes políticos de manter essas famílias sobre um teto. Ambas as falas remetem a um questionamento: por que são tratadas como quem não merece nem mesmo possuir as terras à preço de banana? Terras que para elas são o local de morada, de trabalho e de lazer. Ainda, parece contraditória a decisão de não as querer lá, já que um assentamento da reforma agrária abre possibilidades de desenvolvimento também para as cidades vizinhas, visto que são municípios do interior com baixo número populacional, que teriam a oportunidade de ver crescer sua população, além do giro da economia local e do comércio, abastecimento alimentício com preços acessíveis e expansão das fronteiras das cidades, retirando o cerco do latifúndio. Entretanto, essa não é a perspectiva política do governante municipal próximo.

A luta de um movimento social é contínua, mas o retorno tem que existir para retroalimentá-la; caso não, passa a ser um fardo difícil de suportar e as desmobilizações tornam-se inevitáveis. Como destacado por Fernandes (2011), citado por Domingues e Rosa (2014, p. 124), “a experiência de viver na precariedade de um acampamento tem que ser provisória, se não produz o efeito contrário, as conquistas são necessárias para que o movimento continue. Necessária também é a existência de um projeto de futuro [...]”. A condição jurídica deste acampamento traz constantes sentimentos de estarem ameaçadas e impacta as tentativas de projetos futuros das mulheres entrevistadas. Como sustentar um projeto de futuro se não tem

em mãos o “papel oficial”, legitimando que são elas quem moram ali? Como pensar no futuro com a possibilidade de receberem um golpe no presente, sem saber das repercussões que este pode ter?

É preciso que se tenha a decisão de desapropriação e a designação da posse com vistas à política da reforma agrária, para que essas famílias tenham acesso às demais políticas sociais, tais como a já referida Declaração de Autorização ao Pronaf (DAP). A partir desta declaração que os identificam como agricultores familiares, eles teriam a autorização e a segurança em comercializar seus produtos com a certificação. A DAP também é um meio de buscar a inserção ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), bem como os editais de fomento e a linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)<sup>60</sup> – neste caso a DAP dá segurança jurídica para financiamentos.

Tanto sendo contemplados em editais de fomento quanto tendo a possibilidade de linha de crédito, essas famílias poderiam ter acesso a serviços de reforma ou ampliação de instalações permanentes, maquinários, equipamentos e implementos agropecuários e estruturas de armazenagem. Como bem cita Beth, a DAP também seria importante para a conquista do selo “*Mulher rural*”<sup>61</sup>. Catarina frisa na entrevista: “*Se nós tivesse a DAP iríamos vender muito*” (sic), se referindo à comercialização da associação de mulheres. Até mesmo a distribuição dos lotes por família foi feita informalmente, pois isso também dependeria da oficialização da desapropriação e da posse para uma formalização.

Ao mesmo tempo que há muitos embates pela desapropriação e posse de terras à reforma agrária, há um vasto campo de latifúndio por todo o Brasil, por vezes adquirido de maneira ilegal ou por heranças que estão na família há centenas de anos, que nem se sabe de onde veio. Como denunciado já no documentário *Terras para Rose* (1987): “*Sesmaria*<sup>62</sup> *de terra, como a gente vê nesses latifúndios desses ricos, desses fazendeiros que diz ter fazenda, mas tem para criar inseto e capim e a gente não tem onde tirar uma raiz de mandioca*” (00:46:19). Esta denúncia do desigual acesso à terra caminha em direção ao que Guyomard (2007) analisa acerca das diferenças entre Lei (com L maiúsculo no singular) e leis (com l minúsculo no plural), no sentido de que as leis são baseadas em um determinado contexto e perpetradas pelo Estado

<sup>60</sup> Ver em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>

<sup>61</sup> O Selo tem como objetivo promover agregação de valor aos produtos comercializados com a participação de mulheres da agricultura familiar, incentivando sua autonomia.

<sup>62</sup> “A sesmaria atribuída a determinado nobre no Brasil tornar-se-ia permanente, como uma grande área particular. É ela a base de um sistema de latifúndio pouco produtivo, que contribuiu para a problemática da formação social do país” (Caldart *et al.*, 2012, p. 145). Saiba mais em <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>

tendo uma razão, feitas para atender a algum interesse sem, necessariamente, atender ao bem de todos ou a favor da população geral, o que por vezes se confunde com a ideia de Lei que se refere à ideia de que a sociedade tem uma ordem social pela qual é regida. A mesma lógica serve na aproximação da segurança pública com a militarização. Nomear sinônimos segurança e militarização é aderir a ideia de que para que alguns vivam a salvo, outros devem ser punidos ou extintos, como é o desejo de alguns sobre os militantes do MST.

O acesso à uma boa condição financeira é outra problemática das mulheres acampadas do noroeste do Paraná. Comumente, vivem com o básico para preencher as necessidades de subsistência, buscando também no cultivo uma maneira de abastecer as refeições. Além de sem-terra, são trabalhadoras rurais, cuidam da plantação e do cultivo de hortas e da criação de animais. Muitas são expostas a jornadas duplas ou triplas de trabalho. Um exemplo é o relato de Omélia, mulher de 40 anos, que já começa seu dia às quatro horas da manhã: “*corto o pasto, do de mamar para o bezerro e levo meu irmão para a APAE*”, após ter arrumado todo o material e utensílios que o irmão precisa. Depois continua o resto do dia trabalhando na lavoura, nos serviços domésticos, no cuidado da filha e do seu irmão.

No entanto, ainda assim, para algumas famílias a renda resultante do trabalho na lavoura é insuficiente, e precisam de outros meios de produção de renda, tais como trabalhar na cidade. Para que se mantenham no acampamento, o filho de Aparecida, de 23 anos de idade, começou a trabalhar em uma Usina próxima ao acampamento, assim como o marido de Joaquina. Do mesmo modo, Marcela trabalha na cidade como diarista para “*acrescentar na renda*”, diz ela. Aparecida também trabalha como revendedora de cosméticos, além dos serviços na lavoura. Olga caseia tapetes para vender. Clarice, de 48 anos de idade, está cogitando trabalhar na cidade pela pouca renda que a família está conseguindo obter. Essas mulheres também buscam na associação, um meio de trabalho para que não tenham que ir à cidade em busca de emprego, como bem diz a Marcela: “*a associação é para gente não precisar trabalhar fora*”. Todavia, sem local de comercialização não há produção de renda que cubra os custos.

Essas condições relatadas pelas mulheres assemelham-se àquilo que Afonso e Scopinho (2015) encontraram em seus estudos de campo: “muitas vezes a renda advinda da produção nos lotes não é suficiente para a sobrevivência das famílias, o que faz com que elas procurem também outros trabalhos na cidade” (pp. 256-257). Contudo, nem sempre é fácil encontrar um emprego, ainda mais carregando um estigma, ou quando conseguem, normalmente é uma remuneração baixa para trabalhos extenuantes e cansativos.

Nesse sentido, Domingues (2004) analisa que, quando estão acampados, os militantes esperam respostas aos efeitos devastadores do desemprego, além de procurar um modo de

assegurar a sobrevivência sua e dos seus, além de se manter em um lugar considerado minimamente seguro. O que essas mulheres acampadas no Paraná expressam é a vontade de tirar da terra o que é preciso para a vida, sem ter que ir para um ambiente hostil, como a cidade. Pois, ir para lá é também ser acompanhada por olhares e gestos de julgamento, é arriscar vivenciar uma constante humilhação social.

Também existem outras políticas das quais as mulheres entrevistadas frisaram uma dificuldade de acesso. Inicialmente, percebe-se que a maioria não teve a possibilidade de concluir o ensino básico. Das 12 mulheres participantes da entrevista, seis delas não finalizaram o ensino fundamental, duas delas chegaram a finalizar o ensino fundamental, mas não finalizaram o ensino médio e apenas quatro delas findaram os estudos do ensino médio. Os motivos variam entre dificuldade de acesso à escola via transporte, necessidade de trabalhar e até mesmo casamento na adolescência, tendo o relacionamento e seus afazeres como impeditivo de continuar os estudos. Um exemplo é Silvana, que relata ter estudado até a antiga quarta série, pois na época a escola era bastante longe de onde ela residia e posteriormente casou-se: *“agora com a nenê é difícil voltar”*, relata com sua filha no colo. Catarina também cursou até a antiga quarta série, dizendo *“já sei um pouquinho escrever”*. Pelo menos três delas retratam que, atualmente, o cuidado dos filhos demanda tempo do qual ocuparia o espaço de estudo, logo, também seria um impeditivo de retomar os estudos mesmo desejando.

No que se refere aos serviços da política de educação para seus filhos, Fernanda conta que a escola da cidade vizinha frequentada pelas crianças do acampamento é de qualidade, mas há três anos não entrega uniforme para as crianças. Sobre profissionalização, relatam que muitas mulheres entre elas frequentavam ou ainda frequentam cursos e capacitações ofertados pela prefeitura, no entanto, como traz Silvana, na gestão anterior as divulgações de curso eram feitas com mais frequência, *“hoje em dia faz tempo que não tem mais, antes avisavam quando era o outro prefeito, ainda fazia curso na sede [do acampamento]”*. Tereza também pontua essa dificuldade de ter acesso aos cursos e serviços ofertados pela prefeitura, frisando que atualmente obtém informações através de sua cunhada, moradora da cidade. Para a acampada *“os primeiros [cursos] avisavam, mas a gente tinha vergonha de se misturar com o povo da cidade”*. No entanto, ela não cita em qual governo isso acontecia. Omélia conta que as informações nunca vêm direto da prefeitura, é um assunto entre os acampados até chegar nas pessoas interessadas. Fernanda também afirma que pouco se chega ao acampamento. A partir das falas das acampadas, nota-se que o acesso à informação é outro aparato importante negado a elas.

Uma questão para refletir é sobre a precariedade da Política da Educação do campo. Em nenhum momento essas mulheres relataram ter experiência de alguma intervenção no

acampamento que vivem, seja com implementação de escolas próximas ou investimento de programas para facilitar a inserção delas ou atualmente de seus filhos no ambiente escolar de ensino e profissionalização. Mesmo que em âmbito nacional tenham sido criados o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) e o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), existem locais que ainda não foram atingidos por eles até dado momento.

O acesso à saúde foi também uma demanda apontada pelas acampadas como de difícil acesso. Já no primeiro encontro grupal na sede do acampamento, as mulheres relatam que há vezes de serem passadas para trás na fila da Unidade Básica de Saúde (UBS) e sentem uma discriminação. Aparecida relata dificuldades em acessar atendimentos de dentista no município mais próximo. Joaquina relembra de um médico que, contrário ao MST, vez ou outra faz ataques verbais aos acampados. Beth diz que passou a “*frequentar*” os serviços de saúde mais agora por conta do nascimento do seu último filho. Relata que o pré-natal foi acompanhado pela equipe médica da cidade, entretanto, o parto do bebê foi realizado em uma cidade mais distante, pois nesta mais próxima não havia especialistas.

Ainda, Fernanda relata que piorou muito o atendimento da saúde após a última eleição, quando o prefeito do Partido dos Trabalhadores (PT) não conseguiu se reeleger. Catarina conta: “*da saúde vamos até lá para tirar consulta, mas demora para conseguir. Antes vinham sempre [no acampamento], pararam de vir para cá*”. Quando foi atendida periodicamente por causa de um adoecimento, conta: “*Não tinha fala nem conversa, nem media pressão, só pedia a carteira e dava o remédio*”. Clarice conta que nas primeiras idas ao serviço de saúde sentia alguns olhares de desprezo, mas hoje, por manter uma regularidade nas idas à UBS, não mais, já que conhece as pessoas que lá trabalham. Ela foi encaminhada enquanto preferência para acompanhamento psicológico, é atendida individualmente, além de participar do atendimento em grupo. No caso dela vemos que passou a ser vista não só mais pela identidade sem-terra, numa dimensão negativa, no mínimo passou a ser compreendida como usuária e participante da política de saúde.

Sobre a mobilidade urbana, Aparecida conta que a gestão atual da prefeitura recusou que o acampamento fosse contemplado no itinerário do transporte público, pelo argumento de ilegalidade de ocupação das terras. Nesse sentido, o *status* de ilegal, por conseguinte, se estende aos acampados e não só a terra, mas quem a ocupou também. Assim, onde quer que estas mulheres estejam, este estigma as acompanha. Inclusive quando elas tentam comercializar seus produtos nas cidades vizinhas. Também houve um corte no número de linhas dos ônibus que

passam por perto do acampamento. A comunidade do acampamento, por restrição de opções, faz uso também do transporte escolar para ter acesso à cidade. Por isso, atualmente é o ônibus da escola que garante a mínima mobilidade à cidade para quase todas as pessoas acampadas.

Joaquina apresenta a mesma queixa que Aparecida, frisando que a atual gestão municipal é contrária ao MST, logo, contrária ao acampamento, acarretando prejuízos à comunidade interna no que tange ao acesso ao transporte escolar, bem como ao transporte público municipal, de modo geral. Fernanda também relata a dificuldade de locomoção para a cidade, diz que se depender do transporte público pela manhã praticamente não tem, pela tarde e à noite ainda tem. Beth frisa esta mesma situação de corte de horários da linha de ônibus pela manhã na gestão atual, ainda conta que em sua época escolar, o ônibus não passava no acampamento, foi começar a passar na gestão de um prefeito que considerava a luta do MST.

Silvana retrata que para o filho ter acesso à escola, ela teve que se reorganizar para levá-lo, após o corte de horários da linha de ônibus da manhã. *“Prefeito diz que é carreador e não é estrada municipal, então não pode nem mesmo ajudar nem com o custo”*, comenta ela. Tal justificativa do prefeito exemplifica o modo como o uso das leis (com l minúsculo) pode ser feito para manter uma dada situação. Este conceito já discorrido de Guyomard (2007), se refere às normativas criadas por alguma razão histórica num dado governo, cujo intuito não necessariamente é regido visando o bem-estar da população. Neste caso, o prefeito utiliza de um “argumento legal” para dificultar a circulação dos sem-terra na cidade vizinha, vinculando a um porque o fato de não disponibilizar transporte público para os moradores do acampamento. Enquanto desconsidera a noção de Lei (com L maiúsculo), que diz de um interesse a partir de uma dimensão ética-humana.

Concernente aos serviços de assistência social, Fernanda conta que utiliza os serviços do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e se sente bem atendida pelos funcionários. No entanto, *“alguns são de cara virada”*. Essa é uma expressão popularmente usada quando se refere à recusa de alguém em se comunicar com um outro, ou melhor, não se resume apenas no negar a interação, mas em fazer de modo a causar uma impressão de que não se é bem-vindo ou bem recebido no local. Portanto, por mais que Fernanda afirme que alguns trabalhadores atendem *“bem”*, há outros que praticam a humilhação social. Não há recusa em atender os sem-terra, mas para chegar ao acesso ao serviço – que lhe é um direito –, há de resistir a adversidades. Omélia, outra acampada, é beneficiária do Programa Bolsa Família (PBF) e relata que já sentiu preconceito vindo dos servidores, *“onde a gente vai sempre tem, mas não é porque somos sem-terra que somos diferentes”*, diz ela. Quando diz que ser sem-terra não é ser diferente dos outros sujeitos, ela reivindica pela possibilidade de se mostrarem

pessoas feitas de outras identidades que, inclusive, se aproximam dos funcionários que a atende no serviço de saúde.

Neste subitem, por fim, visei robustecer a discussão acerca da violência enfrentada pelos militantes do MST, por serem sem-terra no cotidiano. Estando a violência também presente nas buscas por suprir as necessidades básicas para um sujeito humano, tais como moradia, saúde, assistência social, educação, trabalho, mobilidade, acessibilidade, segurança, etc. Apesar dos 38 anos passados de história e presença do movimento em todo canto no Brasil, mesmo com as mudanças de repertórios de ações do MST durante este tempo frente aos tipos de governanças que assumiram o poder, ainda hoje os militantes enfrentam as diversas privações de acesso às políticas públicas e carregam, mesmo sem querer, o estigma da desordem, e isso por não consentirem com o silenciamento. Serem catalogados como um dos inimigos internos faz com que a eles seja atribuído o peso da criminalização e da humilhação social. Conquanto, o que carregam como desejo perante a luta, consiste em não estender aos seus sucessores a mesma necessidade de estar sempre guerrilhando para conseguir viver com dignidade. Como expressa um casal de militantes no documentário de Tetê Moraes: *“espero que eles [os filhos] talvez não tenha necessidade de passar tanta humilhação como eu e a Bernadete já passamos”* (01:26:13).

## 5.2 *“Eu não vou, eu não posso, meu marido não deixa”*

Outro aspecto que propomos discutir neste capítulo é referente à desigualdade de gênero presente também no interior do movimento sem-terra. Ser mulher no movimento social traz outras perspectivas de vivências, as quais se somam às violências sofridas por ser militante do MST. E é sobre tal aspecto que as discussões deste subtítulo decorrerão.

Ser militante e mulher é uma luta com duas frentes em constante interação, ambas travadas no cotidiano. Como discutido no quarto capítulo a partir da revisão bibliográfica, muitos trabalhos acadêmicos abordam a questão da desigualdade de gênero no que tange a organização do movimento social, percorrendo reflexões sobre a narrativa do MST na igualdade de gênero e sua relação com a vivência real nos acampamentos e assentamentos; os papéis sociais de homem e mulher no movimento, principalmente quando se referem a divisão sexual do trabalho, bem como as expectativas da mulher ao ingressar no movimento; a violência institucional e doméstica da qual a militante pode também ser vítima, além da sobrecarga física e mental destas trabalhadoras rurais, que muitas vezes se dividem entre participação política,



trabalho doméstico e cuidado dos filhos, trabalho na roça ou na cidade, entre outros afazeres cotidianos, sendo tudo isso, muitas vezes, trabalhos invisíveis.

A partir do mapeamento das publicações que Marques e Silva (2018) realizam, percebe-se uma invisibilidade das mulheres no campo na maioria dos estados brasileiros, mesmo essas mulheres estando cada vez mais presentes no trabalho rural em quase toda extensão do país. Elas estão plantando, colhendo, protegendo a lavoura, cuidando do trabalho doméstico e dos filhos, participando das discussões políticas e lideranças, mas permanecem no terreno do imperceptível ou o de menor valor.

Um exemplo utilizado neste momento, poderia ser o modo como a associação constituída pelas mulheres do acampamento do noroeste do Paraná, é tratada por alguns homens da própria comunidade do acampamento. Tal como se fosse um espaço apenas para mulheres desocupadas, que aguardam enquanto os filhos estão na escola e o marido trabalhando, passando parte do seu tempo empenhando que não são valorizadas pelos homens como um trabalho: “*a gente faz muito corpo mole, meu marido diz*”, é o que Aparecida relata ser um discurso comum proferido ou pensado pelos homens do acampamento.

As 12 mulheres que atualmente participam da associação são todas acampadas, mais da metade delas são negras, todas mães com filhos pequenos e a maioria é trabalhadora rural. As que não são, trabalham na cidade como diarista, por exemplo, ou no próprio acampamento com vendas de cosméticos. Nem todas que trabalham na roça se identificam como trabalhadora rural, algumas se referem ao trabalho que realizam como “*ajuda*”. Estas são as mesmas que cresceram “ajudando” seus pais também na lavoura. A associação une estas mulheres tendo como uma das tarefas ser uma alternativa na busca por complemento da renda, mas, desde que iniciaram a associação, elas vêm enfrentando o não reconhecimento enquanto trabalho das atividades que exercem neste espaço.

A associação foi uma iniciativa de 13 mulheres no ano de 2016, tendo em vista a produção de renda e a aproximação das mulheres acampadas, já que mesmo morando nas mesmas terras, não se encontravam frequentemente. O que relatam sobre é que nos dois primeiros anos a associação caminhava qualitativa e quantitativamente bem, estavam animadas por estarem fazendo isso juntas, além de estarem acreditando nela enquanto uma fonte de renda. Recebiam pessoas de fora do acampamento em campeonatos de futebol, nos quais organizavam a venda dos panificados que produziam; por vezes chegavam a levar tais panificados na missa da cidade vizinha com incentivo do padre, no entanto, nunca foi o suficiente para manter o financeiro com um saldo positivo. Ainda, o que antes era visto enquanto possível gerador de renda e organização participativa das mulheres, passou a tornar-se gerador de conflitos e fardo.

Aparecida revela que, mesmo traçando objetivos, hoje na associação elas vendem pão para comprar farinha e ovo, e isso denota o fato de não irem a espaços de comercialização na cidade, sendo um dos motivos alegados: *“Eu não vou, eu não posso, meu marido não deixa”*. Assim, a dificuldade de comercializar está relacionada não só a não titularidade do acampamento, mas também vinculada aos limites impostos pelo modo com que as relações de gênero são sustentadas neste espaço e nos vínculos do acampamento.

Olga retrata que um dos pontos fracos da associação consiste na atual baixa participação das mulheres. De acordo com ela, a não participação está relacionada aos relacionamentos conjugais. Assim, pela não aprovação do marido, muitas mulheres deixam de participar de cursos e da própria associação. *“Teve caso de mulheres que saíram da associação por causa de maridos”*, expressa ela. Tereza se enfurece com o descrédito que a associação recebe, principalmente por acampados homens, relatando: *“eles acham que mulher não dá conta, somos mais organizadas que eles”*.

O descrédito dos homens das iniciativas e do trabalho das mulheres não é uma postura presente apenas neste acampamento. Como Oliveira e Leite (2016) retratam, a partir das entrevistas com mulheres das coordenações estadual e regionais do MST/RN, é muito frequente quando mulheres ocupam os cargos representativos, e recebem pressões para executar ações já planejadas pelos homens do movimento, tirando-lhes a capacidade de liderança política. Há mais dois exemplos que ocorreram com as mulheres do acampamento do Paraná, que ilustram essa relação desigual entre elas e os homens. Uma das vezes, foi quando a associação de mulheres do acampamento do noroeste do Paraná foi contemplada por um edital de fomento Aras-Caritas, nos anos de 2016-2017, mas, nenhuma das mulheres associadas teve conhecimento dos trâmites, ou seja, se foi cumprida a contrapartida; se o investimento financeiro havia sido todo aplicado no objetivo proposto do projeto – quer seja o de reequipar e reformar a cozinha da sede, o espaço de trabalho da associação. Apenas souberam informar que os homens haviam ido atrás de tudo. O outro acontecimento se destoa, pois, as mulheres estavam assumindo o papel de protagonistas na situação, entretanto, foram questionadas do porquê estariam ocupando tal posição, já que aquele não é o lugar delas.

Foi no evento da Jornada em Defesa da Reforma Agrária (JURA), em 2019, no qual convidamos, enquanto projeto de extensão, algumas destas mulheres a compartilhar suas vivências enquanto mulher no MST no espaço acadêmico. Fui pessoalmente questionada por um militante do MST que conhecia aquela região, sobre o motivo de estarmos trazendo aquelas mulheres para ministrar uma mesa redonda no JURA. Isso me soou enquanto um questionamento acerca do porquê elas e não eu? Num sentido de que não são todos os

moradores de um acampamento e/ou assentamento da reforma agrária que são autorizados a falar do MST, ainda mais sendo mulheres. Essa participação parece ter sido vista como desqualificada para a situação. Diante dessa situação, senti receio de ter provocado uma possível repreensão a estas mulheres do acampamento. Logo, veio em pensamento Gonçalves Filho (2003, p. 199), quando este afirma:

[...] se os ouvimos não em conversa rápida, mas a conversa alargada, se os ouvimos em situação que sua voz possa distender-se, possa dizer muitas coisas e não apenas o que esperamos ou permitimos ouvir, vem sempre uma lição [...] sobre a humilhação [...].

Ou seja, nunca conseguiria obter a compreensão da nocividade do questionamento deste homem sobre a desigualdade de gênero que está acobertada, se não estivesse há meses em convívio com essas mulheres do acampamento, percebendo e sendo afetada pelo modo com que as relações de gênero se dão nesse espaço.

Como traz Enriquez (1999), a relação entre homens e mulheres<sup>63</sup> é a mais profunda base de todas as relações desiguais. Saffioti (1987) também sinaliza que o patriarcado – entendido como “[...] sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem” (p. 16) – não é o único mote estrutural da sociedade brasileira. Temos também a divisão de classes sociais representando outra fonte de dominação, ainda que “a supremacia masculina perpassa todas as classes sociais, estando ainda presente no campo da discriminação racial” (p. 16).

Por mais que um movimento social como o MST tenha enquanto pauta a igualdade de gênero, afinal, compreende-se que as mulheres trabalhadoras rurais têm uma dupla exploração, sofrem tanto enquanto classe social quanto em ser mulher numa sociedade machista (MST, 1996b). Nesse sentido, temos de nos deter a presenciar a aplicabilidade deste discurso no cotidiano: nas relações cotidianas; na incongruência do número de mulheres que ocupam cargos públicos e de liderança nos movimentos; na distribuição de afazeres domésticos nas vidas dos acampamentos e assentamentos; no cuidado dos filhos e do bem-estar do coletivo (alimentação, moradia limpa, roupa lavada); na propagação do termo “ajudante” da terra e não trabalhadora rural para as acampadas ou assentadas; na remuneração do trabalho na roça; na invisibilidade das atividades domésticas enquanto trabalho; nas dificuldades econômicas que atingem principalmente as mulheres do campo; no acesso às políticas públicas, entre outros exemplos.

---

<sup>63</sup> Nos limitamos à discussão de gênero para se tratar da questão da desigualdade vivenciada por ser mulher, mas sabendo que este conceito incorpora uma discussão e atores ainda muito mais abrangente que, além de não ser foco neste trabalho, não teríamos material para alcançar a completude da discussão de forma ampla. Também, o termo gênero é atualmente utilizado pelo MST para se referir à mulher. Logo, faremos uso associando diretamente mulher e gênero, sem, no entanto, deixar de considerar que vincular gênero exclusivamente ao sexo pode acabar por limitar sujeitos, já que isso sustenta um corpo de normas e papéis sociais esperados para cada gênero-sexo (Araujo, 2014). Estes passam a ditar tanto o local reservado para cada sujeito, quanto o não aceitável que diverge do *status quo* (Saffioti, 1987).

Segundo Oliveira e Leite (2016), muitas mulheres ingressam ao MST na tentativa de uma emancipação e autonomia em suas vidas, mas, “[...] embora num plano discursivo oficial, o MST destaque a busca pela igualdade de participação entre homens e mulheres, no cotidiano das ações, lógicas tradicionais que representam a dominação masculina” (Oliveira & Leite, 2016, p. 187). Apesar disso, esta é uma questão que ultrapassa o movimento, a qual Saffioti (2015) já expunha em seus estudos: “[...] do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado [...]” (p. 57). Isto é, a ordem patriarcal de gênero atravessa toda e qualquer instituição, incluindo o MST.

Isso não diz apenas sobre reconhecer a existência do poder patriarcal e ponto, mas quando falamos da desigualdade de gênero no movimento, nos referimos à uma base da estrutura social na qual vivemos hoje, e é assim que ela deve ser analisada e enfrentada. Como Salvaro (2003) frisa, o assentamento é um local de produção de existência humana, que não está alheio ao contexto ao qual se insere, logo, as bases das relações sociais se configuram a partir deste espaço e tempo em que o MST também se encontra. Assim, não é justo apenas esperar que nos acampamentos e assentamentos sejam diferentes e impunes da estrutura global de machismo e patriarcado. Um exemplo a ser citado é a fala de Catarina, quando narra o motivo de sua ida ao acampamento: *“a mulher tem que acompanhar o marido”*, é o que lhe disse sua mãe logo quando se casou, momento que já possuía vínculo com o acampamento. Ou seja, antes mesmo de se inserir ao MST, Catarina já vivenciava a desigualdade de gênero, a ponto de ter de ingressar ao movimento, mesmo dizendo *“não queria vir para o sem-terra”*. Hoje ela é uma das mais antigas moradoras e a principal responsável pelo cuidado das crianças do acampamento, já que não há Ciranda Infantil. Um fato interessante é que, em uma de nossas conversas, ela identifica esse limitante da desigualdade de gênero nas relações do acampamento, quando conta que uma vez chamou sua colega de associação para participar junto dela das aulas de dança na cidade vizinha, e ouviu dela que só poderia ir se seu sogro deixasse.

Por outro lado, não pode se contentar em apenas assumir a existência da desigualdade de gênero em âmbito estrutural que influi no movimento, mas, o MST deve combatê-lo, principalmente de maneira interna. Ainda mais quando, como destaca Oliveira e Leite (2016), há mulheres buscando se engajar politicamente, sendo um fator comum presente no cotidiano da vida das mulheres do MST, mas, ainda mesmo quando retorna ao ambiente privado do lar, se retoma também a reprodução patriarcal e machista, da qual ela luta contra. É “devolvido” a ela o trabalho doméstico (por vezes redobrado, pela sua ausência por dias na casa quando se

retira para tarefas da liderança); o cuidado dos filhos e do lazer (sendo que, muitas vezes, ser principal ou única responsável por esta tarefa se torna empecilho para sua participação na esfera política do movimento); o posto de “ajudante” na lavoura, ao passo que, na verdade, é ela trabalhadora rural; entre outros trabalhos (Leite & Dimenstein, 2012).

Mesmo o exemplo de Catarina, que vivendo há 25 anos no acampamento vai percebendo nuances da desigualdade de gênero, há situações das quais passam despercebidas, mas que ainda assim acontecem. Como a vez, no primeiro dia das entrevistas das mulheres do acampamento do Paraná, ao irmos de encontro com Aparecida em sua residência, quem nos recebe primeiro é o seu companheiro (e também coordenador de um dos grupos do acampamento). Sem solicitar, ele nos contou as histórias do acampamento, principalmente sobre os conflitos, também disse sobre a associação e seu julgamento acerca do engajamento das mulheres nesta, não sendo a ele positivo. Tudo isso mesmo quando explicamos a ele a finalidade de estarmos ali, no caso, nos encontrarmos com as mulheres da associação. Vasquez (2009) observa no seu trabalho de campo no MST situações semelhantes, muitas mulheres só passaram a participar da atividade em grupo após a visita domiciliar, onde foi feito um convite na presença do marido.

A designação do trabalho doméstico é outra situação na qual estas mulheres, em grande maioria, ainda estão lidando, sendo inseridas desde a infância. Como demonstra a revisão bibliográfica do quarto capítulo e as entrevistas com as acampadas, a lógica de ser uma tarefa “naturalmente feminina” se reproduz nos acampamentos e assentamentos do MST. Estando estas mulheres desde crianças nessas funções domésticas e no cuidado com o bem-estar de terceiros, acabam exercitando muito mais essas atividades do que os meninos, aprendendo na prática. No futuro, quando adultas, convivem com a concepção do trabalho doméstico intrínseco a elas, pois sabem realizá-lo melhor do que homens, os quais poucas vezes são colocados a exercerem estes trabalhos desde crianças.

Outro local no qual as mulheres são inseridas desde tenra idade no rural, é na lavoura – principal forma de sustento dessas famílias. Entretanto, comumente são nomeadas como auxiliares dos pais, e posteriormente, dos maridos. Marques e Silva (2018) identificam que, estar na colheita, às vezes, também é visto como extensão das obrigações domésticas, afinal, seus afazeres rurais giram em torno da manutenção do bem-estar da casa e isso inclui a busca por alimento. Essa visão acaba por ignorar estas atividades também como um trabalho. Antônia, acampada do Paraná, exemplifica bem, quando diz *“todas as mulheres, a gente ajuda na roça”*, ao buscar explicar na entrevista a desmobilização da associação a partir da sobrecarga em outras atividades. Contudo, mesmo assim não inclui a atuação das mulheres na lavoura enquanto

trabalho, mas como uma ajuda aos reais trabalhadores rurais: os homens. Essa divisão sexual do trabalho é impregnada de restrições e condições destoantes às mulheres, colocando limitantes em suas escolhas do que querem e podem exercer, além de não lhes dar a garantia de acesso à mesma condição econômica que um homem pode obter, até em trabalhos semelhantes.

Nas atividades agrícolas, a lógica da divisão sexual está presente. São classificados trabalhos leve e pesado, de acordo com as atribuições sociais, reproduzindo a lógica no trabalho doméstico (dito da mulher) e produtivo (dito do homem). A responsabilidade sobre o cuidado das crianças é outro local destinado às mulheres. Apesar de o MST ter investido na concepção de Ciranda Infantil, do setor social, ainda são as mulheres que recebem esta função.

Essa reprodução da divisão sexual de tarefas é ilustrada em situações quando os chamados “*homens*” saem para tentar negociar com o Incra a desapropriação da terra do noroeste do Paraná. Enquanto a participação das mulheres em instâncias representativas é limitada pelo tempo gasto no trabalho doméstico, os homens só exercem parte do trabalho doméstico se estiverem livres dos seus compromissos em outros setores, como o da liderança política. Ainda, quando envolve a possibilidade de participar de programas governamentais, tais como os já citados – PAA, o PNAE e o Pronaf – encontram-se brechas nos regulamentos destes, para continuar a reproduzir a divisão social do trabalho e retroalimentar a invisibilidade da mulher, a partir da omissão desta como trabalhadora ou chefe de família. Também não se iguala o acesso aos instrumentos de trabalho por meio dessas políticas, como máquinas e insumos, que são vistos como instrumento de trabalho agrário masculino (Afonso & Scopinho, 2015).

Além do não reconhecimento das mulheres como trabalhadoras, também “[...] a mulher em geral não participa da venda nem das decisões sobre a destinação do dinheiro ganho, fruto da comercialização” (Vasquez, 2009, p. 860), geralmente faz todo o trabalho de casa, o qual não acaba sendo contabilizado enquanto trabalho. Assim, libera o companheiro do sexo masculino ao trabalho na roça para a conquista do “*ganha pão*”; ela ainda é responsabilizada pelo bem-estar do grupo a partir do papel social do cuidado; quando são organizadas associações com atividades não agrícolas (ex.: artesanato) no movimento, estas são tidas como estratégia de geração de renda complementar a ser reinvestida na agricultura (Vasquez, 2009).

Muitas vezes essa lógica de divisão sexual do trabalho está tão cristalizada que até mesmo as mulheres de lideranças políticas as reproduzem. Como retrata uma acampada no documentário *O sonho de Rose – 10 anos depois* (2000):

*Eu gostaria que todas as mulheres participassem mais, e que também tivesse aí fazendo a mesma coisa que eu faço, mais também eu tenho que entender que a própria maneira*

*né da família, filhos, tem que ficar tomando conta da casa, fazendo comida e lavando roupa. Quem tem criança, quem tem filho já é mais difícil de fazer, eu talvez faço porque não tenho isso, eu não tenho compromisso de filhos né. (00:48:12)*

Fernanda, do acampamento do noroeste do Paraná, também expressa um certo tipo de crença de que à mulher é designado outro papel, não sendo o da participação política. Ao relatar como é o cotidiano da associação, diz: *“tira o papo em dia, é diferente ter grupo só de mulheres, quando vai resolver algo chama os homens”*. Nesta mesma lógica, Marcela diz que se tivesse um homem para desempenhar a função do transporte na associação, contribuiria, assim como entende a importância em ter uma pessoa *“firme”* para comercializar. Entretanto, compreende que isso poderia causar uma dependência da ajuda de *“alguns maridos”*, além de que, as atividades de panificação e artesanato são *“mais para as mulheres”*.

Depreciar a identidade de mulher trabalhadora do campo pode acabar sendo estendida na comparação com outros atores sociais, como esta fala de Olga: *“mulher do campo tem outra visão, diferente das mulheres da cidade, anda com o pé no chão, só trabalha na roça ou só em casa”*. Retrata esse discurso na busca de fazer uma crítica às mulheres do acampamento que acreditam precisar do homem para determinados trabalhos, mas faz uma comparação com a mulher urbana e acaba por atingir outro aspecto da violência contra a mulher rural. Como alertado por Moura *et al.* (2019), existem muitas ressalvas ao se referir à subjetividade do sujeito do campo, pois não se pode assimilá-lo à uma subjetividade atrasada e limitada, como já praticado em alguns estudos acadêmicos.

Ainda, a depreciação da associação pelos homens do acampamento, junto destes discursos que desacreditam à mulher da sua capacidade de liderança política, pode se tornar um discurso dominante, incorporado também pelas mulheres. Omélia é outro exemplo destes que coloca em dúvidas a capacidade de uma associação tocada só por mulheres, *“só nós, não tem como levantar”*. É uma fala de submissão, reafirma que mulheres não dariam conta de administrar uma associação por elas mesmas. Será que Omélia realmente pensa desta maneira mesmo depois de tantos anos da associação existindo? Ou introjeta um discurso que advém de uma relação de poder? Será que os homens do acampamento, ao invés de desacreditarem que a associação possa ir em frente, na realidade, sentem o contrário disso? O medo da associação ir em frente. Dar tão certo a ponto de o acampamento acabar sendo conhecido principalmente por ser sede da associação.

Como analisa Enriquez (1999), a mulher na sociedade, há muito tempo, tem de conviver com as tentativas de torná-la objeto, seja de prazer ou de medo, tendo também que lidar com o imaginário dos homens sobre suas identidades. Em suas palavras,

Deste modo, mesmo que não se trate de sexualidade precoce (em que a mulher se centraria sobre si própria e sobre seu corpo), ou de mãe arcaica devoradora, mas quando, ao contrário, se trata de esposas ou de amantes, que mantêm com seus homens relações sexuais normais, a mulher é sentida como perigosa e como devendo ser refreada. (Enriquez, 1999, p. 199)

Nesse sentido, a mulher militante que ousa ser liderança política ou se organizar no coletivo com outras mulheres, exigindo uma mudança do *status quo* das prescrições dos papéis sociais e divisões sexuais de trabalho, poderá ser temida até mesmo dentro do acampamento do MST.

O fator de tornar-se mãe também pode vir a interferir no desejo da mulher de se organizar politicamente com outras mulheres, ou de ocupar cargos que carecem de atenção. Posto isso, na lógica da desigualdade de gênero, os filhos passam a ser prioridade da mulher perante suas outras atribuições, e cuidar de uma criança demanda esforços, sobrecargas de trabalho e restrições a quem o faz. Enquanto a mulher cuida do filho e do trabalho doméstico, o homem assume outras funções, não se sentindo responsável também por essas duas supracitadas.

No acampamento do Paraná, a sobrecarga da responsabilização integral sob as crianças afeta a participação dessas mulheres até mesmo na associação. Nas entrevistas, Fernanda conta que a associação hoje “*não tem o mesmo pique*”, pois “*muitas têm filho pequeno, não é culpa delas*”. Ainda, com um integrante a mais na família, é preciso encontrar meios de aumentar o financeiro, e diante disso, “*é difícil largar o serviço para entrar em algo que a gente não sabe [se vai para frente]*”.

Beth, relata sobre uma culpa em não poder participar efetivamente da associação, diz estar “*agoniada*”, porque antigamente ela podia estar envolvida na venda pelo fato de ter moto, mas agora com seu filho de colo, “*agora ficou mais difícil*”. Silvana apresenta a mesma questão, mas se tratando do retorno aos estudos, algo que ela desejava antes de engravidar: “*agora com a nenê é difícil voltar*”. Joaquina também tinha interesse em cursar uma faculdade, mas achou impossível realizar com a responsabilidade do cuidado com o filho que acabou de gerar.

Ao mesmo tempo, o tornar-se mãe faz com que a mulher passe a ser chamada para tarefas e encontros que antes ela não fazia parte. Aparecida sente que a união entre as “*mães*” é forte e que há “*partilha*” de alimentos e a divisão das funções coletivas de cuidado entre elas. Também as mães se mobilizam a cada três meses com a Pastoral da Criança, que se dirige ao acampamento. Por mais que a narrativa encontrada na entrevista dessas mulheres seja um afastamento da associação e demais participação política frente a gravidez e o cuidado do filho,



Vasquez (2009) frisa que há também um número alto de mulheres que se tornam mães e continuam na tentativa de liderança militante.

Há também de se referir à responsabilidade por garantir o lazer do acampamento, que muitas vezes é sobreposta como uma função da mulher. Na fala das acampadas foi possível perceber essa carga sobre a organização de espaços de interação coletiva, de lazer e bem-estar dirigido à associação, por ser ela instituída e composta por mulheres. Tereza revela que com a constituição da associação, agora são “*as mulheres que puxam*”, se referindo às confraternizações.

Até mesmo no primeiro encontro que tivemos com elas, ao chegarmos estavam fazendo uma lista de crianças do acampamento a fim de promoverem ações no Natal, a data comemorativa mais próxima na época. Joaquina se lembra da Festa da Rainha que comumente elas organizam, no intuito de aumentar o caixa do acampamento. Catarina relata que quando realizam algum evento (por exemplo: torneio de futebol) no acampamento, fazem porções para vender e “*vem gente de fora*”. Ela frisa a importância de se manter eventos assim uma vez por mês, o último foi o aniversário do acampamento. Também conta de outros momentos da associação: “*Dia do amigo secreto num almoço senti muito bem, conheci pessoas novas*”. Clarice relata que o acampamento tinha mais envolvimento na época em que a associação era mais organizada, com vistas a promover atividades coletivas de lazer, tais como o bingo. É perceptível a cobrança constante dessas mulheres consigo mesmas, tanto no papel do cuidado com o bem-estar, quanto com o financeiro da família. Antônia relata na entrevista um sentimento de insuficiência, avalia ela: “*acho que contribuo muito pouco, é difícil [participar mais da associação] por conta das atividades da lavoura*”.

Embora atualmente a associação tenha recebido muitas demandas, as quais fogem do intuito inicial da criação da associação, muitas das mulheres retratam que entre os anos de 2016 e 2017, a associação era um espaço importante de diálogo e proximidade entre elas. Quando faziam encontros grupais, relataram ser um momento de trocas e acolhidas. Afonso e Scopinho (2015) também encontraram essa mesma perspectiva na pesquisa de campo realizada por eles, na qual os encontros formalizaram uma rede de apoio entre elas mesmas.

À título de retratar, por fim, mais sobre sentimentos partilhados entre mim e as mulheres do acampamento, mesmo ocupando outro lugar de fala quanto ao movimento social, acerca da temática da desigualdade de gênero parece compartilharmos semelhanças em determinadas cenas. Ilustro aqui uma situação que aconteceu em um evento do acampamento. Passados nove meses em trabalho no projeto de extensão, fomos convidadas a não só participar da Festa Julina do acampamento do noroeste do Paraná, mas também auxiliar as mulheres na organização.

Enquanto as mulheres da associação cozinhavam, estávamos na decoração do salão. Logo ao chegar, um acampado, companheiro de uma delas, nos pergunta sobre o que achamos da associação até então e logo em seguida, sem aguardar a resposta, este mesmo responde no sentido de não estar satisfeito com a organização delas. Em um outro momento, já no meio da confraternização, a responsável pelo caixa financeiro me solicitou que a substituísse por alguns minutos. Neste tempo, um morador do acampamento me pediu algumas fichas para adquirir umas bebidas, não aceitando pagar a quantidade acordada de início (que estava estampada em frente ao caixa, escrito em uma folha sulfite). Ao dizer a ele que não era o que tinha sido acordado até então, sinalizando o painel de valores, o morador exaltou o tom da voz, dizendo que eu teria que fazer o que ele estava me dizendo, colocando em mim uma obrigação. Logo, a acampada responsável pelo caixa retornou e, buscando não contrariar o comando, deu ao homem o que ele desejava, fazendo com que ele se distanciasse dali.

Outros acontecimentos internos que acarretavam numa sobrecarga emocional às mulheres, era a vigilância de nossas atividades pela presença repentina de alguns companheiros no salão de encontros, mesmo depois de meses de atividade e apresentação da proposta direcionada às mulheres.

Contudo, friso que, quando cheguei ao acampamento estava imbuída numa visão idealizada do movimento social, enquanto revolucionário como um todo, ignorando a possibilidade de machismo e preconceitos internos tão vívidos. Foi a partir de vivências como estas elencadas aqui, que me percebi imersa na necessidade de organizar minhas interpretações e interjeições pessoais, colocando-me num processo de luto das concepções que me atrapalhavam a encarar a realidade do movimento e da vivência daquelas mulheres.

Em atividades posteriores, ficava mais evidente o modo de lidar com informações como a de que algumas mulheres não participavam dos nossos encontros por seus companheiros se oporem, ou de não agendarem consultas com profissionais da saúde da mulher por insatisfação dos maridos. Neste caso, uma das saídas foi em um dos nossos encontros levar ao acampamento uma profissional da saúde para uma roda de conversa sobre a saúde da mulher e direitos sexuais e reprodutivos, também houve tentativas de oficinas com a temática de gênero e o ser mulher no MST, que, no entanto, não foram concretizadas. Pois, neste momento, surgiu a demanda de discutir os conflitos do grupo, e mesmo que tentássemos trazer a questão de gênero para a discussão, não era este o foco daquelas mulheres naquele instante ou não queriam falar sobre naquele momento. Não podíamos, portanto, insistir em priorizar nossa demanda.

De tudo, o que ecoa é, a partir de Gonçalves Filho (2003), a compreensão de que sujeitos humilhados socialmente estão sempre em estado de aguardar o “golpe” que em algum momento

serão alvo. Saffioti (2015) traz a ideia de que “[...] a mulher foi socializada para conduzir-se como caça, que espera o ‘ataque’ do caçador” (p. 28). Assim, este é um dos efeitos desta relação de dominação-exploração vivenciada em uma sociedade patriarcal, racista e sexista. Em algum momento a mulher será colocada em uma situação de vexatória por um homem, e ela deve saber disso.

## Considerações Finais

O ano de 2020 se inicia com um alerta a mais do que o ano anterior, mas agora se tratava de questões de saúde, que nada impede em se estender para situações econômicas e políticas, como presenciamos acontecer. O Brasil foi atingido por um vírus altamente contagioso nomeado Sars-coV-2, da família dos Coronavírus, que provoca a doença chamada Covid-19. A doença tem seu primeiro registro no mundo em dezembro de 2019. No entanto, o primeiro caso confirmado no Brasil foi registrado no dia 26 de fevereiro de 2020, época esta que já acumulava pelo menos 20 suspeitos de infecção espalhados por sete estados do país. Um dia após, já subiu para 132 o número de suspeitos de coronavírus; no dia 03 de março, foram 488 suspeitos; ainda no mesmo mês, os casos subiram para 4.309, sendo estes confirmados, enquanto as mortes, já nesta época, chegavam a 139 vítimas. Após quase dois anos de pandemia, em janeiro de 2022, foram contabilizadas 621.421 mortes causadas pela Covid-19 no Brasil. E é neste cenário que venho caminhando com esta pesquisa.

Em fevereiro de 2020, mesmo mês que descobrem o primeiro caso de Covid-19 no Brasil, tenho o aceite do Comitê de Ética para realização da pesquisa de campo com as mulheres do acampamento do interior do Paraná. No projeto enviado para o Comitê, havia tanto a programação da reutilização do material coletado pelo projeto de extensão, quanto um planejamento metodológico de encontros grupais, na modalidade de oficinas em dinâmica de grupo, que seriam iniciados logo após a aprovação. Na segunda etapa de construção do material para a pesquisa, haveria quatro temáticas para os encontros: “História Coletiva” para tratar sobre a inserção no MST, buscando que cada uma trouxesse para a história coletiva oral traços de suas histórias individuais; “Ser mulher do e no MST”, cujo intuito seria o de refletir sobre as relações de gênero no MST e no acampamento a partir de um material audiovisual; “As integrantes do MST na cidade”, nesta temática o propósito era que encenassem situações vivenciadas nos espaços urbanos, onde mais tinham contato na cidade vizinha; e “o MST na mídia”, no qual seriam utilizados recortes de noticiários que reportavam o discurso de ódio ao militante, além de notícias de despejos e assassinatos dos integrantes do movimento. No entanto, como dito, o processo desta pesquisa também foi afetado, sofrendo modificações por conta da pandemia da Covid-19, a começar pela metodologia. Este retorno ao campo não foi realizado, tendo então, enquanto estratégia, o melhor proveito do material já em mãos e o estudo de dois documentários de Tetê Moraes, citados ao longo da dissertação.

Não poder retomar a campo, tornou o material de análise mais enxuto. Ainda, esse material construindo até então, se referia a um trabalho do projeto de extensão, com outro foco

e modalidade de atuação diferentes desta pesquisa. Foi bastante árdua a modificação metodológica, a qual exigiu uma rememoração do trabalho de campo proposto e aplicado em um período anterior à realização da pesquisa, ocorrendo, por vezes, um desencontro entre a temática da dissertação e o objetivo do projeto de extensão, que resultou o material. Desapegar do planejamento dos encontros preparados especificamente para responder aos questionamentos desta pesquisa atual também não foi desejado. Houve um momento de ressignificação do uso do conteúdo já em mãos, buscando refletir a possibilidade de dar continuidade ao objetivo da pesquisa, se apropriando ao máximo do diário de campo.

Ao mesmo tempo, foi preciso lidar com um possível esvaziamento de narrativas acerca da desigualdade de gênero, visto que, a princípio, não se previu trabalhar como aquelas mulheres se sentiam enquanto mulheres e militantes do MST. Também, o registro de relatos sobre expressões da violência contra as militantes parecia não tão numeroso, já que, de antemão, o projeto de extensão atuava neste acampamento não por ser do MST, mas antes por ser composto por uma associação, um Empreendimento Econômico Solidário.

Ainda, esbarrei em algumas limitações quanto à profundidade da discussão acerca do último capítulo, por se tratar de um espaço onde busco abarcar as experiências das militantes do acampamento com a violência. E, como citado, a necessidade de modificar a metodologia pôde ter restringido o alcance da discussão naquele específico momento. Assim, não foi possível avançar com vistas ao propósito de construir um espaço de reflexão com estas mulheres, a fim de compreender como estas vivências as afetam enquanto mulheres militantes, fora e dentro do movimento. O que sinto como uma perda, pois este espaço aberto para discussão e compartilhamento de experiências poderia ter sido um propulsor de questionamentos tanto para elas, acerca da reprodução da desigualdade de gênero e na reorganização coletiva do movimento, quanto para mim, enquanto pesquisadora acadêmica, mulher, estudiosa do MST e de gênero e crítica do atual sistema capitalista.

Neste limbo, após vários questionamentos e ensaios, o objetivo da pesquisa foi reescrito até encontrar um meio cabível, no momento, de ser definido. Assim, me propus a discorrer sobre a violência presente no cotidiano de mulheres militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, reutilizando o trabalho de campo num acampamento específico do Paraná. Assim, a discussão ocorreu a partir de dois principais aspectos: o que significa ser militante sem-terra no Brasil, ou seja, o que há de enfrentar perante a luta por terra, pela transformação social e pela reforma agrária; e no que consiste a vivência do ser mulher em um movimento social que, mesmo com a pauta da igualdade de gênero, ainda [está] e acontece

no interior de uma estrutura social demarcada pelo patriarcado e, conseqüentemente, pelo machismo e a misoginia.

Análises e ponderações acerca de uma perspectiva macrosocial é usada enquanto estratégia para refletir também sobre a vivência particular deste acampamento, uma vez que tanto a violência para com os integrantes do movimento social, quanto a que se faz presente na desigualdade de gênero, não é restrita a este grupo de mulheres. Por outro lado, é possível pensar em semelhanças e proximidades que vêm ocorrendo em outros acampamentos e assentamentos. Disso deriva, pois, o quinto capítulo, apoiado nas discussões dos capítulos anteriores, a trabalhar tanto numa perspectiva macrosocial, quanto numa microssocial do fenômeno, considerando a possibilidade de utilizar-se do estudo de caso singular para refletir também sobre o que pode vir a estar presente em outros locais semelhantes, como os espaços nos quais encontram-se os militantes do MST.

Busquei retornos para estas questões ao observar que a violência enfrentada pelas sem-terra está sim no embate tête-à-tête pela ocupação e posse da terra, mas não para por aí. Está, antes e além disso, no sentir-se ameaçada constantemente. Seja no acampamento ou circulando em outros espaços, elas carregam a sensação da possibilidade de serem golpeadas em qualquer instante. “*Tem que dormir com olho aberto*”, é o que dizem essas mulheres do acampamento. Tal expressão relata a necessidade de estar sempre em vigília; quando/se descansam e “baixam a guarda”, é possível que recebam um golpe – metáfora do que ocorre em uma arte marcial, mas em se tratando deste caso, o golpe não vem em forma de soco ou chute calcado na técnica do desporto, mas impregnado num olhar, num gesto, num jeito de tratar; no modo como são recebidas. Situações que as afetam no modo como se posicionam tanto fora quanto dentro do MST.

Além disso, a violência também se apresenta na dificuldade em ter moradia, alimentação e trabalho; no desigual acesso de boas condições financeiras; no pertencimento à uma classe social subalternizada; na luta constante que deve ser travada no acampamento e nos assentamentos; no acesso dificultado aos serviços das políticas públicas diversas residindo em acampamento da reforma agrária; na mobilidade e acessibilidade aos espaços urbanos próximos. Quando somado à violência encarada no viés da desigualdade de gênero, o enfrentamento cotidiano da militante recebe um adicional. Se identificar mulher militante não a resguarda de viver sem precisar conviver com o machismo e a misoginia no movimento social, pois ele também se faz presente neste terreno. Portanto, assumir isso é buscar modos de fazer enfrentamento a essas reproduções cotidianas.

Sobre isso, foi possível compreender que tanto com a revisão de literatura, quanto com o estudo do diário de campo, os acampamentos e assentamentos – bem como os espaços políticos de lideranças do MST – são locais que podem viver em contradição, o que ocorre a partir do distanciamento entre os princípios teóricos do movimento e a prática das relações cotidianas. Nesse sentido, as mulheres do MST não só vivem sob a violência direcionada aos sem-terra, mas também com a aspereza hostil dos papéis de gêneros sobrescritos na sociedade patriarcal que vivemos. A militante, por vezes, é desacreditada quanto às suas capacidades de trabalho ou liderança; sendo reservado a ela a tarefa de cuidar da harmonia da casa e do bem-estar dos filhos e até dos demais moradores, sem ter estes afazeres considerados trabalho. Ainda é chamada de “ajudante” no trabalho da lavoura, dificilmente de trabalhadora rural, como expressa Antônia: “*todas as mulheres, a gente ajuda na roça*”. E mesmo estando em duplas ou triplas jornadas de trabalho, comumente não é recompensada nem financeiramente, muito menos no reconhecimento de sua produção. Por outro lado, o homem só ocupa funções no cuidado da casa e dos filhos quando se vê livre das tarefas da liderança ou do trabalho na roça, o que dificilmente é possível.

O modo como a associação é tratada também diz dessa assimetria de acesso; de confiança depositada e credibilidade. Além dos maridos e demais homens do acampamento que desvalorizam a associação enquanto espaço de produção de renda e de organização política entre as mulheres; também há uma boa parcela da sociedade que não consome os produtos que elas produzem, mesmo tendo a possibilidade e sendo benéfico também a eles adquirirem. Isso as leva a acreditarem na falta de sucesso dentro da associação muito mais por conta da “falta de capacidade” delas, do que pela escassez de apoio que recebem.

Não obstante, essa lógica da desigualdade de gênero pode ser tão enraizada a ponto de a mesma mulher, mesmo vítima, acabar por incorporar e reproduzir seus preceitos, sentindo-se culpada – achando que não dá conta – nos breves lapsos ao perceber seu cansaço, mesmo numa posição desigual; ou então sentindo sobrecarregada e adoecida. No acampamento, algumas mulheres da associação compartilham dessa concepção, como expressa na fala “*quando vai resolver algo chama os homens*”, por ser uma situação que precisa de uma pessoa “*firme*” e “*só nós, não tem como levantar*”. Afirmam isso instruídas pela noção de que existem papéis para homens diferentes daqueles voltados às mulheres. Ainda, ao relatarem sobre suas atuações na associação, a maioria apresenta um sentimento de culpa, por não poder estar mais presente do que já é, por ter outras atividades para realizar tendo que se dividir em várias frentes de trabalho ao mesmo tempo (uso o termo trabalho, no entanto, não é frequente que elas o reconheçam como tal). Como trouxe Fernanda, “*muitas têm filho pequeno, não é culpa delas*”.

Ou seja, ao mesmo tempo em que há este reconhecimento da sobrecarga de tarefas (como, por exemplo, cuidar da casa, dos filhos, do preparo da alimentação deles, “ajudar” na roça, entre outras), há a aceitação em anular, enquanto prioridade, o investimento em tarefas que as beneficiariam, como no caso da associação, isso em prol do bem-estar do coletivo maior do acampamento.

Quando se trata das condições atuais da organização do MST, a partir da experiência de campo com as mulheres do acampamento do Paraná, é possível inferir uma desmobilização e uma fadiga. Isso ocorre principalmente em grupos como o delas, colocados em espera há mais de 25 anos, mesmo que elas estejam reivindicando o espaço da terra já identificada enquanto improdutiva e com processos trabalhistas. São tantas questões deixadas sem resolução, na espera desta primeira ter um retorno. No entanto, este clima não é percebido apenas neste acampamento, parece estar compondo o movimento social como um todo. Entretanto, é evidente que a conjuntura político-econômica intensifica o mal-estar, como acontece no período que vivemos atualmente. Há registros na história, tal como apresentado no segundo capítulo, que ilustram esse caminho em espiral do MST: em um momento se mostra fortalecido e vívido; mas em outros parece recuado, tentando se recuperar dos baques da violência em suas diversas facetas. Isso, portanto, é percebido no segundo capítulo, quando ao percorrer na contação da história, se faz permanente a violência presente nas vivências dos que integram o MST. De 1984 até o ano de 2022, é considerável dizer que atualmente vivemos em outro tempo, mas a violência para com os militantes de movimentos sociais é um fenômeno que insiste em permanecer, embora se atualize em diferentes roupagens.

Há de condecorar que, mesmo dizendo sobre uma fadiga presente nos acampamentos e assentamentos da reforma agrária, ainda assim o MST, com resiliência, vem tomando uma postura política de contestação aos desgovernos da presidência atual. Me refiro à doação de toneladas de alimentos, além da realização de campanhas de marmitas em pleno clima pandêmico que hoje já se estende ao terceiro ano. Ações não visibilizadas em grandes canais de divulgação, mas publicizadas em mídias alternativas. Quanto à função deste repertório de ação, parece estar muito mais centrado em preencher uma lacuna [pela falta de investimento em políticas sociais], atendendo uma demanda da sociedade, quer seja a necessidade de alimentação que se intensifica frente aos efeitos socioeconômicos do aparecimento da Covid-19. No caso do acampamento desta pesquisa, este também está incluso na mobilização do MST, aparecendo com frequência nos veículos midiáticos regionalizados do movimento. Sem contar que, mesmo após 25 anos, ainda buscam travar uma negociação acerca da posse, a partir da mediação do INCRA. As acampadas partilham dia e noite essa vivência, como expressa



Fernanda, “*morar numa coisa que não é da gente*”, pelo fato de não terem um papel em mãos que diga e reconheça aquele espaço enquanto lugar delas.

Como perspectivas de próximos trabalhos a serem realizados e publicados com esta temática, espero que continuemos não tendo receio em um fazer político-científico, afinal, não há como discorrer sobre um fenômeno social, num contexto do qual também fazemos parte, sem se sentir atravessada e imersa nisso tudo. Quanto à psicologia, é preciso que se aplique mais em pesquisas sobre movimentos sociais e gênero, problematizando o enraizamento de lógicas conservadoras – tais como o patriarcado, fonte do machismo e da misoginia – percebidas também nestes espaços de construção e manutenção do movimento social.

Considerando a afirmativa de Saffioti (2015, p. 75) “nas relações entre homens e mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência”, nosso papel enquanto psicólogas também está em discorrer sobre as implicações da violência, para criar junto a essas mulheres, estratégias de enfrentamento no interior do movimento. Também, em relação ao MST, a psicologia pode ser uma ferramenta frente à desmotivação do futuro, que assola diversos acampamentos e assentamentos, tendo o sentimento intensificado de estar em condição ameaçada advindo do discurso e das atuações da atual presidência, que tentou tornar ilegal movimentos como o MST.

Por fim, encerro as considerações finais sem nem estar perto de um desfecho sobre a temática, trazendo Gonçalves Filho (2003), que parece nos fazer um convite a pensar sobre a indissociabilidade entre o sofrimento de ordem política e o de ordem psicológica, dado que em ambos, não é preciso e nem possível ser enfrentado sozinho. Ainda, o autor nos atenta acerca do sofrimento psicológico, o qual pode vir a ser suscitado no percurso do enfrentamento da violência política, e isso se refere à nossa atuação enquanto psicólogas, isto é, buscar compreender nas estruturas sociais e nas organizações políticas, o que provoca e sustenta o sofrimento ao sujeito. Nas palavras do autor,

Não é frutífero que sofrimentos políticos sejam apenas politicamente enfrentados, uma vez que são sofrimentos. E não é frutífero que sofrimentos políticos sejam apenas psicologicamente enfrentados, uma vez que são políticos. Digamos melhor: enfrentá-los politicamente inclui também enfrentá-los psicologicamente. A cura da humilhação social pede remédio por dois lados. Exige a participação no governo do trabalho e da cidade. Exige um trabalho interior, uma espécie de digestão, um trabalho que não é apenas pensar e não é solitário; é pensar sentindo-se em companhia de alguém que aceite pensarmos juntos. (Gonçalves Filho, 2003, p. 219)

## Referências

- Ab'Sáber, T. (2015). Ordem e violência no Brasil. In: B., Kucinski (Orgs.), *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*, (pp. 97-102). São Paulo: Boitempo.
- Abramovay, R. (2007). *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Edusp.
- Adorno, T. & Horkheimer, M. (1947). A Indústria Cultural: O Esclarecimento Como Mistificação das Massas. In:\_\_\_\_\_. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. (pp. 57-80), Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Afonso, M. L. & Scopinho, R. A. (2015). Mulheres camponesas: identidades que resistem. *Revista Estudos Universitários (REU)*, Sorocaba, 41(2), 247-264. Recuperado de <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/reu/article/view/2427/2097>
- Afonso, M. L. (Org). (2003). *Oficinas e dinâmica de grupo na área da saúde*. Belo Horizonte: Edições do campo social.
- Akotirene, Carla. (2019). *Interseccionalidade*. Feminismos Plurais. Coordenação de Djamilia Ribeiro. São Paulo: Sueli Caneiro; Pólen.
- Alencar, C., Ribeiro, M. V & Ceccon, C. (1986). *Brasil Vivo: uma nova história da nossa gente*. v. 1. Petrópolis: Vozes.
- Araújo, D. M. O. (2014). Movimentos sociais: questões de gênero e educação na Experiência do MST. *Reforma Agrária em dados*, Salvador.
- Araújo, L. E. B. (2001). A Reforma Agrária na Constituição de 1988. *Revista Vidya*, 19(36), 113-120. doi: <https://doi.org/10.37781/vidya.v19i36.488>
- Ato Institucional n 5, de 13 de dezembro de 1968*. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm)
- Ayoub, A. H. (2006). *Mídia e Movimentos sociais: a satanização do MST na Folha de São Paulo*. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, Paraná, Brasil. Recuperado de <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/disserta%C3%A7%C3%A3o-e-tese/mestrado-m%C3%ADdia-e-movimentos-sociais-sataniza%C3%A7%C3%A3o-do-mst-na-folha-de-s%C3%A3o>

- Battisti, E. (2006). As disputas pela terra no sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. *Campo-território: revista de geografia agrária*, 1(2), 65-91.
- Belloni, M. L. (2004). Infância, máquinas e violência. *Educ. Social*, Campinas, 25(87), 575-598. Recuperado de [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302004000200012](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000200012) doi: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000200012>
- Bleger, J. (2003). *Temas de psicologia: entrevistas e grupos*. (Trad: R M. M. de Moraes). São Paulo: Martins Fontes. Trabalho original publicado em 1964.
- Bourdieu, P. (2004). *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico* (Trad. D. B. Catani). São Paulo: Editora Unesp. Trabalho original publicado em 1997.
- Bueno, B. B. (2014). Os Fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional e seu Legado na Constituição do Estado Brasileiro Contemporâneo. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, 2(1), 47-64.
- Caldart, R. (2004). Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação no Campo. In: O Campo da Educação do Campo. In: Molina, M. & Jesus, S. (Orgs.). *Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo*, (pp. 10-31). Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”.
- Caldart, R. (Orgs.) (2012). *Dicionário da Educação no Campo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.
- Camargos, D. (2019). Após 3 anos de ameaças, líder sem-terra é assassinado no Pará. *In Reporter Brasil* [online]. Recuperado em 3 jan. 2022 de <https://reporterbrasil.org.br/2019/12/apos-3-anos-de-ameacas-lider-sem-terra-e-assassinado-no-para/>
- Campos, M. P. (2015). Movimentos Sociais e Conjuntura Política: uma reflexão a partir das relações entre o MST e o governo Dilma. *Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos*, 4(7), 78-100.
- Capriglione, L. (2015). Os mecanismos midiáticos que livram a cara dos crimes das polícias militares no Brasil. In: B., Kucinski (Orgs.), *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*, (pp. 55-60). São Paulo: Boitempo.
- Carmo, C. & Centeno, A. (Diretores). (2007) *Sarandi*. Produção: CasaNova. Brasil. Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=kbNrp4nKGa4>

- Castro, J. A. de R. & Ribeiro, J. A. C. (2009). Política Social e Desenvolvimento - As políticas sociais e a Constituição de 1988: conquistas e desafios. *Repositório do conhecimento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)*, (cap. 1, 15-96). Recuperado de <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4353>
- Centeno, A & Cunha G (1981). (Diretores). *Encruzilhada Natalino* [documentário]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=pfvivrYJOWs>
- Cioccari, M. (2009). Reflexões de uma antropóloga “andarina” sobre a etnografia numa comunidade de mineiros de carvão. *Horizontes Antropológicos*, (15)32, 217-246. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832009000200010>
- Coimbra, C. M. B. & Nascimento, M. L. (2005). *Ser jovem, ser pobre é ser perigoso?* Recuperado de <https://app.uff.br/slab/uploads/texto23.pdf>
- Coimbra, C. M. B. (2001a). Tortura ontem e hoje: resgatando uma certa história. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 6(2), 11-19.
- Coimbra, C. M. B. (2001b). Práticas psi e Tortura no Brasil. *Texto-relatório da reunião no Comitê Contra a Tortura da ONU*, 69-79.
- Comissão Pastoral da Terra (1986). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 1986*. Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/265-conflitos-no-campo-brasil-1986?Itemid=0>
- Comissão Pastoral da Terra (1987). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 1987*. Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/264-conflitos-no-campo-brasil-1987?Itemid=0>
- Comissão Pastoral da Terra (1988). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 1988*. Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/263-conflitos-no-campo-brasil-1988?Itemid=0>
- Comissão Pastoral da Terra (1989). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 1989*. Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/262-conflitos-no-campo-brasil-1989-2?Itemid=0>
- Comissão Pastoral da Terra (1990). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 1990*. Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de

<https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/260-conflitos-no-campo-brasil-1990?Itemid=0>

Comissão Pastoral da Terra (1991). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 1991*. Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/259-conflitos-no-campo-brasil-1991?Itemid=0>

Comissão Pastoral da Terra (1992). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 1992*. Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/258-conflitos-no-campo-brasil-1992?Itemid=0>

Comissão Pastoral da Terra (1993). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 1993*. Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/257-conflitos-no-campo-brasil-1993?Itemid=0>

Comissão Pastoral da Terra (1994). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 1994*. Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/256-conflitos-no-campo-brasil-1994?Itemid=0>

Comissão Pastoral da Terra (1995). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 1995*. Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/255-conflitos-no-campo-brasil-1995?Itemid=0>

Comissão Pastoral da Terra (1996). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 1996*. Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/254-conflitos-no-campo-brasil-1996?Itemid=0>

Comissão Pastoral da Terra (1997). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 1997*. Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/253-conflitos-no-campo-brasil-1997?Itemid=0>

Comissão Pastoral da Terra (1998). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 1998*. Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/252-conflitos-no-campo-brasil-1998?Itemid=0>

- Comissão Pastoral da Terra (1999). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 1999*. Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/251-conflitos-no-campo-brasil-1999?Itemid=0>
- Comissão Pastoral da Terra (2000). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 2000*. Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/250-conflitos-no-campo-brasil-2000?Itemid=0>
- Comissão Pastoral da Terra (2001). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 2001*. Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/249-conflitos-no-campo-brasil-2001?Itemid=0>
- Comissão Pastoral da Terra (2002). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 2002*. Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/248-conflitos-no-campo-brasil-2002?Itemid=0>
- Comissão Pastoral da Terra (2003). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 2003..* Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/247-conflitos-no-campo-brasil-2003?Itemid=0>
- Comissão Pastoral da Terra (2004). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 2004..* Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/246-conflitos-no-campo-brasil-2004?Itemid=0>
- Comissão Pastoral da Terra (2005). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 2005*. Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/245-conflitos-no-campo-brasil-2005?Itemid=0>
- Comissão Pastoral da Terra (2006). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 2006*. Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/244-conflitos-no-campo-brasil-2006?Itemid=0>
- Comissão Pastoral da Terra (2007). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 2007*. Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/243-conflitos-no-campo-brasil-2007?Itemid=0>

Comissão Pastoral da Terra (2008). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 2008*. Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/242-conflitos-no-campo-brasil-2008?Itemid=0>

Comissão Pastoral da Terra (2009). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 2009*. Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/131-conflitos-no-campo-brasil-2009?Itemid=0>

Comissão Pastoral da Terra (2010). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 2010*. Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/192-conflitosnocampo2011?Itemid=0>

Comissão Pastoral da Terra (2011). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 2011*. Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/292-conflitos-no-campo-brasil-2011-nova-versao?Itemid=0>

Comissão Pastoral da Terra (2012). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 2012..* Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/316-conflitos-no-campo-brasil-2012?Itemid=0>

Comissão Pastoral da Terra (2013). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 2013*. Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/344-conflitos-no-campo-brasil-2013?Itemid=0>

Comissão Pastoral da Terra (2014). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 2014*. Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/2392-conflitos-no-campo-brasil-2014?Itemid=0>

Comissão Pastoral da Terra (2015). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 2015*. Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015?Itemid=0>

Comissão Pastoral da Terra (2016). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 2016*. Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de

<https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14061-conflitos-no-campo-brasil-2016?Itemid=0>

Comissão Pastoral da Terra (2017). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 2017*. Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14110-conflitos-no-campo-brasil-2017-web?Itemid=0>

Comissão Pastoral da Terra (2018). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 2018*. Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14154-conflitos-no-campo-brasil-2018?Itemid=0>

Comissão Pastoral da Terra (2019). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 2019*. Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14195-conflitos-no-campo-brasil-2019-web?Itemid=0>

Comissão Pastoral da Terra (2020). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 2019*. Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de <https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14242&catid=41&m=0>

Comissão Pastoral da Terra. (1985). *Relatório Conflitos no Campo Brasil 1985*. Goiânia-GO: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Recuperado de <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/266-conflitos-no-campo-brasil-1985?Itemid=0>

Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2004). Série "Gente da Terra". In: *Seminário Subjetividade e a Questão da Terra*, Brasília. Recuperado de: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2007/06/relatorio\\_gente\\_terra.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2007/06/relatorio_gente_terra.pdf)

Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2019). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em questões relativas à terra*. Brasília, DF: CFP. Recuperado de [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/CFP\\_Relatorio\\_QuestoesTerraweb-14.05.2019.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/CFP_Relatorio_QuestoesTerraweb-14.05.2019.pdf)

*Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Presidência Civil. Casa Civil. Diário Oficial da União. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)

Corrêa, A. E. C. (2013). Movimentos Sociais e Estado: o governo do PT e o apassivamento do MST. *Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina*



“Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”, Londrina, Paraná, Brasil.  
Recuperado de [http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v4\\_ana\\_elisa\\_GI.pdf](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v4_ana_elisa_GI.pdf)

Cunha, E. da. (2000). *Os sertões: Campanha de Canudos* – Grandes nomes do pensamento Brasileiro. (39ª ed.). Rio de Janeiro: Publifolha.

Cunha, E. L. (2018). Ódio e identidade: impasses no reconhecimento. In: M. D., Rosa, A. M. M. da, Costa & S. Prudente (Orgs.). *As escritas do ódio – Psicanálise e política*. (pp. 109-127). São Paulo: Escuta/Fapesp.

*Decreto n. 2.250, de 11 de junho de 1997*. Dispõe sobre a vistoria em imóvel rural destinado a reforma agrária e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Diário Oficial da União. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2250.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2250.htm)

*Decreto-Lei n 314, de 13 de março de 1967*. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Diário Oficial da União. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0314.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0314.htm)

*Decreto-lei n 898, de 29 de setembro de 1969*. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Diário Oficial da União. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/del0898.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0898.htm)

Devereux, G. (1999). *De la ansiedad al metodo el las ciencias del comportamiento*. Buenos Aires, Argentina: Siglo XXI editores Argentina s.a. Trabalho original publicado em 1967.

Domingues, E. & Rosa, M. D. (2014). Violência, humilhação social e a luta por reconhecimento: A experiência do MST. *Revista Subjetividades*, Fortaleza, 14 (1), 115-125.

Domingues, E. (2001). *A luta pela terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): contribuições da psicanálise*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Dissertação. (Mestrado Não-Publicado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, PUC, São Paulo.

Domingues, E. (2004). A luta pela terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): contribuições da psicanálise. *Psicologia Política*. 4(8), 01-22.

Domingues, E. (2007). Vinte anos do MST: a psicologia nesta história. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 2(3), 573-582. Recuperado de [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722007000300014&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722007000300014&script=sci_arttext&tlng=pt)

- Domingues, E. (2011). *Entre a utopia e o mal-estar: reflexões psicanalíticas sobre os militantes do MST e seus dilemas* (Tese de doutorado). Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil. Recuperado de <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/16947>.
- Domingues, E. (2016). Militância no movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST): Um olhar psicanalítico. *Revista Agora*, Rio de Janeiro, 19 (3), 663-680.
- Domingues, E., Liboni, M. T. L. & Conde, A. F. C., et al. (2018). Oficinas com adolescentes do MST: sexualidade, diversidade sexual e gênero. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del Rei, 13(3), 1-15. Recuperado de [http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista\\_ppp/article/view/3097](http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/3097)
- Duarte, J. P. P. (2019). Planos de governo dos presidencialistas: uma análise sobre a abordagem da reforma agrária para a gestão 2019-2022. *Revista brasileira de geografia econômica – Espaço e Economia*. 16(VIII), 01-16. Recuperado de <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/8676>
- Dunker, C. I. L. (2015). A violência como nome para o mal-estar. In: B. Kucinski (Orgs.), *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*, (pp. 45-50). São Paulo: Boitempo.
- Elia, L. (2000). Psicanálise: clínica & pesquisa. In: S. Alberti, & L. Elia (Orgs.). *Clínica e pesquisa em psicanálise*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.
- Emenda Constitucional, n 81, de 5 de junho de 2014*. Dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal. Presidência Civil. Casa Civil. Diário Oficial da União. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc81.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc81.htm)
- Engelmann, S. I. (2012). A questão agrária no Brasil: A política agrária do governo Lula e a relação com o MST. In: *VIII Seminário do Trabalho: Trabalho e Políticas Sociais no século XXI, Trabalho e Políticas Sociais no Século XXI*. Marília, SP, Brasil. Recuperado de [http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt4/a\\_questao\\_agraria.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt4/a_questao_agraria.pdf)
- Enriquez, E. (1990). *Da Horda ao Estado: Psicanálise do Vínculo Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Fernandes, B. M. (1998). A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – Brasil. *Revista Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera)*, 1(2), 01-44. Recuperado de <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1495>
- Fernandes, B. M. (2003). O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula. CLACSO, *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - Observatório*

Social de América Latina (OSAL), 11(IV), 31-40. Recuperado de <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110221042312/3d1fernandes.pdf>

Fórum Social Mundial [FSM]. (2010). *A Ofensiva da direita para criminalizar os movimentos sociais no Brasil*. Porto Alegre – Salvador: Via Campesina Brasil. Recuperado de <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/A%20ofensiva%20da%20direita%20para%20criminalizar%20os%20movimentos%20sociais%20no%20Brasil.PDF>

Freud, S. (1980). *Fragmento de análise de um caso de histeria*. Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. VIII. Rio de Janeiro: Imago. Trabalho original publicado em 1901-05.

Freud, S. (2010). O mal-estar na civilização. In: S., Freud. *Edição Obras Completas volume 18. O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 13-122. Trabalho original publicado em 1930.

Freud, S. (2010a). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise In: S. Freud. *Edição Obras Completas (v. 10). Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Shreber”), Artigos sobre a técnicas e outros textos (1911-1913)*. (Trad. P. C. Souza). São Paulo: Companhia das Letras. Trabalho original publicado em 1912.

Freud, S. (2010b). A dinâmica da transferência. In: S. Freud. *Edição Obras Completas (v. 10). Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Shreber”), Artigos sobre a técnicas e outros textos (1911-1913)*. (Tradução Paulo César Souza). São Paulo: Companhia das Letras. Trabalho original publicado em 1912.

Garcia, M. F. (2019). Brasileiras em perigo: 107 casos de feminicídio em 20 dias de 2019. In *Geledes* [online]. Recuperado em 02 set. 2021, de [https://www.geledes.org.br/brasileiras-em-perigo-107-casos-de-femicidio-em-20-dias-de-2019/?gclid=Cj0KCQjApt\\_xBRDxARIsAAMUMu9PSWV\\_qMCwMrk\\_zMSMCpRR3uF8HHIYmESf8FQOwjZwJETyVBHaWwaAohQEALw\\_wcB](https://www.geledes.org.br/brasileiras-em-perigo-107-casos-de-femicidio-em-20-dias-de-2019/?gclid=Cj0KCQjApt_xBRDxARIsAAMUMu9PSWV_qMCwMrk_zMSMCpRR3uF8HHIYmESf8FQOwjZwJETyVBHaWwaAohQEALw_wcB)

Gonçalves Filho, J. M. (2003). Problemas de método em Psicologia Social: algumas notas sobre a humilhação política e o pesquisador participante. In: A. M. M. Bock. *Psicologia e o compromisso social*. (pp. 193-239). São Paulo: Cortez.

Gonçalves, E. R. de L. (2008). *Mídia e Movimentos sociais: a representação do MST na Revista Istoé* (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (Ufba), Salvador, Bahia, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11174>

- Gonçalves, R. (2006). Assentamentos como pactos de (des)interesses nos governos democráticos. *Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS)*, 15/16, 184-198. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18850/14007>. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100017>
- Guyomard, P. (2007). A Lei e as leis. In: S. Altoé. (Org.). *A Lei e as leis: Direito e Psicanálise*. (pp. 1-59). Rio de Janeiro: Revinter.
- Ideia Legislativa n. 89.755, de 14 de dezembro de 2017*. MEMO n. 11/2017- SCOM. Recuperado de: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7647718&ts=1567535211315&disposition=inline>
- Lei Complementar n. 76, de 6 de julho de 1993*. Dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária. Presidência da República. Casa Civil. Diário Oficial da União. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp76.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp76.htm)
- Lei n. 1.802, de 5 de janeiro de 1953*. Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Diário Oficial da União. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/11802.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/11802.htm)
- Lei n. 13.340, de 28 de setembro de 2016*. Autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural; altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Diário Oficial da União. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13340.htm)
- Lei n. 13.341, de 29 de setembro de 2016*. Altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e revoga a Medida Provisória nº 717, de 16 de março de 2016. Presidência da República. Casa Civil. Diário Oficial da União. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13341.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13341.htm)
- Lei n. 13.465, de 11 de julho de 2017*. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Diário Oficial da União. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm)
- Lei n. 13.810, de 8 de março de 2019*. Dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados; e revoga a Lei nº 13.170, de 16 de outubro de 2015. Presidência da

República. Casa Civil. Diário Oficial da União. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Lei/L13810.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13810.htm)

*Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964.* Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Diário Oficial da União. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm)

*Lei n. 6.620 de 17 de dezembro de 1978.* Define os crimes contra Segurança Nacional, estabelece sistemática para o seu processo e julgamento e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Diário Oficial da União. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6620.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6620.htm)

*Lei n. 7.170 de 14 de dezembro de 1983.* Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Diário Oficial da União. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7170.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7170.htm)

*Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.* Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Presidência da República. Casa Civil. Diário Oficial da União. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm)

Leite, A. Z., Tubino, N. L. G. & Sauer, S. (2019). Políticas públicas para terra e território: um olhar prospectivo sobre os próximos quatro anos no campo brasileiro. *In: M. Pochmann (Orgs.). Brasil: incertezas e submissão?* (pp. 171-190). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Leite, J. F. & Dimenstein, M. (2010). Movimentos sociais e produção de subjetividade: O MST em perspectiva. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, 22(2), 269-278.

Leite, J. F. & Dimenstein, M. (2012). Relações de gênero e diversidade sexual na luta pela terra: a participação política de militantes mulheres e gays no MST. *Revista Bagoas*, 6(8), 187-203.

Lino, N. M. M. (2014). *A criminalização do MST como mecanismo de controle social penal.* (Dissertação de mestrado). Mestrado em Direito Agrário da Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/4161>

Lins, L. (2011). Líder de assentamento do MST é assassinada por ex-marido em Pernambuco. *In: Globo* [online]. Recuperado em 12 dez. 2021, de: <https://oglobo.globo.com/brasil/lider-de-assentamento-do-mst-assassinada-por-ex-marido-em-pernambuco-3040500>

- Machado, E. (2009). Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais, *Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS)*, 21/22, 23-34. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18598/13797>
- Magalhães, B. & Silva Sobrinho, H. F. (2010). O efeito ideológico de deslocamento no discurso da imprensa sobre o MST: de pobres da terra a baderneiros. *Revista Veredas – análise do discurso*, 2, 37-50. Recuperado de <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2010/04/artigo-03.pdf>
- Magrini, P. R., Lago, M. C. de S. & Minella, L. S. (2013). A subalternidade da discussão de gênero interseccionada a de raça nos trabalhos acadêmicos sobre o MST. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 – Desafios Atuais dos Feminismos*, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de [http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373325411\\_ARQ\\_UIVO\\_ArtigoCompletoFG10-PedroRosasMagrini.pdf](http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373325411_ARQ_UIVO_ArtigoCompletoFG10-PedroRosasMagrini.pdf)
- Marfort, K. (2014). Mulheres do MST criam novas relações de gênero dentro e fora do movimento. In: *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* [online]. Recuperado de <https://mst.org.br/2014/01/31/mulheres-do-mst-criam-novas-relacoes-de-genero-dentro-e-fora-do-movimento/>
- Marques, G. da S. & Silva, D. R. Q. da. (2018). Invisibilidade das mulheres trabalhadoras rurais: as produções científicas da psicologia no Brasil. *Psicologia em Estudo*, 23, 1-16. doi: 10.4025/psicoestud.v23.e41050
- Martins, A. M.; Rocha, M. I. A.; Augusto, R. C. & Lee, H. O. (2010). A formação em psicologia e a percepção do meio rural: um debate necessário. *Psicologia: Ensino & Formação*, 1(1), p. 83-98.
- Matiello, C. & Queluz, G. L. (2011). Narrativas da resistência: história oral de vida de famílias desapropriadas pela usina hidrelétrica de Itaipu. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, 49.
- Mauss, M. (2003). *Sociologia e antropologia*. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify. Trabalho original publicado em 1950.
- Melito, L. (2020) Líder do MST no Paraná é sequestrado e morto a tiros. In *Brasil de Fato* [online]. Recuperado em 3 jan. 2021, de: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/26/lider-do-mst-no-parana-e-encontrado-morto-com-sinais-de-execucao>
- Mena, F. (2015). Um modelo violento e ineficaz de polícia. In: B., Kucinski (Orgs.), *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*, (pp. 19-26). São Paulo: Boitempo.

- Mendes, B. (Diretora). (1985). *A classe Roceira* [documentário]. Produção Documenta produções cinematográficas. Brasil. Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=hTtsGcsqwYw>
- Moraes, Tetê (direção). (1987). *Terra para Rose* [documentário]. Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo (CDHPF). Vemver Brasil Produção: Manfredo caldas
- Moraes, Tetê (direção). (2000). *O Sonho de Rose...10 anos depois* [documentário]. Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo (CDHPF). Vemver Brasil Produção: ZB Facilities/Video Filmes.
- Morais, C. S. (2012). História das Ligas Camponesas do Brasil (1969). In: J. P. Stedile. *A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964* (pp. 21-76). São Paulo: Expressão Popular.
- Moreira, J. M. A criminalização dos movimentos sociais. (2010). In: *Fórum Social Mundial. A ofensiva da direita para criminalizar os movimentos sociais no Brasil*. Porto Alegre – Salvador: Via Campesina Brasil. Recuperado de <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/A%20ofensiva%20da%20direita%20para%20criminalizar%20os%20movimentos%20sociais%20no%20Brasil.PDF>
- Moro, M. R. (2015). Psicoterapia transcultural da migração. *Psicologia USP*, 26(2), 186-192. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564D20140017>.
- Moro, M. R. (2017). Quando a sala de espera do analista é o mundo. Entrevista com Marie Rose Moro. *IDE*, São Paulo. 39(63), 13-26. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31062017000100002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062017000100002&lng=pt&nrm=iso)
- Motta, M. & Esteves, C. L. (2006). Ligas Camponesas: história de uma luta (des)conhecida. In: M. Motta. *Lutas camponesas*. (pp. 01-19). São Paulo: Expressão Popular.
- Moura, J. F. M. Junior, Barbosa, V. N. M., Martins, C. M. da S. S. & Bomfim, Z. A. C. (2019). Psicologia e Contextos rurais no Brasil: interlocuções com a Psicologia Comunitária, *Revista Interamericana de Psicologia*, 53(2).
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (1999). *Mulher Sem Terra*. Caderno de Formação, 2, São Paulo. Recuperado de <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/caderno-de-estudo/caderno-de-forma%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-02-%E2%80%93-mulher-sem-terra>
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (1986a). *Organização do Movimento - Quem é quem na luta pela terra*. Caderno de Formação, 1. Recuperado de

<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/caderno-de-estudo/caderno-de-forma%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-01-%E2%80%93-organiza%C3%A7%C3%A3o-do-movimento-%E2%80%93-quem-%C3%A9-quem-na-l>

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (1986b). *A luta continua: como se organizam os assentados*. Caderno de Formação, 10, São Paulo. Recuperado de <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/caderno-de-estudo/caderno-de-forma%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-10-luta-continua-como-se-organizam-os-assentados>

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (1987). *3º Encontro Nacional: nossas prioridades*. Caderno de Formação, 12, São Paulo. Recuperado de <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Caderno%20de%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2012.pdf>

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (1988). *A mulher nas diferentes sociedades*. Caderno de Formação, 15, São Paulo. Recuperado de <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/caderno-de-estudo/caderno-de-forma%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-15-mulher-nas-diferentes-sociedades>

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (1989). *Plano Nacional do MST 1989 a 1993*. Caderno de Formação, 17, São Paulo. Recuperado de <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Caderno%20de%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2017.pdf>

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (1995). *Luta das mulheres, como conquista permanecer pela metade*. *Jornal Sem Terra (JST)*, São Paulo.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (1996a). *A Questão da Mulher no MST*. Caderno de Estudo. São Paulo: Coletivo Nacional de Mulheres do MST. Recuperado de <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/caderno-de-estudo/quest%C3%A3o-da-mulher-no-mst>

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (1996b). Coletivo Nacional de Mulheres do MST. *A questão da mulher no MST. Encontro Nacional das Mulheres Militantes do MST*. São Paulo (coletivo de mulheres).

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (1998). *Compreender e construir novas relações de gênero*. Caderno de Estudo. São Paulo: Coletivo Nacional de Mulheres do MST. Recuperado de <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/caderno-de-estudo/compreender-e-construir-novas-rela%C3%A7%C3%B5es-de-g%C3%AAnero>



- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (2003). *Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder*. As relações de gênero e o MST. In: Campos, C. (Org.) Setor Nacional de Gênero. São Paulo: ANCA, 2003.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (2004). *Mulheres Sem Terra lutando e semeando novas relações de gênero: 8 de março dia Internacional da Mulher Trabalhadora*. São Paulo, SP: Peres, 2004.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (2014). *A luta do Acampamento Encruzilhada Natalino*. Recuperado de: <https://mst.org.br/2014/06/18/a-luta-do-acampamento-encruzilhada-natalino/>
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (2015). *Mulheres conscientes na luta permanente*. Setor Nacional de Gênero, São Paulo.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (2019). *A semente do MST: 40 anos da ocupação Macali e Brilhante*. Recuperado de <https://mst.org.br/2019/09/02/a-semente-do-mst-40-anos-da-ocupacao-macali-e-brilhante/>.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (2020). *Com Bolsonaro, número de conflitos no campo é o maior dos últimos 10 anos*. Recuperado de: <https://mst.org.br/2020/04/17/com-bolsonaro-numero-de-conflitos-no-campo-e-o-maior-dos-ultimos-10-anos/>
- Oliveira, A. B. de F. & Leite, J. F. (2016). Produção de sentidos sobre a militância política de mulheres vinculadas ao MST. *Revista Subjetividades*, Fortaleza, 6(1), 181-190.
- Parecer n. 63, de 21 de novembro 2018*. Senadora Regina Souza. Senador Paulo Paim. Recuperado de: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7889087&ts=1593906464014&disposition=inline>
- Pedrossian, D. R. dos S. (2008). O mecanismo da identificação: uma análise a partir da Teoria freudiana e da Teoria crítica da sociedade. *Inter-Ação: Ver. Fac. Educ*, 33(2), 417-442.
- Pereira, I. S. (2015). Os lírios não nascem da lei. In: B. Kucinski (Orgs.), *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*, (pp. 39-44). São Paulo: Boitempo.
- Peschanski, J. A. & Moraes, R. (2015). As lógicas do extermínio. In: B., Kucinski (Orgs.), *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*, (pp. 61-66). São Paulo: Boitempo.

- Pessôa, J. R., & Dal Ri, N. M. (2017). Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a formação para a igualdade de gênero. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 2(2), 581-606. Doi. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2017v2n2p581>
- Ramos, C. (2007). Imperativo de gozo e propaganda no laço social da sociedade de consumo. *Mental*. Barbacena, 5(9), 101-116.
- Ribeiro Neto, C. P. (2009). O MST em documentários e no Jornal Nacional (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Rodrigues, A. (2006). *A violência institucional como método para lidar com a miséria social: a trajetória dos/as sem terra do assentamento Dom Hélder Câmara/PR, no difícil percurso de luta até chegar “em cima do lote”* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil.
- Rosa, M. D. & Domingues, E. (2010). O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e observação. *Revista Psicologia e Sociedade*, (22) 1, 180-188.
- Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-estar e Subjetividade*. IV (2), 329-348.
- Rosa, M. D. (2018). *Psicanálise e Política*. Entrevistado por Aline Martins, Portal dos Psicólogos e Psicanalistas (PsiBr). Recuperado <https://www.youtube.com/watch?v=8YXZ0ktzGqM&t=175s>
- Rosa, M. D., Alencar, S; & Martins, R. (2018). Licença para odiar: uma questão para a psicanálise e a política. In: M. D., Rosa, A. M. M. da, Costa & S. Prudente (Orgs.). *As escritas do ódio – Psicanálise e política*. (pp. 15-31). São Paulo: Escuta/Fapesp.
- Safatle, V. (2019). *O circuito dos afetos – Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. 2 ed. Ver. 5. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Saffioti, H. I. B. (1987). *O poder do macho*. São Paulo: Moderna.
- Saffioti, H. I. B. (2015). *Gênero, Patriarcado e Violência*. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo.
- Salvaro, G. I. J. Jornadas de trabalho de mulheres e homens em um Assentamento do MST (2003). *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1), 321-330. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100017>

- Sampaio Jr., P. de A. (2005). Brasil: as esperanças não vingaram. *CLACSO - Observatório Social de America Latina (OSAL)*, ano VI, n. 18, 69-80, Buenos Aires, Argentina. Recuperado de <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110318071647/6Sampaio.pdf>
- Santos, F. L. B. (2018). Do lulismo a Bolsonaro: agonia da Nova República no Brasil. *Boletim Onteaiken*, 26, 01-26. Recuperado de <http://onteaiken.com.ar/ver/boletin26/onteaiken26-01.pdf>
- Santos, M. C. dos. (2012) Repressão aos Movimentos Sociais (Campo e Cidade). In: R. S, Caldart, et al. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. (pp. 675-680). Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/ Expressão Popular.
- Silva, B. I. do B. de M., Barros, J. F. de C. L, Freire, S. E. de A., Negreiros, F. & Macedo, J. P. (2019). Produção da Psicologia no Brasil sobre mulheres rurais: revisão sistemática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, 71(2), 163-178. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672019000200012](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672019000200012)
- Silva, I. K. dos S. (2017). *A reforma agrária no governo Dilma*. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, Sergipe, Brasil. Recuperado de [https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/6225/1/IRIS\\_KARINE\\_SANTOS\\_SILVA.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/6225/1/IRIS_KARINE_SANTOS_SILVA.pdf)
- Stedile, J. P. & Fernandes, B. M. (2012). *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo.
- Stedile, J. P. (2012). Cronologia dos movimentos sociais no campo (1945-1964). In: J. P. Stedile. *A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964*. (pp. 7-20). São Paulo: Expressão Popular.
- Teles, E. (2018). A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção. In: E. S., Gallego (Orgs.), *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. (pp. 65-72). São Paulo: Boitempo.
- Vasquez, G. C. F. (2009). A Psicologia na Área Rural: Os Assentamentos da Reforma Agrária e as Mulheres Assentadas. *Psicologia ciência e profissão*, 29(4), 856-867.
- Wyllys, J. (2015). Formas de temer, formas de reprimir: as relações entre a violência policial e suas representações nas mídias. In: B. Kucinski (Orgs.), *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. (pp. 51-54). São Paulo: Boitempo.